

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Ivonete da Silva

**A presença/ausência da cobertura à população rural pelo
SUAS – Sistema Único de Assistência Social: Os casos das cidades de
Londrina/PR e do Vale do Paraíba/SP**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO

2008

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

Ivonete da Silva

**A presença/ausência da cobertura à população rural pelo
SUAS – Sistema Único de Assistência Social: Os casos das cidades de
Londrina/PR e do Vale do Paraíba/SP**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título em Mestre em Serviço social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da professora e Dr^a Aldaíza Sposati.

SÃO PAULO

2008

Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS

Aos companheiros e companheiras, que contribuíram em minha caminhada...

Ao adolescente e ex-interno da Fundação Casa, morador da área rural que cumpriu Medida Socioeducativa de Privação de Liberdade no Centro Socioeducativo Tamoios na Unidade de São José dos Campos, Vale do Paraíba, São Paulo. Ao acompanhar sua história como técnica, meu olhar recaiu para um território rural que vive a contar o que sobrou das políticas públicas, tornando-se um mantra neste trabalho ao tornar por debate o alcance de cobertura do SUAS na equidade dos direitos socioassistenciais entre a população urbano, e rural.

À professora e orientadora Dr^a Aldaíza Sposati, pela sabedoria e paciência diante dos momentos de construção e reconstrução do objeto deste estudo, instigando meu olhar para uma busca crescente e permanente da compreensão da gestão da política de assistência social norteadas pelo direito público.

Aos companheiros e companheiras da Prefeitura Municipal de Jacareí e de Embu das Artes, que compreenderam minhas ausências, possibilitando a conclusão deste trabalho.

À amiga e companheira Fátima de Souza pelas dicas profissionais e de incentivo para conclusão deste trabalho.

Aos colegas discentes que conheci na trajetória do curso de mestrado, pelas pitadas de conhecimento sobre o território rural.

A Vanise e Andrea, que estiveram sempre presente cuidando dos detalhes na secretaria do CEDEST, para que este trabalho continuasse.

As minhas fiéis companheiras, Lili, Jô e Denise, mulheres que suportaram o monólogo imposto por mim sobre o rural, contribuindo numa escuta que somente os amigos são capazes.

À minha família, cuja distancia não foi e nem será impedimento para partilhar dos meus sonhos, alegrias e tristezas. Meu imenso amor

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu irmão e companheiro João, por ter partilhado em sua existência sonhos, desejos, alegrias com sua família e amigos. Será o eterno “minino novo” ou “João véio” como os amigos e a família gostavam de chamá-lo. Sua partida nos deixou uma imensa saudade, mas também alicerces de integridade, respeito, lealdade e de luta.

“Vocês que fazem parte dessa massa,
que passa dos projetos do futuro.
É duro tanto ter que caminhar,
e dar muito mais do que receber.
E ter que demonstrar sua coragem
a margem do que possa aparecer.
E ver toda essa engrenagem,
já sente a ferrugem de comer”.

José Ramalho - Admirável Gado Novo

RESUMO

O presente trabalho realiza a análise da política de assistência social no território rural das cidades de Jacareí e Santa Branca localizadas na região do Vale do Paraíba – SP e na cidade de Londrina – PR, com o objetivo de identificar o campo da ação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social no meio rural e os caminhos percorridos pelas gestões municipais em relação à: distinção que o órgão local gestor da Política de Assistência Social realiza entre a população rural e urbana, bem como a distinção de município a município no critério de inclusão/ exclusão dessa mesma população no alcance de cobertura do SUAS.

Este estudo foi analisado a partir de dois eixos em sua constituição teórica. O primeiro, remete ao re-desenho da Política Nacional de Assistência Social aprovada em novembro de 2004 – PNAS/04, que estabelece diretriz para a proteção social. O segundo eixo situa-se na processualidade da gestão da política de assistência social nos territórios rurais dos municípios analisados.

Destaca-se neste estudo, aproximações teóricas sobre a polêmica que envolve a questão demográfica do território rural, perfil da população e condições de vida da mesma nos municípios analisados. Como resultado, constato a ausência de cobertura da atenção socioassistencial a população rural no Vale do Paraíba indicando distâncias na compreensão da política de assistência social por parte dos gestores locais, em contrapartida na cidade de Londrina pude comprovar a presença do alcance de cobertura do SUAS com resultados quantitativos e qualitativos de inclusão, demonstrando a possibilidade concreta na condução da política de assistência social pelo gestor que apresenta compreensão dos marcos legais dessa política, processualizando um novo paradigma da experiência democrática e participativa no território rural.

ABSTRACT

This study makes the analysis of the policy of social welfare in rural areas of the cities of Jacareí and Santa White located in the Vale do Paraíba - SP and the city of Londrina - PR, with the goal of identifying the scope of action of SUAS - Single System of Social Assistance in rural areas, paths cover by the municipal administrations in relation to: distinction that the national manager of the local Social Welfare Policy the population held between rural and urban as well as the distinction of the municipality council in the criterion for inclusion / exclusion of that population in the scope of coverage of SUAS.

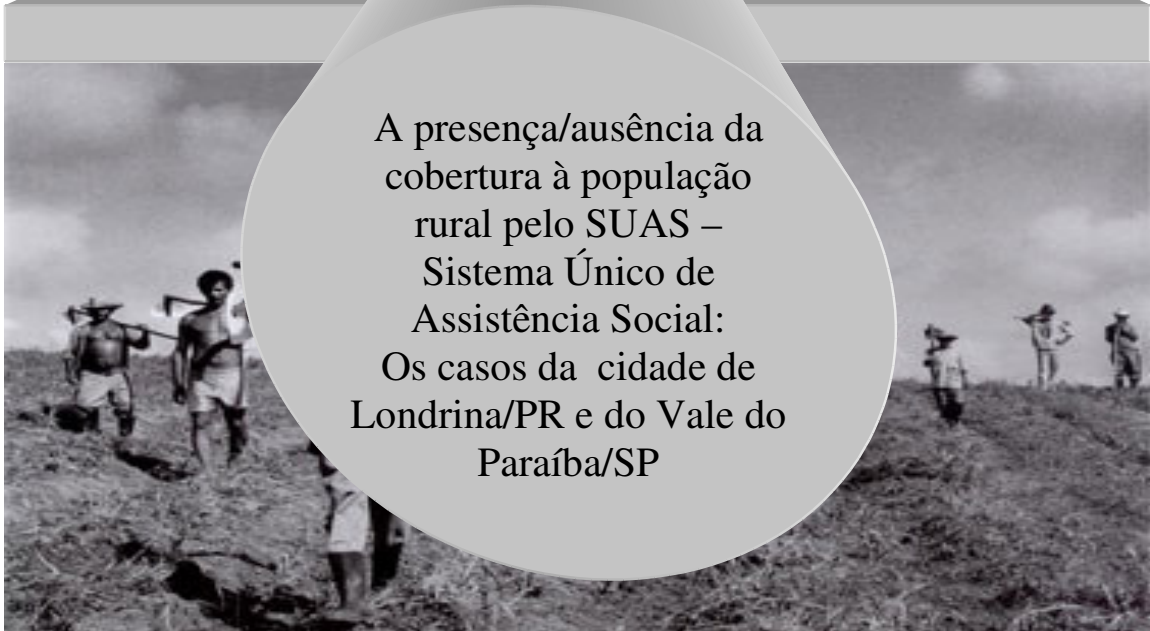
This study was analysed from two perspectives into its constitution theoretical. The first, refers to the re-design of the National Policy on Social Assistance approved in November 2004 - PNAS/04 establishing guidelines for social protection. The second axis, is in proceedings the management of the policy of social welfare in rural areas of the municipalities examined.

Highlights in this study, theoretical approaches controversy surrounding the issue population of the area, the population profile and living conditions of the same in the districts analyzed. As a result, I note the lack of attention socioassistencial coverage of the rural population in the Vale do Paraíba indicating distances in the understanding of the policy of social assistance by the local getores, however in the city of Londrina could prove the presence of the scope of coverage with the SUAS quantitative and qualitative results of inclusion, demonstrating the concrete possibility in the conduct of the policy of social assistance by the manager that presents understanding of the legal milestones that policy, processualizando a new paradigm of democratic and participatory experience in the rural area.

Ivonete da Silva



A presença/ausência da
cobertura à população
rural pelo SUAS –
Sistema Único de
Assistência Social:
Os casos da cidade de
Londrina/PR e do Vale do
Paraíba/SP



Fotos tiradas: Prefeitura de Londrina-PR; Sebastião Salgado; Hari-om Cavalcante (www.terras.cjb.net)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	11
LISTAS DE GRÁFICOS	12
LISTAS DE ILUSTRAÇÕES	13
LISTAS DE QUADROS	13
INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - PROTEÇÃO SOCIAL E ESPAÇO RURAL	19
1.1 - A proteção social na Educação, Saúde e o impacto do Benefício de Prestação continuada – BPC idoso na família rural	32
1.2 - O mito da extinção do rural condicionado a urbanização da sociedade	40
.....	
1.3 – O critério de classificação e a responsabilidade das posturas municipais no meio rural	42
1.4 – A dimensão socioeconômica e política brasileira	46
1.5 – As múltiplas faces dos movimentos sociais no campo	53
CAPÍTULO II - PROTEÇÃO E DESPROTEÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO DO VALE DO PARAÍBA-SP	56
2.1 - Os grupos sindicais, movimentos sociais e a política de assistência social como garantia da proteção social na área rural do Vale do Paraíba	71
CAPÍTULO III - O ALCANCE A POPULAÇÃO RURAL DO SUAS – SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CIDADE DE LONDRINA –PR	81
3.1 – A proteção social no território rural de Londrina: um espaço de pactuação	91
.....	
3.2 – Avanços e desafios para garantia dos direitos socioassistenciais no território rural de Londrina – PR	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102
ANEXOS	106

LISTAS DE TABELAS

Tabela 01 - Concentração da indigência e da pobreza segundo a classificação dos municípios e de habitantes	28
Tabela 02 - Incidência percentual de riscos e vulnerabilidades sociais na área rural e urbana apresentado pelos municípios, por grandes regiões. Brasil, 2005	29
.....	
Tabela 03 - Cidades imaginárias - Municípios sem função urbana no Brasil de um universo de 5.567 em 2001	44
Tabela 04 – Contingente populacional dos Municípios da Região do Vale do Paraíba	60
Tabela 05 – Os 10 municípios rurais com maior contingente populacional da região do Vale do Paraíba	61
Tabela 06 – Os 10 municípios rurais com maior percentual da região do Vale do Paraíba	62

Tabela 07 – IPVS da população rural do Vale do Paraíba, 2000	65
Tabela 08 – Segurança à renda para famílias rurais e urbanas no Vale do Paraíba	69
Tabela 09 – Macrozona de destinação rural no município de Jacareí	76
Tabela 10 – pessoal ocupado por condição do produtor, faixa de idade e sexo da messorregião Geográfica do Vale do Paraíba – SP/1996	79
Tabela 11 – Contingente populacional dos Municípios da Microrregião de Londrina	85
Tabela 12 – Distribuição da população de Londrina por Distrito Administrativo	87
Tabela 13 – Contingente de famílias com alcance de cobertura do SUAS por serviços, programas , projetos e benefícios na cidade de Londrina	98

LISTAS DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Ranking percentual de população rural nas cidades de Santa Branca, Jacareí no Vale do Paraíba -SP e Londrina no Paraná	31
Gráfico 02 - Comparação da proporcionalidade da educação entre Brasil e o território rural na faixa de 15 anos ou mais	32
Gráfico 03 –Taxa de concentração da população rural no Vale do Paraíba por porte de municípios	59
Gráfico 04 – Magnitude da Vulnerabilidade rural nos 10 municípios com maior contingente populacional + a cidade de Santa Branca na região do Vale do Paraíba	62
Gráfico 05 – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS da região do Vale do Paraíba	64
Gráfico 06 – Magnitude da vulnerabilidade nas microrregiões do Vale do Paraíba	64
Gráfico 07 – Magnitude da incidência de famílias com Benefício Transferência de Renda por microrregião no Vale do Paraíba	68
Gráfico 08 - Ranking dos programas de Transferência de Renda nas microrregiões do Vale do Paraíba	70
Gráfico 09 – Ranking do Benefício de Transferência de Renda nos municípios de Jacareí e Santa Branca no Vale do Paraíba	71
Gráfico 10 – São Paulo: Confronto de resultados dos Censos de 1970, 1975, 1980, 1985, e 1995-1996	80
Gráfico 11 – Vale do Paraíba: Resultado do Censo de 1995-1996	80
Gráfico 12 – Magnitude do decréscimo contingente populacional na microrregião de Londrina	84
Gráfico 13 - Rangink do decréscimo do contingente populacional na Região Metropolitana de Londrina no território rural	85
Gráfico 14 – Magnitude de cobertura do SUAS as famílias no território rural da cidade de Londrina	97

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Região Administrativa de São José dos Campos – SP	58
Figura 02 – Divisão da Região administrativa por microrregiões	58
Figura 03 – Macrozoneamento do Município de Jacareí	75
Figura 04 – Microrregião de Londrina	83
Figura 05 – Mapa da cidade de Londrina – PR	87
Figura 06 – Territorialização da política de assistência social na cidade de Londrina –PR	96

LISTAS DE QUADROS

Quadro 01 - Domínio da informação da gestão do SUAS no espaço rural em: Jacareí e Santa Branca – Vale do Paraíba e Londrina – Paraná	31
Quadro 02 – Quadro Comparativo 1996 – 2005 da violência no campo	54
Quadro 03 – Incidência das distâncias das condições atuais da gestão da assistência social co-relacionadas ao território rural entre: MDS, região do Vale do Paraíba e as cidades de Santa Branca e Jacareí	67

INTRODUÇÃO

“Devemos pesquisar na fonte e devolver ao povo em forma de arte.”

Solano Trindade

O alcance de cobertura do SUAS – Sistema Único de Assistência Social à população rural: a presença na cidade de Londrina –PR e a ausência no Vale do Paraíba, como objeto de pesquisa foi sendo delineado e constituído a partir de meu ingresso no Nepsas – Núcleo de Estudo de Seguridade e Assistência Social – do Programa Pós-Graduado em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo –PUC/SP, como aluna do curso de mestrado¹.

Os debates levantados pela coordenadora² do **Nepsas** com os alunos e orientandos, apontava para novos paradigmas de direito e proteção social na gestão da assistência social como política pública e de direito. Inserida no tripé do Sistema de Seguridade Social brasileiro a assistência social junto com a saúde e previdência social, intervém na cobertura das vicissitudes sociais para redução e prevenção dos Mínimos Sociais, que impossibilitam o desenvolvimento humano de forma digna.

Considero importante destacar como estímulo a escolha do tema, a inquietação pessoal gerada quando da experiência profissional que desenvolvi como assistente social com adolescentes que cumpriam a Medida Socioeducativa de Privação de Liberdade na FEBEM³. A ação desenvolvida com jovens que pertenciam à área rural⁴ caracteriza como pertencente a uma população desprovida de bens e serviços, e possivelmente invisíveis aos olhos de gestão pública.

De forma empírica, eu deduzia haver uma ausência de políticas públicas que favorecessem alternativas à internação desses jovens. Procurei direcionar estudos exploratórios na busca de identificar as políticas públicas na área rural e aplicação nesses

¹ Ingresso no 1º semestre de 2005, porém tranquei a matrícula retornando em março de 2006.

² Sposati, Aldaíza. Profª e Drª em Serviço Social pela PUC-SP. Coordenadora do Centro de Estudo da Desigualdade Territorial – CEDEST

³ Ingresso por concurso público em maio/2005 a agosto/2006 no Centro Sócioeducativo Tamoios de São José dos Campos – SP, inaugurado em 24 de maio de 2004 com a implantação de pequenas unidades no interior paulista.

⁴ De um universo de 35 jovens que eu acompanhava 05 pertenciam à área rural. A unidade tinha um total de 96 jovens, e eu não saberia quantificar neste momento quantos as demais equipe técnica (psicólogo e assistente social) acompanhavam a área rural.

territórios, tais como educação rural, aposentadoria contributiva e não-contributiva, saúde, habitação e outros.

O re-desenho da Política Nacional de Assistência Social aprovada em novembro de 2004 – PNAS/04, em contraponto a versão de 1998 legitima e referenda a implantação do SUAS, regulando e organizando em todo território nacional a proteção social. De caráter não contributivo, a PNAS/04 estabelece diretriz, onde um novo olhar para direitos socioassistenciais⁵ são afiançados e incontestavelmente defendidos como forma de justiça social.

O Decálogo dos Direitos Socioassistenciais, aprovado na V Conferência Nacional de Assistência Social, marca de forma indelével a proteção social não contributiva como um direito a ser consagrado em lei a todos. Direito que expressa a possibilidade de acesso da população que vive no território urbano quanto no rural.

O alcance de cobertura do SUAS à população rural remete à transposição do texto jurídico para a esfera da processualidade do cotidiano vivido por essa população.

O debate sobre a relação urbano-rural é polêmico e na Política de Assistência Social exige dos gestores locais replanejar gestão local do SUAS, de modo a não reproduzir a exclusão do direito ao acesso a bens e serviços socioassistenciais de forma digna e humana à população rural, respeitando sua diversidade e cultura .

Com certeza são questões polêmicas e que devem ser analisadas uma a uma, com profundidade. Neste estudo inicio apenas um ensaio sobre tais questionamentos para poder analisar o alcance de cobertura do SUAS à população rural.

⁵ Decálogo de direitos socioassistenciais

1. **Todos os** direitos de proteção social **de assistência social consagrados em** Lei para todos
2. **Direito de** equidade rural-urbana **na proteção social não contributiva**
3. **Direito de** equidade social **e de manifestação pública**
4. **Direito à igualdade do cidadão e cidadã de** acesso a rede **socioassistencial**
5. **Direito do usuário** à acessibilidade, qualidade e continuidade.
6. **Direito em ter garantia a convivência familiar, comunitária e social**
7. **Direito à** Proteção Social **por meio da** intersetorialidade das políticas
8. **Direito** à renda
9. **Direito ao** co-financiamento da proteção social **não contributiva**
10. **Direito ao** controle social **e defesa dos direitos socioassistenciais**

Fonte: MDS – SNAS

Portanto, aqui inicio um diálogo com o paradoxo da desigualdade e a não equidade existente no urbano-rural, tendo como hipótese que: a população rural compõe o universo dos invisíveis para o alcance das políticas públicas, e em especial, para a política de proteção social de Assistência Social.

A distinção de atenção à população entre urbana e rural permite constatar uma seletividade nas ações socioassistenciais, onde as transformações ocorridas no território rural, vêm se constituindo numa relação sócio-histórica de espaços de precarização e exploração das relações de trabalho no campo, o não acesso à terra e à produção, levando-os a vulnerabilidade e condição de pobreza.

Nesse sentido, as reflexões apresentadas neste estudo traduzem, ainda que timidamente a processualidade do alcance de cobertura da SUAS à população rural, ou melhor, a presença / ausência do SUAS na cobertura à população rural.

Para realização desta pesquisa, centrei a delimitação do objeto de estudo a região do Vale do Paraíba – SP, onde residi 20 anos e desses, 10 anos foram como profissional além de cidadã.

Iniciei este estudo encaminhando em formulário aos 39 municípios dessa região, porém o retorno resumiu-se a três. O que exigiu uma mudança no critério de escolha dos municípios que seriam analisados.

Dos três municípios que responderam ao formulário, dois indicaram a presença da população rural na gestão local da política de assistência social. As respostas contidas nos mesmos, não apresentavam nenhuma informação relevante para o estudo sobre o alcance do SUAS à população rural. Não se tornou possível constatar qual a proteção socioassistencial com acesso a esse público, ou ainda se as ações socioassistenciais que alcançavam à população rural eram adequadas às suas características, e por último as características da incidência de riscos e vulnerabilidades sociais da população rural nos municípios pesquisados.

Por outro lado, obtive a informação de que a cidade de Londrina⁶ poderia me propiciar o alcance do objetivo da pesquisa, tendo em vista que a mesma tinha realizado a VI Conferência Municipal da Assistência Social em 2007 após pré-conferências realizadas em áreas tanto urbanas quanto rurais, possibilitou a inclusão da análise exploratória dessa experiência de forma concreta para análise do alcance do SUAS à população rural.

Nesse contexto, passei a considerar como espaço para pesquisa de campo a experiência da cidade de Londrina - PR e o material coletado através de formulário nas cidades de Jacareí e Santa Branca na região do Vale do Paraíba - SP, sendo considerado como critério de escolha a existência de demanda nessas três cidades da população rural pela proteção social socioassistencial.

O primeiro capítulo deste estudo transita por reflexões que considero relevantes quanto à proteção social não-contributiva de assistência social, saúde, educação e agricultura no espaço rural.

No segundo capítulo as reflexões perpassam pela fragilidade da proteção social no Vale do Paraíba. Identifico grupos sindicais e o MST – Movimento dos Sem Terra, enquanto setores da sociedade civil, os quais se pautam pela ideologia solidária para garantir o acesso a serviços e benefícios para seus membros e/ou associados. E por último o papel do Estado na garantia da proteção social.

No terceiro capítulo realizo a pesquisa de campo sobre o alcance do SUAS à população rural na cidade de Londrina-PR, onde estabeleço um diálogo com o gestor e técnicos da assistência social e munícipes. Analiso os desafios e avanços da gestão da assistência social em territórios rurais a partir das seguranças de acolhida, convívio e renda.

Por último, apresento considerações sobre a gestão do SUAS nas duas cidades do Vale do Paraíba e na cidade de Londrina na busca da equidade rural.

⁶ A possibilidade de incluir Londrina, surge através da professora e orientadora Aldaíza Sposati que após ter ido a essa cidade como palestrante na Conferência Municipal de Assistência Social, no 1º semestre de 2007, trás como informação, a realização de pré-conferências nos territórios rurais e a existência da proteção social não contributiva pela política de assistência social. Assim sendo, após alguns contatos e a indicação da professora e orientadora, no dia 13 de setembro fui a Londrina para entrevista com técnicos que atuam na coordenação e implementação de políticas socioassistenciais na área rural e com isto, subsidiar o debate na compreensão de alcance do SUAS para cidadãos rurais.

As reflexões apresentadas neste trabalho provavelmente proporcionarão a mim, e a outros pesquisadores, bem como gestores da Política de Assistência Social um olhar diferenciado e integrado no conjunto das políticas públicas, que tem o compromisso e a responsabilidade de garantir dignidade e justiça social à população rural.

CAPÍTULO 1 - PROTEÇÃO SOCIAL E ESPAÇO RURAL

A proteção social não contributiva, embora assegurada juridicamente nos territórios rurais, apresenta um dilema, enquanto a efetiva garantia desse direito. “A proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano da vida das pessoas, pois é nele que os riscos acontecem.” PNAS/04:11

Do ponto de vista histórico, o direito a proteção social vem sendo constituído num paradoxo entre a presença e ausência da proteção social aos cidadãos. Transitou do período imperial à sociedade moderna sob o capital competitivo, como de privilégio de acesso a alguns cidadãos ao lado de uma ação social centrada na meritocracia para os mais fragilizados.

As formas de proteção social presentes no século XXI apresentam resquícios patrimonialista, clientelistas, que na Assistência Social tendem a retardar a efetivação do Decálogo dos Direitos Socioassistenciais, impedindo que a população usufrua de forma.

A presença do conservadorismo parece mais grave nos territórios rurais face à baixa incorporação dos impactos das transformações sociais ao espaço rural. Entende-se o espaço como:

“... uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isto significa que, como instância, ele contém e está contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ele contida. A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. O mesmo se dá no político-institucional e com o cultural-ideológico. Isto quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nós dá a natureza. O espaço é tudo isto, mais a sociedade.... O espaço deve ser considerado como uma totalidade”. Santos, Milton⁷, 1985:1; 5

Enquanto totalidade, onde os homens, firmas, empresas, meio ecológico, infra-estruturas, culturas entre outros, interagem constituindo a totalidade. O conceito de espaço,

⁷ Santos, Milton. Espaço e Método, São Paulo: Nobel, 1985 – Coleção Espaços

é um dos eixos estabelecidos para a gestão da PNAS/04⁸ a partir do SUAS. Nela o território é indiscutivelmente privilegiado para análise da realidade social. Significa que na dinâmica da ação indivíduos, grupos ou famílias a atenção socioassistencial, possibilitará a dimensão da totalidade, bem como compreender o conhecimento das características da população.

O rural também é a interação desses elementos composto por cidadãos rurais com culturas e saberes que passam de geração em geração, interagem nos processos de modernização, de mudanças históricas e no processo de produção e reprodução social.

Esta análise exige levantar as transformações ocorridas no território rural e sua interface com o processo de globalização da sociedade, a qual tem provocado altos índices de desemprego, baixos salários, fome e desabrigo de forma processual e histórica.

Para isto, me proponho a uma breve análise do processo de transição da sociedade agrária para industrial na Europa do século XVII, período em que o campo tinha por excelência a produção e a cidade apenas consumia. Porém, perde sua hegemonia e seu poder político sobre a cidade ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX com o surgimento de pensadores na Europa,⁹ entre eles Adam Smith, que questionava o regime feudal.

Segundo Netto, esses pensadores se interessavam em compreender o conjunto das relações sociais que estavam ocorrendo no antigo regime feudal, entre elas a relação de subordinação do servo ao senhor. Por outro lado, o pensamento liberal de Smith e seus seguidores tinham claros objetivos de intervenção política e social. Esses pensadores defendiam a extinção do totalitarismo feudal em detrimento de uma nova ordem social, que suporia ao homem ser muito mais livre que a anterior.

Todavia, a revolução burguesa do século XIX, do tão prometido reino da liberdade,

⁸ “Matricialidade sociofamiliar. Descentralização político-administrativa e Territorialização. Novas bases de relação entre Estado e Sociedade Civil. Financiamento. Controle Social. O desafio da participação popular; cidadão usuário”. PNAS/04:33

⁹ Willian Petty na Inglaterra, Pierre de Boisguillebert na França entre outros. Ver em Netto, José Paulo e Braz, Marcelo - Economia Política, Cortez editora, 2006

“... conduziu a uma ordem social sem dúvida muito mais livre que a anterior, mas que continha limites insuperáveis à emancipação da humanidade. Tais limites deviam-se ao fato de a revolução resultar numa nova dominação de classe – o domínio de classe da burguesia.” (Netto, 2006:19-20)

Para o autor, a burguesia renuncia aos seus ideais de emancipação humana, torna-se conservadora, ou seja, se inicialmente criticava o parasitismo do regime feudal, o caráter exploratório, passa a se apropriar desses valores, valoriza a produção de bens, mas não a sua distribuição e quando se vê criticada pelo proletariado por ter suprimido seu ideário primário de emancipação humana, o regime burguês passa a defender a idéia de que na relação valor-trabalho, não existe igualdade econômica e social do trabalho na sociedade moderna, o que inviabiliza a emancipação humana, levando em descrédito a revolução burguesa que adota como concepção a idéia de que valor é o produto do trabalho.

Por essa lógica, a concepção de valor remete à reflexão de que somente quem trabalha na sociedade de mercado e, principalmente quem tem esse trabalho regulamentado como no trabalho formal, gerando mais-valia é cidadão. Tal suposição despreza as outras formas relacionais que também têm o seu valor, como o trabalho informal, associativismo, cooperativismo, questões subjetivas, ou seja, a concepção de valor envolve a totalidade do humano. Humano que reproduz relações de valor.

A partir da concepção de valor medido pela categoria do trabalho, inicio a aproximação entre campo e cidade na análise das primeiras transformações ocorridas no território rural brasileiro com a seguinte frase do procurador do Estado do Maranhão Manoel Guedes Aranha em 1654,

“...como maior razão devem ser estimados os brancos em paiz de hereges; porque aquelles foram creados com o leite da igreja e da fé christã. Além do que, sabido é que diferentes homens são próprios para diferentes coisas; nós (brancos) somos próprios para introduzir a religião entre elles (índios e pretos); e elles adequados para nos servir, caçar para nós, pescar para nós, trabalhar para nós “. Freyre, Gilberto:1951:14

Posturas como a do procurador, contribuíram para fortalecer o poder do patriarcado rural que subjugava um povo, porém, essas distâncias sociais diminuíram com a decadência do patriarcado rural a partir do século XIX. A cidade passa ser o lócus principal de produção com o advento da mercantilização e industrialização, tem-se nas primeiras posturas municipais a preocupação com o respeito à rua, tampando buracos, poças pelos donos das casas.

Todavia, equivocadamente já nessa época nossa história aparta a cidade do campo. O patriarcado rural perde poder político, porém, mantém valores imperialistas do regime feudal do século XVII através da exploração do trabalho do homem do campo, da questão fundiária, que são reflexos da questão social que permeiam a área urbana. O destaque que observo desse momento político é de uma aparente esquizofrenia, em que aristocracia agrária marginalizada pela Coroa ao ser,

“... destinada a gerar riquezas para apropriação colonial. ... entrava no circuito da apropriação colonial como parte dependente e sujeita a modalidades inexoráveis de expropriação, controladas fiscalmente pela Coroa ou economicamente pelos grupos financeiros europeus, que dominavam o mercado internacionalmente”. (Fernandes. 1975:16)

Ironicamente, a aristocracia agrária reproduziu junto à mão-de-obra escrava o mesmo processo sofrido de marginalização pelo qual passou no período colonial ao servir a Coroa. Outro fato importante na história brasileira, destacado por Florestan Fernandes é que, o senhor de engenho não poderia ser considerado um burguês,

“No conjunto, nada justificaria assimilar o senhor de engenho ao” burguês “e é um contra-senso pretender que a história da burguesia emerge com a colonização”. (Fernandes, 1975:17)

Para o autor, o excedente econômico produzido nas fazendas não visava lucro para o senhor de engenho, ou seja, constituía a parte que lhe cabia no circuito global da apropriação colonial, o lucro cabia à Coroa ou aos grupos financeiros europeus. O burguês, surge no Brasil com o agente artesanal enquanto entidade especializada na figura do negociante e com a expansão das casas comerciais.

Na verdade, o Brasil não teve feudalismo e nem burguês no período colonial, não se fez nenhuma lei sobre a questão fundiária que regulamentasse a terra. Nesse período a terra era propriedade do Rei, concedida ou doada conforme seu interesse, e os poucos homens livres que tinham a apropriação direta da terra não tinham condições de manter grandes propriedades ficando em terras menores.

Somente em 1850, após independência do Brasil surgem as primeiras leis, entre elas a Lei de Terras nº 601/1850, normatiza a ocupação das terras para compra e venda ou por autorização do Rei. Todos que tivessem terras nessas condições receberiam o título de proprietário, porém, tinha que residir e nela produzir. Esse interesse voltava-se para proteger os grandes proprietários de terra no Nordeste e Sudeste que iniciava a produção de café. Contudo, prevendo um possível interesse dos imigrantes e escravos libertos em adquirirem suas próprias terras, a lei passa ser uma forma de controle dos grandes proprietários de terra para manutenção e acumulação de sua riqueza.

A Lei da Terra foi fundamental para a colonização do Estado de São Paulo entre 1890/1930 e no Paraná onde se situa a cidade de Londrina entre 1930/1960. No interior de São Paulo, alcançou 40% de colonização com leilão público de grandes lotes de terra, em seguida, arrematadores revendiam em pequenos lotes aos pequenos e médios agricultores pioneiros, iniciando as primeiras transações financeiras com a especulação da terra. O Vale do Paraíba se expande com o capital inglês, porém as diferenças sociais se acentuam reproduzindo a pobreza no interior, basicamente constituído pela população rural. Não me deterei neste momento em questões específicas do Vale do Paraíba, e as cidades analisadas, o que será considerado no capítulo 2.

O Paraná também teve como princípio ceder as terras aos colonizadores, porém, a colonizadora a empresa Companhia de Terras do Norte do Paraná, de George Craig Smith¹⁰, era de um paulista, descendente de ingleses que colonizou uma área de 546.078

¹⁰ Iniciou a caravana em 20 de agosto de 1929, para o “desbravamento das matas, reconhecimento e loteamento da maior empresa colonizadora da América do Sul, dona de 500.000 alqueires de terras cobertas com matas virgens que impressionaram Lord Lovat em 1924. Em 1925 Lord Lovat, escocês, diretor da Sudan Cotton Plantations Syndicate e assessor de agricultura para assuntos de agricultura e florestamento foi constituído presidente da Paraná Plantations versão inglesa da Companhia de Terras Norte do Paraná”. Catálogo da Correspondência Ativa de George Craig Smith. Organizadoras Profª Drª Raimunda de Brito Batista e Profª Drª Maria Guarnier Domiciano, site: www.colonizacaoparana.htm

alqueires de terras, correspondendo a 1.321.499 hectares ou cerca de 13.166 km. Fundou 63 cidades e patrimônios, vendeu lotes e chácaras para 41.741 compradores, de área variável entre 5 e 30 alqueires, e cerca de 70.000 lotes urbanos com média de 500 m². As cidades localizadas ao Sul do Paraná, sofreram a influência dos imigrantes europeus, principalmente a italiana e alemã. A trajetória da colonização da região Sul, teve o impacto da mecanização da agricultura e da agroindústria na área rural, porém reflexões do tema, bem como o reflexo destas transformações na cidade de Londrina, que é analisada no Capítulo 3. Aliás seu nome Londrina trás forte conotação com o processo de orientação inglesa.

A reprodução da violência e marginalização no território rural, se estruturou na modernidade através da expansão do mercado capitalista moderno com a precarização das relações de trabalho, na relação político-institucional, na especulação imobiliária da terra, em legislações anacrônicas ao determinar a geografia rural e urbano, entre tantas outras questões.

Tem-se por princípio que o território rural é uma totalidade inserida num sistema produtivo que produz e reproduz valores econômicos, políticos, sociais, culturais e com eles expressa a pobreza. O meio rural e o urbano não podem ser vistos separadamente, ambos se inter-relacionam no sistema social,

“...Em virtude do próprio desenvolvimento do Estado moderno, surge uma classe, desprovida de todos os direitos e de todos os bens...” (Marx, 1987, Volume I:12)

As relações político administrativas entre o campo e a cidade tomaram, de forma equivocada, o território rural como um empecilho para o desenvolvimento urbano, e não como um espaço alternativo de desenvolvimento sustentável, com potencial para propiciar qualidade de vida e movimentar a economia do território.

Experiência nesse sentido foi desenvolvida com mulheres do Maranhão e publicado em 2005 pelo IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a

Agricultura¹¹, onde a metodologia adotada para o desenvolvimento de capacidades humanas para um rural sustentável, permitiu as mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu o resgate de sua auto-estima, de valores culturais e naturais da região. O resultado desta ação foi o empoderamento dessas mulheres e a percepção de que tinham potencial para a sustentabilidade de seus familiares, porém, também de alterar de forma positiva a economia local no desenvolvimento da região.

Dessa forma, a experiência exemplar do Maranhão pôde proporcionar o reencontro de vários atores sociais com o protagonismo e ao mesmo tempo, beneficiar-se do processo de desenvolvimento da sociedade, bem como, proporcionou o combate à pobreza e o êxodo rural. Contudo, mesmo sendo desenvolvidas experiências como a maranhense, em outros Estados brasileiros, seu resultado se dá a médio e longo prazo. Como consequência, o êxodo rural inevitavelmente é presença constante entre a população.

A mobilidade da população rural nas áreas urbanas ocorre em direção às favelas. Segundo Inês Medeiro Marques¹², pesquisadora do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo – USP, a favela tem caráter mediador entre o campo e a cidade e de forma insuficiente não dá conta de suprir as necessidades de quem vive a miserabilidade da vida urbana.

Sob esse aspecto, as estatísticas apresentadas no Atlas de Desenvolvimento Humano – PNAS/04, de 169 milhões de brasileiros, 28 milhões pertence ao grupo dos indigentes sobrevivendo com uma renda per capita inferior a ¼ do salário mínimo, e 56 milhões são pobres sobrevivendo com uma renda per capita inferior a ½ salário mínimo, conforme **tabela 01**.

Analisando os dados por porte populacional do município, observa-se que os pequenos 4.018 municípios brasileiros, aqueles até 20 mil habitantes agregam 15 milhões de habitantes rurais e pouco mais de 18 milhões de população urbana, representando 9 milhões de indigentes e 16 milhões de pobres.

¹¹ Gestão Social do Território – Experiência no Estado do Maranhão. Série Desenvolvimento Rural Sustentável. IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. 1ª edição. Brasília, 2005

¹² Marques, Inês Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. Terra Livre, SP, ano 18, nº 19, 2002

Nesses grupos sociais vulneráveis, segundo o sociólogo Francisco de Oliveira¹³, são encontrados negros, mulheres, nordestinos, trabalhadores rurais, indígenas, crianças de rua, deficientes físicos. Do ponto de vista do autor, pode considerá-los entre os mais discriminados na sociedade já que,

“Eles se tornam vulneráveis, melhor dizendo discriminados, pela ação de outros agentes sociais. Isto é importante não apenas porque os retira da condição passiva de vulneráveis, mas porque identifica processos de produção da discriminação social, e aponta para sua anulação. Ainda que políticas públicas sejam uma das exigências mais prementes para a atenuação das várias vulnerabilidades, elas não esgotam o repertório de ações que se situa muito mais no campo do direito”. Oliveira, 1994:1

Compartilho da mesma idéia que o autor, reforçando a concepção de que a população rural constrói alternativas de resistência e superação a atributos pejorativos que lhes são atribuídos, por uma ideologia burguesa com a disseminação de que os problemas sociais estão na população. Por consequência há a desresponsabilização do processo social que gera a de discriminação e ao mesmo tempo a reprodução da pobreza.

Porém, o autor reforça que antes de situar as políticas públicas no campo dos direitos, é preciso retirar a conceituação de “carências”, reforçando o novo olhar da PNAS/04 que transpõe a lógica do necessitado, da meritocracia, para a lógica das necessidades humanas enquanto direito social, alcançando o objetivo das políticas públicas ao garantir dignidade, respeito e justiça social a todo cidadão brasileiro.

Na Assistência Social, a incidência dos riscos e vulnerabilidades sociais nas áreas rurais e urbanas, foram apresentados na V Conferência Nacional de Assistência Social em 2005, resgatados na VI Conferência Nacional de Assistência Social, pelos resultados da pesquisa coordenada pelo NEPSAS - Núcleo de Estudo e Pesquisa em Seguridade e Assistência Social – PUC-SP para o CNAS. Como participante pude acompanhar a aplicação e análise da pesquisa Fotografia da Assistência Social no Brasil, cujos resultados

¹³ Oliveira, Francisco de. Sociólogo Professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo e Pesquisador –sênior do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento-cebrap. São Paulo, escreveu o texto: Vulnerabilidade Social e Carência de direitos para o Seminário “Integração Social”, promovido pelo Ministério das Relações Exteriores em Recife, em 13 e 14 de outubro de 1994, como documento para a preparação da Cúpula do Desenvolvimento social a realizar-se em Copenhagem, Dinamarca, março de 1995.

preliminares e final expressaram a tendência dos riscos e as vulnerabilidades no rural-urbano, ver **tabela 02**.

Porém, o mais importante é que a pesquisa: Fotografia da Assistência Social contou com a adesão de 58% dos municípios. Este dado é importante porque sinaliza que mais da metade dos municípios se mostraram empenhados na perspectiva de apresentar dados que possibilitam aferir a ocorrência de vulnerabilidades e riscos social, na população como uma bússola para nortear o caminho da atenção social no rural para o direito e acesso da proteção socioassistencial.

A tabela 02 mostra os dados sobre a distinção por regiões rurais e urbanas do país. O Nordeste, nas duas áreas se destaca com os maiores índices de presença de vulnerabilidades e riscos social, sendo superior a média nacional na maioria dos indicadores apontados pelos municípios. Em regiões do Sudeste e Sul do país que estão localizadas as 03 cidades analisadas neste estudo, quanto à presença da atenção rural na assistência social identifica:

1 - no sul, o risco social para o idoso e a vulnerabilidade da família são superiores a média nacional no rural, e no urbano. Quando ao idoso ocorre redução, entretanto a vulnerabilidade da família permanece superior a média nacional. Esta intensidade foi detectada na visita realizada na cidade de Londrina – PR, onde constatei em uma das regiões rurais a vulnerabilidade familiar no Distrito de Lerroville, justificando a implantação de 03 CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, 03 presentes em territórios rurais para o alcance de cobertura do SUAS, dentre os 13 instalados no município;

2 - no Sudeste, os índices de vulnerabilidade na área rural são menores que média nacional e no urbano o risco social na adolescência e a vulnerabilidade da família são maiores que a média nacional, denota um maior conhecimento do espaço urbano. Essa análise propiciou algumas considerações interessantes das cidades de Jacaré e Santa Branca a partir da aplicação dos formulários aos gestores (anexo 01, 02, 03, 04, 05) e de visita informal realizada em Jacaré. Entretanto, já é possível identificar a inexistência e/ou quase nenhuma ação direcionada para a proteção socioassistencial à população rural. Esta por vezes se concentra só pela atenção social rural a saúde através do PSF – Programa Sócio Familiar e a Educação com as escolas rurais. (quadro 01)

tabela 01 - concentração da indigência e da pobreza segundo a classificação dos municípios e de habitantes

Classificação dos municípios	Classificação dos municípios segundo total de habitantes						Concentração da indigência			Concentração da pobreza		
	Total de municípios	População total	População rural	População urbana	% rural	% urbana	População vivendo com renda per capita abaixo da linha da indigência	Média da população vivendo com renda per capita abaixo da linha da indigência em cada município	Porcentagem vivendo com renda per capita abaixo da linha da indigência	População vivendo com renda per capita abaixo da linha da pobreza	Média da população vivendo com renda per capita abaixo da linha da pobreza em cada município	Porcentagem vivendo com renda per capita abaixo da pobreza
Pequeno I (até 20.000 hab.)	4.018	33.437.404	15.022.174	18.415.230	44,93	55,07	9.160.084	2.280	27,39	16.673.196	4.150	49,86
Pequeno II (de 20.001 a 50.000 hab.)	964	28.832.600	9.734.706	19.097.894	33,76	66,24	7.554.345	7.836	26,20	13.696.633	14.208	47,50
Médios (de 50.001 a 100.001)	301	20.828.128	3.940.021	16.988.107	18,83	81,17	3.564.858	11.836	17,03	7.380.022	24.518	35,26
Grandes (de 100.001 a 900.000 hab.)	209	50.321.723	2.332.987	47.988.736	4,64	95,36	5.012.177	23.982	9,96	11.852.368	56.710	23,55
Metrópoles (mais de 900.000 hab.)	15	36.279.315	825.323	35.463.002	2,25	97,75	2.744.692	182.979	7,57	6.419.325	427.955	17,69
TOTAL	5.507	169.799.170	31.845.211	137.953.959	18,75	81,25	28.036.157	5.091	16,51	56.021.544	10.173	32,99

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano, 2002 IN PNAS/04

tabela 02 - incidência percentual de riscos e vulnerabilidades sociais na área rural e urbana apresentado pelos municípios, por grandes regiões. Brasil, 2005

RURAL								URBANO						
Região	Risco social na infância	Risco social na adolesc.	Risco Social idoso	Vulnerabilidade da família	Discriminação	Violência	Pessoa com Deficiente	Risco social na infância	Risco social na Adolesc	Risco Social idoso	Vulnerabilidade da família	Discriminação	Violência	Pessoa com deficiente
Centro-Oeste	31,6	21,6	13,2	22,9	4,2	22,6	7,9	43,9	52,4	23,4	36,6	3,9	37,4	11,6
Nordeste	61,2	45,5	23,4	24,5	3,1	36,9	20,5	64,7	60,0	28,2	28,3	3,6	47,2	23,4
Norte	50,2	31,7	15,4	21,7	1,4	21,7	10,0	52,9	46,6	23,5	26,2	2,3	35,7	13,5
Sudeste	31,4	27,8	14,2	23,2	1,7	20,8	8,8	40,1	57,9	24,2	38,2	2,5	37,5	13,5
Sul	28,1	23,1	19,3	24,1	2,5	23,6	11,5	35,7	40,1	19,1	36,8	2,0	28,7	11,8
Brasil	42,6	32,6	18,4	23,7	2,6	27,3	13,5	49,3	53,6	24,5	33,4	3,0	39,0	16,4

Fonte: Álbum de Fotografia da Gestão Municipal.CNAS,2005/2006 – NEPSAS/PUCSP

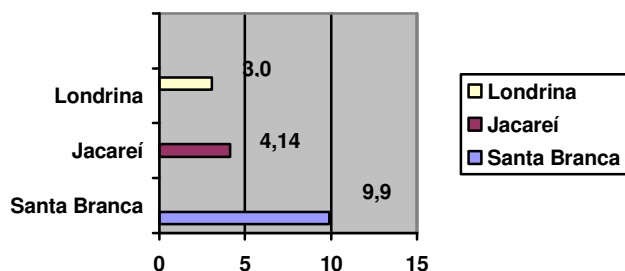
Levando-se em consideração as diferenças existentes nas três cidades, foi comum em Jacareí e Santa Branca: a fragilidade no domínio da informação e a ausência da atenção rural. A cidade de Santa Branca se destaca no rank percentual de população rural, representando um universo de 9,91%, denotando um conceito equivocado da proteção social, que se assemelha à idéia conservadora dos Plantões Sociais, contrapondo ao olhar pró-ativo no território. Ver **quadro 01**.

Em Jacareí com 4,14% de população rural, embora tenha instalado Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, os mesmos se localizam na área urbana e a população rural tem que se deslocar para este atendimento. Na realidade, as duas cidades não alcançam os objetivos da PNAS/04 no direito a equidade urbano-rural, pela pouca compreensão da dimensão do território rural como um espaço de reprodução da pobreza, deve ser alvo das políticas públicas e/ou como afirmou o professor da Universidade de São Paulo –USP e pesquisador do Cebrap, Eduardo Marques:

“... a política social é um conjunto de escolhas trágicas porque sempre há hierarquia de um problema em relação ao outro, e dentro do problema um grupo social em relação ao outro”. Marques, Folha de São Paulo, Caderno Brasil, Eleições 2004/Pobreza em debate.

Entretanto, há exceções municipais sobre a escolha do grupo social a ser investido nas políticas públicas, quando se busca a equidade da atenção socioassistencial no rural-urbano. A cidade de Londrina-PR com 3,06% de população rural, com índice percentual inferior que Santa Branca e Jacareí, constata a presença da atenção socioassistencial com a instalação de 03 CRAS em territórios rurais. O gestor da Política de Assistência Social vem concentrando recursos e serviços ao demonstrar a compreensão de que o território rural é parte da sociedade, portanto, precisa da intervenção pública para garantir justiça social.

gráfico 01 - ranking percentual de população rural nas cidades de Santa Branca, Jacareí no Vale do Paraíba -SP e Londrina/PR.



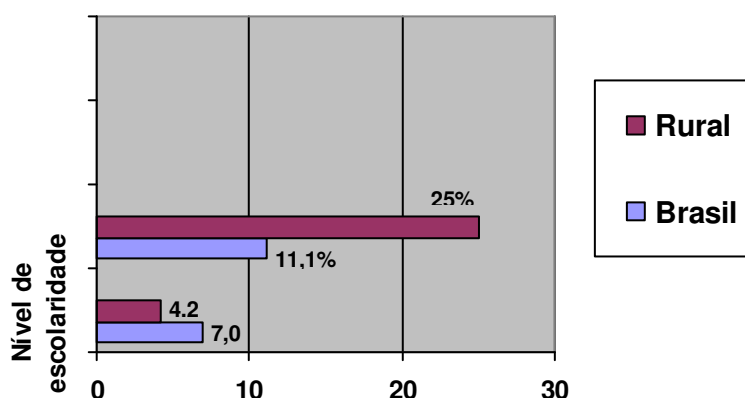
quadro 01 - Domínio da informação da gestão do SUAS no espaço rural em: Jacareí e Santa Branca – Vale do Paraíba e Londrina/PR

Domínio da informação em relação:	Municípios		
	Santa Branca Gestão Inicial Pequeno 1-b Total de habitantes: 13.010 Total rural: 1.298(9,91%) Total urbano: 11.721(90,09%)	Jacareí Gestão básica Grande Porte Total de habitantes: 191.291 Total rural: 7.914(4,14%) Total urbano: 183.377(95,86%)	Londrina Gestão Plena Porte Grande Total de habitantes: 447.065 Total rural: 13.696(3,06%) Total urbano: 433.369(96,93%)
Presença da população rural para proteção social	Existe, porém não sabe quantificar	Existe, porém não sabe quantificar	Existe, e sabe quantificar
Identificação dos territórios rurais	Sabe em que área está concentrada a população rural, porém não sabe o perfil	Sabe em que área está concentrada a população rural, porém tem dificuldade de identificar o perfil	Sabe em que área está concentrada a população rural, identifica o perfil e interage com as demais políticas do território
Espaço físico para atenção rural	Plantão social urbano	CRAS urbano	CRAS rural
Acessibilidade da população rural	Dificuldade no transporte	Não tem dificuldade para atendimento	Dificuldade no transporte, mesmo com CRAS no território
Atividade desenvolvida na atenção rural na assistência social	Sem planejamento para população rural	São os mesmos da área urbana: escuta qualificada, cesta básica, óculos, fotos, passes e passagens, documentos, auxílio funeral, isenção de taxas, remissão de débitos tributários, emissão de transporte gratuito pessoa com deficiente	Serviços permanentes do Grupo sócioeducativo, inclusão produtiva, formação e benefícios do Bolsa Família, PETI, Juventude cidadã, consórcio cidadã, bolsa escola municipal, bolsa idoso, bolsa auxílio adolescente, BPC
Atividade desenvolvida na atenção rural por outras áreas	Saúde:PSF com bolsa família, neste programa tem como identificar a população rural	Educação: escola rural e transporte escolar; Saúde:PSF com bolsa família, neste programa tem como identificar a população rural	Educação: escolas rurais, transporte escolar; Saúde: Unidades básicas de saúde, PSF ...

1.1 – A proteção social na Educação, Saúde e o impacto do Benefício de Prestação Continuada – BPC idoso na família rural

Torna-se evidente, que os desafios apontados sobre a questão social na área rural não é especificidade única da política de assistência social. Na área da educação de acordo com os dados da 2ª Oficina da Rede do Observatório da Equidade, realizado em 16 de outubro/2006 em São Paulo, revelou o contingente de analfabetos na área rural, reforçando a desigualdade. A situação inicial em 2005 apontava que de 14,9 milhões de analfabetos, a taxa de analfabetismo de 15 anos ou mais no Brasil era de 11,1%, destacando o Nordeste com 21,9%, o rural com 25% e pardos/pretos com 15,4%. E a média de estudo para esse grupo, sendo que o Brasil é de 7 anos, no Nordeste 5,6 anos, no rural 4,2 anos e pardos/negros 6,0 anos.

gráfico 02 - comparação da proporcionalidade da educação entre Brasil e o território rural na faixa de 15 anos ou mais



O gráfico mostra a não equidade, o não direito da permanência na escola pela população rural. O número de analfabetos no rural em relação ao Brasil tem taxa superior a 100%. A Lei de Diretrizes Básicas da Educação, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, no art. 3º estabelece o princípio da,

“igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”

Incentivos para que a população rural possa permanecer em sala de aulas, não são suficientes para superar a necessidade de sobrevivência da família rural. Novos

arranjos familiares vão sendo constituídos, a partir da necessidade de aumentar a renda familiar, do deslocamento de crianças para o trabalho infantil, da distância para acessar as escolas rurais ou em áreas urbanas, da precariedade das estradas, do transporte inadequado ou inexistente, da ausência e/ou precarização da infra-estrutura física e humana.

Adalgiza Campolin¹⁴, pesquisadora da Embrapa, em relação aos jovens rurais, destaca seu protagonismo no conhecimento científico e sua capacidade de produzir saberes, e que a potencialidade desenvolvida por esses jovens transforma o espaço ocupado em,

“... espaços que podem tornar-se uma ponte entre o conhecimento operativo e o conhecimento científico, de forma que à experiência cotidiana das jovens e dos jovens rurais se agregam as conquistas da ciência, viabilizando a construção de um novo espaço rural no qual a juventude possa desenvolver plenamente todo seu potencial”. (Campolin, site Ministério do Desenvolvimento Agrário)

Os avanços nesse sentido são lentos, e os novos rumos da educação com vista à formação em todas as fases do aprendizado humano, envolve ação integrada entre Estado e sociedade civil, para assim, alcançar o objetivo da Política Nacional de Educação com padrão de qualidade e a garantia da equidade no acesso, permanência e continuidade da formação.

Na saúde, o desafio da equidade rural-urbano vem sendo minimizado com a implantação do Programa de Saúde da Família – PSF, ficando mais próximo do cotidiano do cidadão com a territorialização desse programa nas áreas de vulnerabilidade e comunidades rurais através dos agentes de saúde, desenvolvendo ações de proteção básica.

No Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde, até 2007 foram implantados 27.324 equipes de Saúde da Família, com um total de 5.125 municípios, atingindo 40,9% da população brasileira, o que corresponde cerca de 107 milhões de brasileiros.

¹⁴ Pesquisadora da Embrapa Pantanal, da Área de Comunicações e Negócios, mestre em Educação. Site MDA

Em relação à população rural, a Portaria 2.607 de 10 de dezembro de 2004 – Um pacto pela saúde no Brasil, em seu Plano Nacional estabeleceu a implementação de políticas de saúde para a população do campo, contendo seguintes metas:

“ 1 – implantar a política de prevenção e controle do consumo de álcool e outras drogas em 50% dos municípios de residência da população do campo.

2 – implantar a política de incentivo à equidade em 100% dos municípios com assentamentos e dos municípios quilombolas; em 100% dos municípios da Amazônia Legal com população igual ou menor que 50 mil habitantes e IDH igual ou menor que 0,7; em 100% dos municípios com população igual ou menor que 30 mil habitantes e IDH igual ou menor que 0,7.

3 – implantar a política do idoso em 50% dos municípios de residência da população do campo”.

O pacto de Gestão do Sistema Único de Saúde – SUS, estabelece ser de competência do Ministério da Saúde, a responsabilidade pelo processo de gestão, monitoramento e avaliação da Política Nacional de Saúde. A política de saúde trás o exercício de aproximação com o território, representa uma mudança estrutural, conceitual de provisão pública, regulada e de direito universal.

Na Assistência Social, a atenção rural concentra-se na maioria dos municípios do Brasil através de Programas de Transferência de Renda, sendo que a trajetória dos benefícios não-contributivos teve seu início entre 1970 e 1974, com aposentadoria para os trabalhadores rurais e a Renda Mensal Vitalícia – RMV, destinados aos “necessitados” urbanos e rurais.

A aposentadoria era destinada ao chefe do domicílio com mais de 65 anos, depois de comprovado trabalho em atividade rural. O valor estipulado era 50% do salário mínimo, com exceção da aposentadoria por invalidez com 75% do salário mínimo.

A RMV, instalada em 1974 para proteger o portador de deficiência e idoso, e os critérios de elegibilidade para ter acesso ao benefício, fiava-se em

“não receber nenhum benefício, ter contribuído por pelo menos 12 meses (ou alternadamente ter trabalhado por cinco anos em atividade na época não coberta pela previdência) e não auferir renda superior ao valor do benefício”¹⁵. (Beltão; Camarano & Mello, 2004:5-6)

Em 1993 com a promulgação da LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social, Lei nº 8.742/1993 foram criados os benefícios assistência para pessoa com deficiência e idoso, tendo como critério somente a insuficiência da renda familiar per capita inferior a ¼ do salário mínimo. A idade de 70 anos ou mais estabelecido em 1993, reduziu para 65 anos, e em 2007, o Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007 estabelece as novas bases para competência do Benéfico de Prestação Continuada – BPC,

“Compete ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por intermédio da Secretaria Nacional de Assistência Social, a implementação, a coordenação-geral, a regulação, financeira, o monitoramento e a avaliação da prestação do benefício, sem prejuízo das iniciativas compartilhadas com Estados, distrito Federal e Municípios, em consonância com as diretrizes do SUAS e da descentralização político-administrativa, prevista no inciso I do art. 204 da Constituição e no inciso I do art. 5º da Lei nº 8.742, de 1993”. (Presidência da República, Decreto 6.214/2007)

Estima-se que no Brasil em 2008 em relação ao idoso, aproximadamente 2 milhões¹⁶ de famílias sejam beneficiadas por esse programa, significando 5% das famílias brasileiras. Entre as famílias rurais, a cobertura corresponde a 38,3%, impacto significativo na redução da pobreza, e tem provocado mudança nos arranjos familiares e dinamizado a economia local.

“Os resultados sugerem que os benefícios rurais estão desempenhando um papel importante na redução da pobreza e na melhoria da distribuição de renda dos idosos. Estão afetando a composição dos arranjos familiares, a estrutura

¹⁵ Kaizô Iwakami Beltão, pesquisadora da ENCE/IBGE; Ana Amélia Camarano é coordenadora de pesquisa do IPEA e professora do mestrado em Estudos populares da ENCE/IBGE; Juliana Leitão e Melo é Assistente de Pesquisa do IPEA.

¹⁶Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Caxambu – MG, de 18-20 de setembro de 2004. Kaizô Iwakami Beltão, pesquisadora da ENCE/IBGE; Ana Amélia Camarano é coordenadora de pesquisa do IPEA e professora do mestrado em Estudos populares da ENCE/IBGE; Juliana Leitão e Melo é Assistente de Pesquisa do IPEA.

produtiva e a economia familiar rural. Famílias com três ou mais gerações têm crescido no meio rural brasileiro. Uma outra consequência é o maior empoderamento do idoso dentro da sua família, em particular das mulheres. O papel tradicional do idoso mudou de dependente para provedor. As mulheres foram a maiores beneficiárias dos avanços na Seguridade Social”. (Beltão; Camarano & Mello, 2004:01)

Para as autoras, uma das conclusões constatada é que as mulheres são as maiores beneficiadas no BPC, como nos demais programas governamentais. A segunda, é a existência de uma pequena proporção de trabalhadores rurais que contribui diretamente para a Previdência Social.

Sobre a Previdência Privada rural, é importante destacar que a mesma é instituída na década de 1950. A V Conferência Rural Brasileira, indicava uma preocupação do Estado brasileiro com essa questão,

“...desde que os agricultores passaram a arregimentar-se em associações municipais, os problemas do campo revelaram aspectos múltiplos, não apreendidos pelas velhas sociedades de classes sediadas nas capitais. Para estas as necessidades da agricultura se resumiam no amparo à economia de alguns produtos básicos, não se indagando das condições de vida e trabalho do rurícola”.¹⁷

A Lei n. 2.613/23/1955¹⁸, cria uma Fundação subordinada ao Ministério da Agricultura, denominado Serviço Social Rural – S.S.R. Esta Fundação tinha status de autarquia, personalidade jurídica, patrimônio próprio, sede no distrito Federal com jurisdição em todo território brasileiro. Esta primeira lei previa uma contribuição de 3%, recolhido em folha de pagamento tanto para pessoa física ou jurídica que exercesse algumas atividades específicas de acordo com o artigo 6º:

¹⁷ Boletim da LBA – Legião Brasileira de Assistência Social. Ano XI nº 81 jan. fev. marc./1956

¹⁸ Pós-Estado Novo abolido em 1945, quando se encerrou a era do governo Vargas que durou 15 anos. É importante lembrarmos que nesse período se estabeleceu um sistema de dominação social semelhante ao período imperial através do patrimonialismo em que o pai/patrão se destacava pelo paternalismo, porém sua política foi direcionada para o trabalhador assalariado, ficando os não assalariados descobertos pelo Estado.

“ É devida ao S.S.R. a contribuição de 3% (três por cento) sobre a soma paga mensalmente aos seus empregados pelas pessoas naturais ou jurídicas que exerçam as atividades industriais adiante enumeradas: Indústria de açúcar; Indústria de laticínios; charqueados; Indústria do mate; Extração de fibras vegetais e descaroçamento do algodão; Indústria de beneficiamento do café; Indústria de beneficiamento de arroz; Extração do sal; Extração de madeira, resina e lenha; matadouros; frigoríficos rurais; Cortumes rurais; Olaria.”

Em contrapartida, o trabalhador rural que não tinha carteira assinada e estava fora da Previdência Social e entre 60 ou 70 anos tinha garantido uma pensão vitalícia pelos anos de dedicação ao trabalho, e evidentemente todos os associados tinham aporte do Serviço Social cujo objetivo no boletim da LBA era de:

“... recuperação do homem do campo. Será conseguida, se puder levar a cabo essa obra, a valorização do trabalhador do campo pela sua integração na vida social e no progresso geral do País.”

No artigo 3º dessa Lei o Serviço Social rural terá por fim:

“ A prestação de serviços sociais no meio rural, visando à melhoria das condições de vida da sua população, especialmente no que concerne:

- a) à alimentação, ao vestuário e à habitação;*
- b) à saúde, à educação e à assistência sanitária;*
- c) ao incentivo à atividade produtora e a quaisquer empreendimentos de molde a valorizar o ruralista e a fixá-lo a terra;*
- d) promover a aprendizagem e o aperfeiçoamento das técnicas de trabalho adequado ao meio rural;*
- e) fomentar no meio rural a economia das pequenas propriedades e as atividades domésticas;*
- f) incentivar a criação de comunidades, cooperativas ou associações rurais;*
- g) realizar inquéritos e estudos para conhecimento e divulgação das necessidades sociais e econômicas do homem do campo;*
- h) fornecer semestralmente ao Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho relações estatísticas sobre a remuneração paga aos trabalhadores do campo”.*

Algumas questões me chamam atenção no objetivo do Serviço Social Rural. Primeiro a LBA cita “recuperação, integração”, essa idéia parece remeter a concepção de que o problema do campo não teve relação com as questões políticas, econômicas ocorridas em outros períodos históricos da sociedade, como o Estado Novo, onde o Estado não cumpriu seu papel de proteção universalizada, levando o não assalariado, sem registro em carteira à desproteção social de um Estado de Bem Estar-Social. O Estado que deveria garantir proteção social para todos, porém teve um caráter meritocrático. A lógica do mérito prevaleceu a do direito, onde quem pagava tinha seus direitos garantidos e o não pagante a mercê de serviços filantrópicos.

Outro termo forte, que consta na própria lei é a palavra “inquérito”, me lembra a idéia de que a Assistência Social é caso de polícia no governo de Washington Luiz entre 1926/1930.

Parece que ao Serviço Social Rural não cabia politizar a questão social, apresentava uma característica de acomodação/compensação pela insatisfação do homem do campo privatizando um serviço de proteção social que deveria ser público e onerando o pequeno produtor com a Previdência Rural mais conhecido como FUNRURAL que passa a pagar para ter acesso a saúde, educação, alimentação, vestuário com uma contribuição de 3%.

Por outro lado, é evidente que houve avanços. Existe uma preocupação com a questão social rural e a Assistência Social começa a ser pensada quando se divulga a necessidades sociais e econômicas do homem do campo, como proposto no texto da Lei.

Talvez levado pelo peso da contribuição, a Lei nº 1.146 de 31/12/1970 reduz a contribuição para 2,5% e em 1971 esta mesma contribuição teve um aumento indo para 2,6% descontado em folha e 2% sobre o valor da venda dos produtos, instituindo-se assim o Programa de Assistência Social – PRORURAL com a Lei Complementar 11 de 25/05/1971.

Segundo Francisco de Assis e Silva¹⁹ o FUNRURAL e o NOVO FUNRURAL, o PRORURAL remete a uma inconstitucionalidade desde a sua gênese, quando o Estado estabelece uma alíquota em cima do valor da produção, o trabalhador rural não pode dar garantias sobre o produto da safra ser suficiente contribuir com a Previdência Social.

O próprio Estado viola a sua Constituição Federal²⁰. Na contra mão do direito jurídico e social, no decorrer do tempo às questões sociais aumentaram na área rural, mantendo numa relação patrimonialista e de escamotear as injustiças sociais.

Contudo, é importante destacar que as análises conceituais e históricas desenvolvidas tem o objetivo de aproximação com o tema da pesquisa, o alcance de cobertura do SUAS à população rural. Constata a heterogeneidade nos territórios, reafirma o conceito de proteção social referendado na PNAS/04, nas deliberações da IV Conferência Nacional da Assistência Social e materializa as diretrizes da LOAS, com a aprovação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, como um pilar da proteção social brasileira no âmbito da Seguridade Social.

Concluo, que os novos rumos alcançados na proteção social e que podem ser ampliados com a implantação do SUAS, possibilitarão a construção de novos paradigmas da Assistência Social enquanto política pública, tendo em vista que o sistema SUAS, é um pacto intergestor entre Estado e sociedade civil o qual,

- fortalece o acesso ao direito pactuado entre os entes federados;
- fortalece espaços democráticos com a força dos Conselhos, de forma a garantir o controle, monitoramento e fiscalização das ações socioassistenciais com novos padrões de proteção e segurança, e do recurso público. E o mais importante,
- consolida o exercício da cidadania ao compartilhar o poder e permitir a construção de caminhos para que o direito socioassistencial seja reclamável

¹⁹ Advogado Empresarial em São Paulo; Membro do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP e Membro do IBDT - USP

²⁰ Constituição Federal de 16 de julho de 1944 que inaugura o mandato de segurança e estabelece importantes garantias sociais e institucionais. Site do Supremo Tribunal.
www.stf.gov.br/bicentenario/historia/cronologia.asp

1.2 – O mito da extinção do rural condicionado a urbanização da sociedade

A reflexão do alcance de cobertura do SUAS à população rural, tem como princípio que o território rural contém e está contido na sociedade, sofrendo os impactos das transformações ocorridas nas dimensões sociais e geográficas. Entretanto se equívocos conceituais persistem na proteção social, a concepção do perfil da população rural e sua vinculação somente com a produção agrícola, levou-me a estabelecer diálogo com vários autores que discutem a temática rural no Brasil, como José Eli da Veiga²¹, que vem se destacando nesta questão, entre outros. Veiga também faz aproximações com pensadores da América e Europa em torno da temática.

O eixo norteador desses apontamentos é a possibilidade do desaparecimento do rural em detrimento de uma urbanização completa pela industrialização.

Veiga analisa vários autores marxistas que expressam pensamento semelhante ao desaparecimento do rural. Especificamente ilustrarei apenas dois desses autores. O primeiro é Willian Friedland, sociólogo rural americano que, no início do século XXI, desenvolve o seguinte raciocínio:

- “1) para saber quando o rural é rural é preciso examinar a agricultura;*
- 2) a agricultura se torna cada vez mais industrial;*
- 3) então o rural torna-se apenas aquele resquício que abriga o que restará de agricultura: a policultura de pequena escala, de base familiar;*
- 4) esse resquício rural só sobreviverá se a “agricultura alternativa” se tornar uma diretriz fundamental na política americana”. (Friedland IN Veiga, 2004 p.3)*

O outro autor é o filósofo Henri Lefebvre que defende a idéia de urbanização completa, onde o processo de industrialização dominará a produção agrícola. Segundo Veiga, Lefebvre ressalta esta idéia que pode ser virtual hoje, porém amanhã será real, onde:

“... sociedade urbana a sociedade que nasce da industrialização, constituída, portanto, pelo processo que domina e absorve a produção agrícola. E toda a

²¹ Veiga, José Eli. A atualidade da contradição urbano-rural IN: Análise territorial da Bahia rural, SEI, Série Estudos e Pesquisa n. 71:2001

justificativa dessa hipótese será construída sobre a já mencionada tese da industrialização da agricultura.” (Veiga, 2004 p.5)

Veiga considera esses dois autores importantes na construção teórica do rural, ressaltando que ambos identificam o problema da industrialização, porém, caem no equívoco intrínseco da expressão industrialização da agricultura. Este equívoco, segundo Veiga, vem sendo adotado pelos economistas que avaliavam a possibilidade do capitalismo superar os limites naturais com as tecnologias, porém, isto não ocorreu nos últimos dois séculos.

Veiga aponta que até Marx incorreu nesse equívoco, e que talvez Friedland e Lefebvre se deixaram levar pela ideologia espontânea do industrialismo exposta em algumas passagens de Marx, onde considera que a missão histórica do capitalismo seria a de transcender o caráter limitado e condicionado das formas anteriores de interação com a natureza. Estas idéias influenciaram ambos os autores partilharem a compreensão em que:

“... identificam o espaço rural com as atividades agrícolas, cometendo um monumental equívoco histórico, que só pode ser considerado como aberração. Principalmente por quem continua a ter a referência no materialismo histórico. (...) só se tornou agricultura e pecuarista após centenas de milhões de anos de hominização, isto é, de evolução biológica, técnica e cultural.” (Veiga, 2004 p.6)

Veiga esclarece que não se pode medir diferenças regionais entre o rural e urbano a partir de pesos, dados a agropecuária ou ao campo sem buscar entender a distinção entre espaço rural e urbano e seus princípios ecológico-econômicos, ou seja, o rural é mais amplo que a agricultura, tanto físico quanto em suas condições sócio-econômicas. Do ponto de vista do autor, sua crítica pauta-se na “lógica do absurdo”, e mesmo que se pudéssemos ter todo espaço global industrializado, em que o trabalho humano sustentasse ou regulasse as condições ambientais, a tecnologia não teria o poder de transformar essa natureza. Segundo o autor, a transformação até existe, mas é de natureza orgânico-natural e não se justifica pelo modo de aplicação do trabalho humano.

Dessa forma, o meio rural deve ser abordado no espaço do contraditório entre as relações de força de poderes políticos, econômicos e não de superação da industrialização

sobre o campo, porém, Veiga deixa claro que ocorreu a socialização entre rural e urbano de forma completa em algumas nações indígenas, ou seja, o rural já absorveu a cultura urbana como processo do desenvolvimento da sociedade, todavia isto não altera sua natureza enquanto espaço rural através do seu vínculo com a terra, a natureza.

Sabemos ser inesgotável a discussão sobre a questão, todavia não há intenção neste trabalho de um debruçar sobre a polêmica da urbanização total do rural. Contudo fica uma provocação para uma possível e ampliação para o debate desta temática.

1.3 - O critério de classificação e a responsabilidade das posturas municipais no meio rural

“O critério de classificação do que é urbano ou rural no Brasil conserva uma regra anacrônica baixada no auge do totalitário Estado Novo.” (Veiga, Valor, terça 27/10/04)

É polêmico o debate em torno da classificação utilizada para apontar o índice populacional na área rural. O censo/2000 afirma que o Brasil é mais urbano, por outro lado considero importante introduzir a discussão levantada por Veiga por entender que o Estado ao planejar política para população rural, tem que ter claro quantos são os cidadãos que vivem no campo ao pensar em aplicabilidade e seletividade das políticas a esta população de forma a ter resolutividade em suas ações.

Nessa lógica, Veiga faz críticas ao critério de classificação dos dados oficiais sobre o número da população urbana e rural. O autor aponta para confusão do Estado ao considerar que o Brasil é 80% urbano. Avalia este dado como uma piada, se comparado aos Estados Unidos que apresentam 21% de americanos rurais e o Brasil 18,8% no ano de 2.000. Para o autor essa diferença se dá na legislação, enquanto para os americanos “... o critério de corte foi sendo adequado às características do processo de urbanização da segunda metade do século XX, o Brasil preferiu – por motivos que permanecem misteriosos – conservar uma anacrônica regra baixada do totalitarismo Estado Novo pelo decreto-lei 311/38.” (Veiga, Valor 27/10/04)

Essa regra do decreto-lei identifica como urbana toda e qualquer sede de município (cidades), e mesmo as sedes distritais (vilas), desde que tenham características estruturais ou funcionais, sejam elas quais forem, ou seja, a classificação do rural se baseia numa definição de “cidade”, sem levar em conta as funções urbanas como rede de esgoto, sem manutenção de estradas ou vias, plano diretor, demografia, questões culturais entre outras.

Essa visão de cidade possibilita o surgimento segundo Veiga a constituição de cidades imaginárias e o autor apresenta casos absurdos de localidades que são considerada urbana, conforme tabela 03, sinalizando a contradição dessa classificação, que por outro lado me leva questionamento sobre onde termina e começa o rural.

Para o Censo Demográfico, “Rural é a área externa ao perímetro urbano de um distrito (...)”. Todavia o IBGE classifica a população rural de acordo com o ordenamento territorial definido no artigo 30 inciso I e VII da Constituição Federal/88 que delibera ser da competência do Município, devendo

“I – legislar sobre assuntos de interesse local; e

VII – promover, no que couber, ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;”

Critérios estruturais não são levados em considerações o espaço geográfico do rural tais como,

“a) localização do município,

b) tamanho populacional, e

c) densidade demográfica.” Valor, 2004

Para Veiga, a ilusória forma de classificação não é falha do IBGE, que segue o estabelecido juridicamente. O debate está na não apropriação do legislativo em acompanhar as mudanças ocorridas na sociedade, como aconteceu com os Estados Unidos, e entender que apesar das transformações pelo qual passou e passa o rural, isto não altera sua natureza através do vínculo com a terra, a natureza. Condicionalidade que também deveria ser levado em consideração na definição do ordenamento territorial para definição do rural e urbano.

Caso contrário, segundo Veiga continuarão os exemplos clássicos da miséria do raciocínio de classificação do rural ou urbano para fins estatísticos e administrativos, como por exemplo à cidade de Brasília foi considerada rural segundo o censo, com quase 90 mil habitantes no distrito, desprezando-os,

“...quase 90% dos 3.905 habitantes de Capim, na Paraíba, são tão urbanos quanto os moradores da Avenida Paulista.” (Veiga, Valor 2004)

O município de União da Serra no Rio Grande do Sul, é mais um desses equívocos ao ser considerado cidade com 18 habitantes. Esta mesma realidade se reproduz nas 5.507 sedes de municípios recenseadas em 2000, em que das 1.563 sedes com menos de 2,5 mil habitantes, com irrisória densidade, são considerado cidades assim como os núcleos de aglomeração que são óbvios centros urbanos.

tabela 03 - cidades imaginárias - municípios sem função urbana no Brasil de um universo de 5.567 em 2001.

municípios	números	% (5.567)
sem serviço de esgotamento sanitário	4.837	86,8
sem manutenção de estradas e vias	4.749	85,3
sem varredura de ruas e limpezas	4.680	84,0
sem museu	4.598	82,5
sem plano diretor	4.577	82,2
sem guarda municipal	4.549	81,7
sem teatro ou casa de espetáculo	4.515	81,1
sem IPTU progressivo	4.512	81,0
sem instituição de ensino superior	4.467	82,0
sem estação de rádio AM	4.415	81,1
sem coleta de lixo domiciliar	4.317	24,0
sem provedor de internet	4.297	77,1
sem lei de zoneamento ou equivalente	4.293	77,1
sem página na internet	4.215	75,7
média dos sem-sem	4.502	80,8

Fonte: Veiga, Valor, 2004 apud IBGE, 2003 – Perfil dos municípios Brasileiros em 2001.

Por outro lado, busquei subsidiar esta discussão junto ao INCRA²² – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, e constatei que sua missão é:

“Implementar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional para o desenvolvimento rural sustentável.” Site INCRA/MDA, cessado em 30/08/07

Esta concepção é estabelecida pelo Estatuto da Terra, onde a Reforma Agrária no conjunto de suas medidas visa melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, para atender princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável, que teoricamente na prática deveria estar proporcionando:

“a desconcentração e democratização da estrutura fundiária”.
a produção de alimentos básicos
a geração de ocupação e renda
o combate à fome e à miséria
a diversificação do comércio e dos serviços no meio rural
a interiorização dos serviços públicos básicos
a redução da migração campo-cidade
a democratização das estruturas de poder
a promoção da Cidadania e da Justiça social.” Site INCRA/MDA, cessado em 30/08/07”.

O ente federado juntamente com o INCRA, tem a competência para estabelecer as posturas municipais e demais atenções básicas ao rural, integrando as demandas sociais, possibilitando desconcentração e democratização da estrutura fundiária, democratização das estruturas de poder. Com tudo, ainda há muito que avançar para que estas ações corram de forma integrada entre União, Estados e municípios, ou seja, ainda é um desafio conforme apontado na diretriz do desenvolvimento rural sustentável (MDA/2006), bem como nas análises de alguns pesquisadores, reforçando ausência de diálogo entre a União, Estado e Município, e que historicamente ocasionou - e ainda apresenta resíduos de uma

²²“ INCRA é uma autarquia federal criada pelo Decreto n.1.110, de 9 de julho de 1970 com a missão de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da união. Está implantado em todo território nacional por meio de 30 Superintendências regionais.” Saite INCRA/MDS, acessado em 30/08/07.

política focalista - e a idéia de vazio, de responsabilidade de todo mundo e de ninguém ao mesmo tempo, e, talvez e mais contraditório é que este rural permaneça com posturas do período imperial, de um “mandonismo”²³.

Tenho ciência que este debate levaria à construção de uma nova pesquisa e que não é foco deste trabalho, porém as paginas seguintes podem clarear um pouco mais o debate, tendo em vista que a questão socioeconômica e política no rural brasileiro subsidiarão a compreensão sobre de alcance da cobertura do SUAS à população rural.

1.4 - A dimensão socioeconômica e política do rural brasileiro

Alguns pesquisadores apontam que historicamente o rural apresenta uma política focalista. Optei por dois destes estudos para analisar o focalismo destas políticas públicas no rural. Um foi publicado em 1981 por Irlene Menezes Graça²⁴ ao trazer a reflexão da Política Agrícola Nacional com ênfase na análise dos conteúdos dos planos brasileiros a partir de 1946 e o outro estudo é parte de uma pesquisa publicada em 2001 por José Graziano²⁵ como parte de uma pesquisa no “Âmbito do projeto Rurbano nas fases I e II”.

É interessante ressaltar, que mesmo com um distanciamento temporal entre as duas pesquisas, ambas destacam o atraso do rural brasileiro, apontando justamente as questões históricas que propiciaram as transformações ocorridas no rural, e ao mesmo tempo analisam as políticas de extensão rural.

Nesse contexto, Graça se apropria do aporte de Otávio Ianni ao contextualizar a relação de atraso do rural focado pelo ponto de vista das políticas direcionadas para um caráter educativo, subtendido que a mudança social está relacionada à pessoa, sem contextualizá-lo a conjuntura política, social, econômica.

“Assim as situações de ‘pobreza rural’ e de ‘tradicionalismo’ são submetidas ao rótulo de necessidade de modernização. Neste contexto, a modernização constitui

²³ Termo algumas vezes levantado pela profa Aldaíza Sposati ao questionar a responsabilidade das posturas municipais no rural brasileiro.

²⁴ Graça, Irlene Menezes. Política Nacional na área agrícola – Visão crítica. “ Monografia apresentada à Universidade federal do Maranhão, no concurso para ingresso na carreira do magistério” IN Serviço Social e Sociedade Nº 7, 1981.

²⁵ Graziano, José. Velhos e novos mitos do rural brasileiro IN Estudos Avançados, N. 43:2001

o objeto a ser atingido como resposta à situação de atraso de meio rural. O processo a ser desencadeado tem, como alvo, o homem rural carente de orientações que provoquem mudanças comportamentais. Dessa forma, no conteúdo programático da Extensão Rural estão implícitas práticas de natureza educativa e de mudança social". (Graça apud Iani 1981, p.109)

Para Graziano, muito desse atraso tem sua gênese no colonialismo histórico, nas grandes propriedades com a exploração do trabalho escravo e na sociedade contemporânea, reforçando a idéia de Sposati como do exportar ou morrer com a internacionalização da economia, surgindo um novo rural que se constitui através das desigualdades existentes entre o urbano e rural, estabelecendo uma relação de confronto entre ambos. Por outro lado, Graziano pontua que:

"... o rural não se opõe ao urbano enquanto símbolo da modernidade. Há no rural brasileiro ainda muito do atraso, da violência, por razões em partes históricas, relacionadas com a forma como foi feita a nossa colonização, baseada em grandes propriedades com trabalho escravo. (...) Mas há também a emergência de um novo rural, composto tanto pelo agrobusiness quanto por novos sujeitos sociais: alguns neo-rural, que exploram os nichos das novas atividades agrícolas (criando escargot, plantas e animais exóticos etc.); moradores de condomínios rurais de alto padrão; loteamentos clandestinos que abrigam muitos empregados domésticos e aposentados, que não conseguem sobreviver na cidade com o salário mínimo que recebem; milhões de agricultores familiares e pluriativos, empregados agrícolas e não agrícolas, e ainda milhões de sem-sem, excluídos e desorganizados, que além de não terem terra, também não tem emprego, não têm casa, não têm saúde, não têm educação e nem mesmo pertencem a uma organização como o MST para poder expressar suas reivindicações. (...) Mas infelizmente, nada disto é privilegio do "velho rural atrasado"." (Graziano, 2001 1,2)

Graça e Graziano colocam em debate duas questões importantes: primeiro que o rural não é empecilho para o desenvolvimento econômico da sociedade, a segunda questão importante tem caráter político, em que esta dinâmica envolve relação força, de um lado

uma sociedade de mercado que tem a hegemonia do capital financeiro, tendo na União Democrática Ruralista – UDR²⁶, ruralistas com o princípio fundamental, de:

“... preservação do direito de propriedade e a manutenção da ordem e respeito às leis do País.” Site da UDR, acessado 28/08/07.

Por um lado o universo dos sem-sem da população rural apresentado por Graziano, era de 13 milhões em 1999 onde,

“Os dados da PNAD de 1999 permitem uma aproximação desse contingente de pobres rurais: são quase três milhões de famílias (ou 15 milhões de pessoas) sobrevivendo com uma renda disponível per capita de US\$ 1 ou menos por dia (R\$ 34,60 mensais ao câmbio de setembro/99)” . (Graziano, 2001 p.1-2)

De acordo como o Ministério de Desenvolvimento Agrário e Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável, em 2006 cerca de cinco milhões das famílias rurais viviam com menos de dois salários mínimos mensais, ou seja, houve um aumento de 40% em relação a 1999 distribuídos por todas as regiões do Brasil. Também nessas áreas rurais há o maior índice de mortalidade infantil, de incidência de endemias e analfabetismo.

Cabe ressaltar que não está sendo contabilizado nesse grupo, o universo populacional dos intermediários ou considerados rururbanos, população que vive em áreas de características mistas de ocupação, mescladas com atividades da agropecuária, da agroindústria com atividade urbana e que não entram nos dados estatísticos do rural. Esta população compõe o universo dos que foram expulsos do campo pelas más condições de trabalho, pelas más condições de acesso ao serviço público. População que migrou para cidade e compõe o universo do êxodo rural tendo a favela como espaço intermediário com a cidade e o sonho de ter uma melhor qualidade de vida.

Esta realidade desigual apresentada, também é apontada pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural

²⁶ União Democrática Ruralista – UDR, tem sua sede em Brasília – DF, seu atual presidente é o agropecuarista, Luiz Antonio Nabhan Garcia.

Sustentável – CONDRAF²⁷, conselho paritário, composto por 38 membros, sendo 19 instituições de representação dos poderes públicos, em suas diferentes esferas, e 19 organizações representantes da sociedade civil, nas diretrizes para o desenvolvimento rural sustentável em 2006, ao analisar a conjuntura do rural brasileiro, considerou noção do rural como:

“...mais abrangente do que os dados estatísticos divulgados pelo IBGE, os quais têm distorções que podem levar a interpretações equivocadas sobre o papel e protagonismo exercido pelo mundo rural. Neste sentido, incorpora-se a concepção de rural utilizada em outros países que exclui dessa condição as regiões metropolitanas e zonas de elevada densidade demográfica, fazendo com que a participação da população rural no conjunto da população nacional esteja mais próxima da realidade. Isto significa reconhecer que a população rural atual se situe ao redor de 54 milhões de pessoas²⁸, ou seja, cerca de 30% da população total do país.” (MDA/CONDRAF, 2006 p.13)

²⁷ Composição governamental: Ministério do Desenvolvimento Agrário Com Guilherme Cassel (Presidente); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Da Fazenda, Da integração nacional, Da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Meio Ambiente, Trabalho e Emprego, Educação, Saúde, Cidades, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Entidade FNSA – Fórum Nacional dos Secretários de Agricultura, ASBRAER – Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural, ANOTER – Associação Nacional dos Órgãos Estaduais da Terra, SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, CNM – Confederação Nacional dos Municípios.

Representantes não governamental: Entidade Representante dos Agricultores familiares e dos assentados da reforma agrária: CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura e Fetrab-Brasil – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Brasil; CNS – Conselho Nacional dos Seringueiros; CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Representante dos trabalhadores rurais assalariados: CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; Representante das mulheres trabalhadoras rurais: MMC – Movimento de Mulheres Camponesas; Representes de comunidades remanescentes de quilombos: CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação dos Quilombos; Representantes de comunidades indígenas: COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira; Representantes de Organizações das Regiões do Nordeste: ASSOCENE – Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste; Região Sul: DESER – Departamento de Estudos Socio-Econômicos Rurais; Região Sudeste: AS-PTA: assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa; Região Norte: GTA – Grupo de Trabalho Amazônico; Região Oeste: IBRACE – Instituto Brasil Central; Representantes dos Centros Familiares de Formação por Alternância: UNEFAB – União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil; Representantes da rede de Cooperativa de Crédito para a agricultura familiar: Fórum nacional do Cooperativismo de Crédito de Economia Familiar e Solidária; Representantes da rede de agroecologia: ASA – Articulação do Semi-árido: Centro de Assessoria e Apoio aos Trabalhadores e Instituições não Governamentais Alternativas – CAATINGA e Centro de Desenvolvimento Agroecológico SABIA; Representantes dos Trabalhadores de extensão rural: FAZER – Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e Extensão Rural e do Setor Público Agrícola do Brasil. Convidados permanentes: Secretaria de Reordenamento Agrário, Secretaria da Agricultura Familiar, de Desenvolvimento Territorial, e instituto de Colonização e Reforma Agrária.

²⁸ A PNAS/04 considerou o total de habitantes rurais em 31.845.211. Fonte: IBGE, 2000, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2002. Embora o número oficial de municípios divulgado pelo IBGE seja 5.561, o Atlas de Desenvolvimento Humano trabalhou com um universo de 5.509 municípios por razões metodológicas.

Outro conceito referendado, é o desenvolvimento territorial sustentável onde o desenvolvimento rural, consiste em potencializar as capacidades territoriais incrementando oportunidades sociais e valorização dos recursos naturais através de ações governamentais e não-governamentais para melhorar a qualidade de vida da população. O resultado é o protagonismo de atores sociais, com capacidades para levar um dinamismo econômico, reduzir a pobreza, desigualdade e proporcionar a equidade no acesso a bens e serviços no território rural.

O desenvolvimento rural sustentável, é uma estratégica política governamental e não-governamental, que se caracteriza pelo processo de ocupação e uso do espaço agrário, como o incentivo aos pequenos produtores da agricultura familiar estimulando a produção, como a experiência já citada das Mulheres Quebradeiras do Coco Babaçu.

Entretanto, para que o rural alcance patamares justos de desenvolvimento, deve-se levar em consideração que o rural é diverso, plural e heterogêneo, tem símbolos, linguagens, etnias, culturas, relações sociais, sistemas agrários, ambientes físicos, ecossistema, padrões tecnológicos. Esta visão reforça o pensamento de Veiga, em que o rural não é sinônimo de agricultura, todavia as transformações ocorridas produzem uma imensa relação de desiguais. Esta realidade é apresentada no documento do MDA/CONDRAF, no diagnóstico geral do rural brasileiro.

No diagnóstico o rural que é regido sobre a égide das relações contraditórias, da convivência conflitiva entre dois grandes projetos, que concorrem desigualmente em um mesmo espaço social,

“De um lado, a agricultura patronal reproduz no país um modelo embasado na monocultura e no latifúndio, que gera degradação ambiental, exploração do trabalho agrícola, exclusão e concentração de terra e da renda. ... Do outro lado, encontra-se a agricultura familiar que, apesar de sofrer perdas de renda e ter dificuldades de acesso aos benefícios das políticas públicas, procura estabelecer um sistema focado na biodiversidade, na valorização do trabalho familiar, na inclusão de jovens e de mulheres, na produção de alimentos destinados à segurança alimentar e nutricional da população e na promoção e

democratização do acesso a terra e aos demais meios de produção como meio de construir o desenvolvimento rural sustentável.” (MDA, 2006,13)

É interessante apontar que o modelo patronal tem natureza setorial e está centrado no agronegócio, enquanto a agricultura familiar adota o princípio do desenvolvimento rural integrando atividades agrícolas e não agrícolas, rurais e urbanas, multisetoriais e territoriais.

A polêmica é imensa entre estes dois projetos. O documento do MDA aponta ser inegável que o agronegócio com a adoção da tecnologia de ponta, produção em larga escala, mercado internacional ajuda a equilibrar as contas da economia do país, porém tem pouco contribuído para diversificar as localidades rurais.

Das várias políticas e instrumentos com potencialidades destinadas à inclusão da população rural²⁹, o governo admite que muitos dos projetos requerem um processo de planejamento a médio e longo prazo, onde novas diretrizes deverão ser incrementadas, entre elas o desafio de construir novas institucionalidades e arranjos institucionais que permitam ações articuladas das políticas públicas, integrando Estado, sociedade civil, empresas privadas, reconhecendo que:

*“...nas esferas estaduais e municipais há poucas iniciativas neste sentido.”
(MDA, 2006:15)*

²⁹“ Programa Nacional de Reforma Agrária; o acesso igualitário das mulheres a terra; a regularização de terras de quilombos e de agricultores(as) familiares posseiros(as); o reassentamento de ocupantes não-índios em terras indígenas; o Programa do Crédito fundiário, com política complementar à reforma agrária; políticas do meio ambiente relacionadas ao uso sustentável dos recursos naturais; o Programa fome Zero, de segurança alimentar e nutricional; a política de compras institucionais; os programas de geração de emprego e renda no rural, como o Programa Nacional de fortalecimento d agricultura Familiar (PRONAF), com a ampliação de recursos e das linhas de crédito que passam a ter abrangência nacional e atendem novos(as)agricultores(as) familiares, a exemplo das linhas especiais para jovens e para mulheres; as ações do Programa Brasil quilombola e da política para os grupos indígenas; a criação do seguro da agricultura familiar; o novo Programa nacional de assistência Técnica e Extensão rural, incluindo a política setorial para mulheres trabalhadoras rurais e para populações tradicionais; o financiamento e incentivo às atividades não-agrícolas, como o turismo rural; a inclusão de agricultores(as) e assentados(as) na nova matriz energética do país com o Programa Nacional do Biodiesel; a implementação e ampliação da política de desenvolvimento territorial, definida como programa estratégico do Ministério do Desenvolvimento agrário (MDA), e incluída no Plano Plurianual de Governo; definição de uma política de comércio justa e solidária; políticas de negociações comerciais, inclusive em fóruns internacionais, dos produtos oriundos da agricultura familiar; o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC); a Política Nacional de abastecimento alimentar e seu programa de aquisição de alimentos; a Política nacional de Economia Solidária e a definição de um programa relacionado às cooperativas de agricultura familiar e economia solidária.” (MDA, 2006:14-15)

Em contrapartida as novas diretrizes para o desenvolvimento do rural, lançado com o Programa Territórios de Cidadania, do governo Federal pode ser propulsor para Estados e municípios se integrarem no objetivo de superar a pobreza rural por meio do desenvolvimento regional, melhoria da qualidade de vida e garantia dos direitos de cidadania.

O investimento nesse programa é de 11,3 bilhões ao longo de 2008, desenvolvendo 135 ações de infra-estrutura, apoio às atividades produtivas e ações de direito e cidadania. Abrange 958 municípios, com 24 milhões de pessoas, sendo que 7,8 milhões na área rural. Os municípios envolvidos devem elaborar um Plano de Trabalho, integrado com a comunidade, Estado e Governo Federal. No Estado de São Paulo e no Paraná, 01 território em cada um dos Estados, vinculou ao Programa Território de Cidadania, não tendo nenhum dos 39 municípios do Vale do Paraíba-SP e nenhum dos 14 da Região Sul – PR, regiões onde localizam as três cidades analisadas neste estudo.

Destaco, a importância das iniciativas tomadas para superar a desigualdade, porque se deixa de encará-la como natural. A naturalização tende a construir um pacto social excludente, contudo, o novo rumo propõe como estratégia trabalhar o consenso entre os atores envolvidos, como gestores, sociedade civil organizada, pesquisadores e estudiosos do meio rural para combater a desigualdade,

“... por meio da criação de oportunidades de trabalho, de renda, de políticas de promoção da igualdade de gênero, raça, geração e etnia.” (MDA, 2006 p.15)

Analiso como positiva nesse contexto, a intenção política de pactuar com os entes federados e sociedade civil uma política inclusiva para população rural. Isto pressupõe nivelar o conceito do rural para que se tenha unicidade no planejamento e na execução das políticas sociais no meio rural. Pontuo que só assim é possível alcançar resolutividade sobre os fatores estruturais como relação de trabalho, de propriedade da terra e capital, dinâmica do setor produtivo e o papel dos Estados e municípios.

Diante desse quadro de sobreviventes, a luta para garantir as necessidades sociais torna-se um esforço sobre-humano na garantia de patamares dignos de proteção social e de inclusão.

1.5 - As múltiplas faces dos movimentos sociais no campo

No Brasil o processo de inclusão ocorre através da lutas sociais no campo. Os movimentos sociais em defesa dos direitos do trabalhador rural ao confrontam os grandes latifundiários, a oligarquia rural pactuada com grandes empresas que financiam a compra de terras para especulação imobiliária.

Dados da Comissão Pastoral da Terra indicam que a resistência do trabalhador rural ao “mandonismo”, tem como uma de suas faces a impunidade da violência no campo. Quadro 02

O número de mortos de 1996 a 2005 representa 800 pessoas. Uma das últimas vítimas a compor esta triste estatística foi à freira Dorothy Stang:

“ Violência pressiona governo a combater campo sem lei”

Os conflitos agrários, especialmente na região amazônica, e o assassinato da missionária Dorothy Stang, americana naturalizada brasileira, levaram o governo a sair da inércia. Oito ministros se reúnem hoje para analisar as investigações e determinar ações de combate à violência no campo.” (Jornal do Brasil, Sinopse – Agência Brasil Radiobras em 15/02/05, site: www.radiobras.gov.br acessado em 06/05/07).

É importante ressaltar que muitos destes assassinatos, se devem ao fato de que as vítimas buscam denunciar os possíveis agressores, porém o Executivo, Legislativo e Judiciário não da conta de rebater os pistoleiros orquestrados ainda pelo imperialismo no campo.

Os movimentos de resistência são possibilidade de construção de um poder contra-hegemônico da ordem atual como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Lembro que na minha graduação, a paraninfa da turma, Mabel Mascarenhas que também foi minha orientadora no Trabalho de conclusão de curso – TCC, em seu discurso disse que deveríamos, enquanto profissionais, “Ocupar, Resistir, Produzir.”

quadro 02 – quadro comparativo 1996 – 2005 da violência no campo

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Conflitos de Terra*										
Ocorrências de Conflito	255	195	152	277	174	366	495	659	752	777
Ocupações	398	463	599	593	390	194	184	391	496	437
Acampamentos						65	64	285	150	90
Total Conf. Terra	653	658	751	870	564	625	743	1.335	1.398	1.304
Assassinatos	46	29	38	27	20	29	43	71	37	38
Pessoas Envolvidas	481.490	477.105	662.590	536.220	439.805	419.165	425.780	1.127.205	965.710	803.850
Hectares	3.395.657	3.034.706	4.060.181	3.683.020	1.864.002	2.214.930	3.066.436	3.831.405	5.069.399	11.487.072
Conflitos Trabalhistas										
Ocorrências de Trabalho Escravo	19	17	14	16	21	45	147	238	236	276
Assassinatos	4	1			1	4	1		2	
Pessoas Envolvidas	2.487	872	614	1.099	465	2.416	5.559	8385	6.075	7.707
Ocorrências de Superexploração e Desrespeito Trabalhista		49	56	28	33	25	22	97	107	178
Assassinatos		1	5			1		2		
Pessoas Envolvidas		24.788	366.720	4.133	53.441	5.087	5.586	6.983	4.202	3.958
Conflitos pela Água										
Nº de Conflitos							14	20	60	71
Assassinatos										
Pessoas Envolvidas							14.352	48.005	107.245	162.315
Outros ***										
Nº de Conflitos	78	12	279	69	50	129				52
Assassinatos	4		4							
Pessoas Envolvidas	451.157	3.288	109.162	164.909	62.319	106.104				43.525
Total										
Nº de Conflitos	750	736	1.100	983	660	880	925	1.690	1.801	1.881
Assassinatos	54	30	47	27	21	29	43	73	39	38
Pessoas Envolvidas	935.134	506.053	1.139.086	706.361	556.030	532.772	451.277	1.190.578	975.987	1.021.355
Hectares	3.395.657	3.034.706	4.060.181	3.683.020	1.864.002	2.214.930	3.066.436	3.831.405	5.069.399	11.487.072

Fonte: Setor de Documentação da Secretaria Nacional da CPT.

*** Outros: até 1996 estão incluídos os conflitos Trabalhistas. Após 1996 registra-se Conflitos em Tempos de Seca, Sindicais, em Áreas de Garimpo.

Se na minha vida estas palavras foram guias, para o MST é palavra de ordem, princípio pautado na organização dos que participam do movimento, mobilizando-os para que lutem pelos seus direitos por mudanças no campo. Em 1996 o MST realizou seu III

Congresso Nacional, em Brasília e os debates pautaram-se em reflexões políticas contradizendo da invasão e depredação nas manchetes da mídia,

“Cresce a consciência de que a Reforma Agrária é uma luta do campo, mas que se não for disputada na cidade nunca terá uma vitória efetiva.” (III Congresso Nacional, Brasília, 2006 – site: www.mst.org.br acessado em 06/05/07)

Ponto que a aproximação empreendida até este momento não tem a intenção de resgates reformistas, porém, apresenta a perspectiva de analisar o direito e o acesso às ações socioassistenciais no meio rural em municípios do Vale do Paraíba, inserido em um contexto sócio histórico, em que:

“A análise aqui empreendida olha o passado, não como exemplo, mas como lição que, para ser compreendida, precisa ser criticamente examinada. Ao se examinar práticas estatais não se tem por horizonte uma ação reformista, mas sim, a busca de pistas concretas para instalar no presente uma nova qualidade de ação que, ao ter como perspectiva o futuro, nem reproduza erros passados nem se circunscreva ao imediato.” (Sposati³⁰, 1988:15)

³⁰ Sposati, Aldaíza: Vida Urbana e Gestão da Pobreza.

CAPÍTULO 2 - PROTEÇÃO E DESPROTEÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO RURAL DO VALE DO PARAÍBA

O acesso à proteção (e a desproteção) na atenção socioassistencial à população rural na região do Vale do Paraíba, deixa ser prioridade na gestão municipal da assistência social. Estudo apresentado em 2006 pela Assistente Social Maria de Fátima Souza em sua dissertação de mestrado na PUC-SP, sobre a “Implementação Municipal do SUAS – Sistema Único de Assistência Social: Balanço das condições de gestão da Assistência social em municípios do Vale do Paraíba-SP”, constatou que os gestores da Política de Assistência Social dos municípios não se apropriam de instrumentos imprescindíveis para gestão da assistência social enquanto política pública, dever de Estado e direito do cidadão previsto na LOAS/93, PNAS/04 e NOB/05.

Comprova-se nesse estudo, a ocorrência de uma cultura imediatista que rege o processo de gestão, representando ainda, um desafio para implantação e implementação do SUAS nesses municípios. Compartilho da análise formulada por Souza, e co-relaciono ao processo histórico do Vale do Paraíba.

Essa região, tradicionalmente agrícola, era passagem entre São Paulo e as altas serras mineiras e os campos de criação do sul, bem como, ponto de articulação entre o planalto e o litoral. Nesse tempo sua economia era vinculada à busca do ouro mineiro e o comércio de gado vindo do Sul, tendo expressão significativa. O povoamento, com base na economia frágil e de subsistência onde a exploração da terra consistia em roças de mantimento, melado, açúcar, aguardente. A produção principal era o milho, feijão, arroz, amendoim, fumo. Somente no início do século XVIII a vila de Taubaté torna-se destaque na fundição do ouro,

“A casa de Fundição de Taubaté, instalada em 1965, arrecadou para os cofres reais, no período de 1696-1697, 14.080 oitavas de ouro, ou seja, mais de treze arrobas”³¹. (Pasin, 2001 p.2)

³¹ Pasin, José Luiz. Os fundamentos históricos da industrialização do Vale do Paraíba, 2001 In Nossa Terra Nossa Gente, site: www.valedoparaiba.com.br

Segundo Pasin, no final do século XVIII com o esgotamento das minas, disponibilidade da mão de obra escrava, o Vale do Paraíba intensificou a cultura da cana de açúcar, tendo Guaratinguetá em 1799, 83 e Lorena 31 engenhos. Todavia a cana de açúcar deixou de ser o centro da economia e o café surgiu no século passado como uma opção de exploração, desenvolvendo vilas e cidades com a entrada de capital inglês, bem como, a construção da Estrada de Ferro Dom Pedro proporciona o comércio exterior. Sinais de tímida industrialização apareceram em 1875 em São Luiz do Paraitinga com uma fábrica de lã e algodão, em 1883 em Taubaté com a companhia de Gás e Óleo, em 1884 e, em Aparecida, o coronel Rodrigo Pires do Rio montava em sua fazenda uma grande máquina de beneficiamento do café, o que acabou sendo seguido por outros fazendeiros.

Atualmente a região do Vale do Paraíba convive com a industrialização com destaque para o setor automobilístico e tecnológico tendo a cidade de São José dos Campos como polo. Ela é responsável por grande parte da produção industrial regional, além do Instituto Tecnológico da Aeronáutica - ITA, pertencente ao Centro Tecnológico da Aeronáutica – CTA, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE, e a Empresa Brasileira de Aeronáutica – EMBRAER, dentre outras. O desempenho agrícola, não acompanhou o desenvolvimento industrial.

Os 39 municípios da Região Administrativa do Vale do Paraíba, estão divididos em seis microrregiões, (IBGE, 2000). Sua localização privilegiada entre o eixo Rio e São Paulo propiciaram seu desenvolvimento econômico com o traçado da Estrada de Ferro Central do Brasil³² e posteriormente, a construção da rodovia Presidente Dutra, porém com diferentes níveis de evolução dessa economia nas microrregiões:

1. Microrregião de São José dos Campos: Tremembé, Taubaté, Pindamonhangaba, Caçapava, Jacareí, Santa Branca, Igaratá. (oito municípios)
2. Microrregião de Guaratinguetá: Aparecida, Cachoeira Paulista, Canas, Cruzeiro, Lavrinhas, Lorena, Piquete, Potim, Queluz, Roseira. (11 municípios)
3. Microrregião de Paraibuna - : Cunha, Jambuí, Lagoinha, Natividade da Serra, Redenção da Serra, São Luiz do Paraitinga. (sete municípios)
4. Microrregião de Caraguatatuba – Litoral Norte: Ilha Bela, São Sebastião, Ubatuba. (quatro municípios)

³² Antiga estrada de Ferro Dom Pedro II construída no século passado

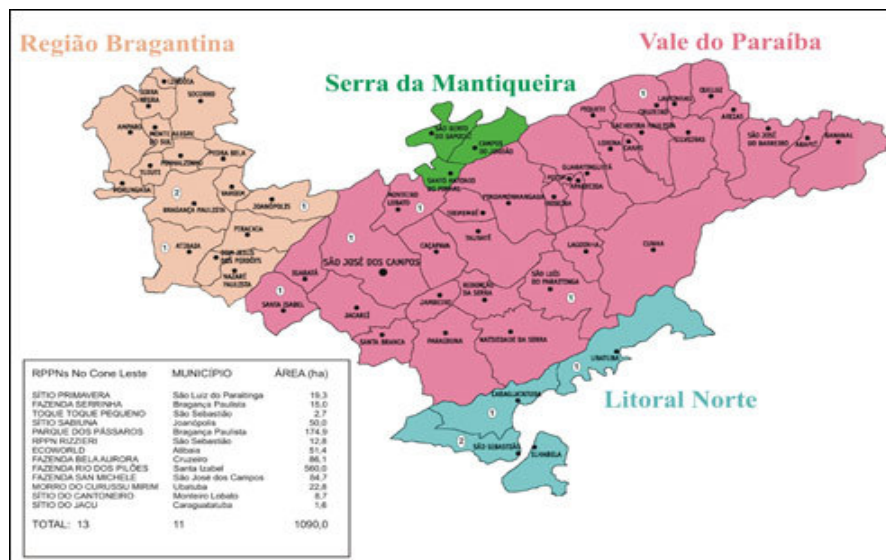
5. Microrregião de Campos do Jordão – Vale da Mantiqueira: Monteiro Lobato, Santo Antonio do Pinhal, São Bento do Sapucaí. (quatro municípios)

6. Microrregião de Bananal – Vale Histórico: Arapeí, Areias, São José do Barreiro, Silveiras (cinco municípios)

ffigura 01 – região administrativa de São José dos Campos – SP



figura 02 – divisão da região administrativa por microrregiões



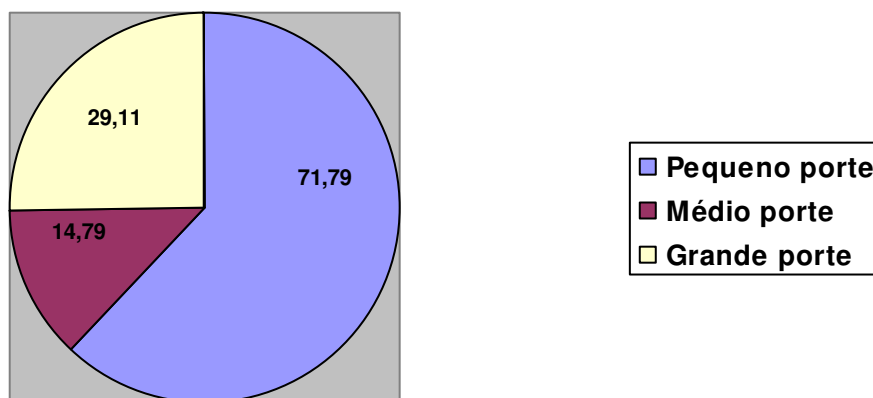
Região Bragantina não pertence à Região Administrativa de São José dos Campos

Os municípios próximos à rodovia Presidente Dutra tiveram um surto de industrialização a partir da década de 60 e 70 e os localizados próximo às encostas da serras do Mar e da Mantiqueira, vinculados ao setor primário da economia apresentam um constante empobrecimento de sua população.

Essa dinâmica ocasionou um planejamento desigual da região, distribuído nos seu 16.000km de extensão territorial, com um total de 1.992.510 habitantes, sendo que 1.81.900 habitantes localizam-se nas áreas urbanas e 140.210 nas áreas rurais³³.

A região tem 71,79% municípios de pequeno porte e com maior concentração de população rural, ou seja, 78 mil 869 habitantes com percentual de 56,25%, seguindo a tendência nacional de 90,46% de população rural no município de pequeno porte, entretanto constata que a população rural está concentrada em sua maioria nos municípios de pequeno porte, tendo o de médio porte 14,85% e grande porte 29,11% conforme gráfico 03 e tabela 04.

gráfico 03 - taxa de concentração da população rural no Vale do Paraíba por porte de municípios



³³ Fundação Sistema Estadual de Análises de Dados – SEADE, 2002

tabela 04 – contingente populacional dos municípios da região Vale do Paraíba

Classificação dos Municípios por porte	Município	População Total, 2000	População Urbana, 2000			População Rural, 2000		
			Rank	%	Nº	Rank	%	Nº
Grandes (de 100.001 a 539.313 habitantes)	São José dos Campos (SP)	539.313	04	98,78	532.717	36	01,22	6.596
	Taubaté (SP)	244.165	14	94,14	229.855	26	05,86	14.310
	Jacareí (SP)	191.291	09	95,86	183.377	31	04,14	7.914
	Pindamonhangaba (SP)	126.026	13	94,49	119.078	27	05,51	6.948
	Guaratinguetá (SP)	104.219	12	95,15	99.162	28	04,85	5.057
	Sub Total	1.205.014	52	96,61	1.164.189	148	3,39	4.825
Médios (de 50.001 a 100.000 habitantes)	Caraguatatuba (SP)	78.921	10	95,35	75.251	30	04,65	3.670
	Lorena (SP)	77.990	08	96,29	75.097	32	03,71	2.893
	Caçapava (SP)	76.130	19	87,67	66.741	21	12,33	9.389
	Cruzeiro (SP)	73.492	33	96,85	71.179	07	03,15	2.313
	Ubatuba (SP)	66.861	06	97,51	65.195	34	02,49	1.666
	São Sebastião (SP)	58.038	02	98,99	57.452	38	01,01	586
	Sub Total	431	78	95,24	410.915	162	4,76	20.517
Pequenos 02 (de 20.001 a 50.000 habitantes)	Campos do Jordão (SP)	44.252	01	99,00	43.809	39	01,00	443
	Aparecida (SP)	34.904	05	98,50	34.382	35	01,50	522
	Tremembé (SP)	34.823	21	85,77	29.866	19	14,23	4.957
	Cachoeira Paulista (SP)	27.205	23	79,66	21.671	17	20,34	5.534
	Cunha (SP)	23.090	32	48,22	11.134	08	51,78	11.956
	Ilhabela (SP)	20.836	03	98,81	20.589	37	01,19	247
	Sub Total	185.110	85	87,22	161.451	155	12,78	23.659
Pequenos 1-b (de 10.001 até 20.000 habitantes)	Parabuna (SP)	17.009	39	31,13	5.295	01	68,87	11.714
	Piquete (SP)	15.200	15	93,48	14.209	25	06,52	991
	Potim (SP)	13.605	11	95,31	12.967	29	04,69	638
	Santa Branca (SP)	13.010	17	90,09	11.721	23	09,91	1.289
	São Luís do Paraitinga (SP)	10.429	29	58,92	6.145	11	41,08	4.284
	São Bento do Sapucaí (SP)	10.355	35	44,68	4.627	05	55,32	5.728
	Sub Total	79.608	146	69,04	54.964	94	30,96	24.644
Pequenos 1-a (de 2.618 a 10.000 habitantes)	Bananal (SP)	9.713	24	73,99	7.187	16	26,01	2.526
	Queluz (SP)	9.112	20	86,11	7.846	20	13,89	1.266
	Roseira (SP)	8.577	16	93,42	8.013	24	06,58	564
	Igaratá (SP)	8.292	26	70,88	5.877	14	29,12	2.415
	Natividade da Serra (SP)	6.952	37	41,04	2.853	03	58,96	4.099
	Santo Antônio do Pinhal (SP)	6.328	33	47,90	3.031	07	52,10	3.297
	Lavrinhas (SP)	6.008	18	88,33	5.307	22	11,67	701
	Silveiras (SP)	5.378	34	45,57	2.451	06	54,43	2.927
	Lagoinha (SP)	4.957	30	58,04	2.877	10	41,96	2.080
	São José do Barreiro (SP)	4.143	28	59,64	2.471	12	40,36	1.672
	Redenção da Serra (SP)	4.047	38	40,20	1.627	02	59,80	2.420
	Jambeiro (SP)	3.992	31	48,45	1.934	09	51,55	2.058
	Monteiro Lobato (SP)	3.615	36	41,91	1.515	04	58,09	2.100
	Canas (SP)	3.614	22	84,14	3.041	18	15,86	573
	Areias (SP)	3.600	27	68,11	2.452	13	31,89	1.148
	Arapeí (SP)	2.618	25	72,54	1.899	15	27,46	719
	Sub Total	90.946	445	66,39	60.381	195	33,61	30.566
TOTAL (39 municípios)	1.992.110			1.851.900		07,04	140.210	

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE 2000 e Souza, Maria de Fátima. 2006, p.47

A tabela 04 possibilita copilar os índices dos 10 municípios com maior contingente populacional na área rural, e os índices dos municípios com maior percentual. As cidades com estes índices elevados tende a ter uma maior concentração de vulnerabilidade e risco social, com a hipótese de maior necessidade de investimento em políticas públicas conforme tabela 05 e 06

tabela 05 – os 10 municípios com maior contingente populacional da região do Vale do Paraíba

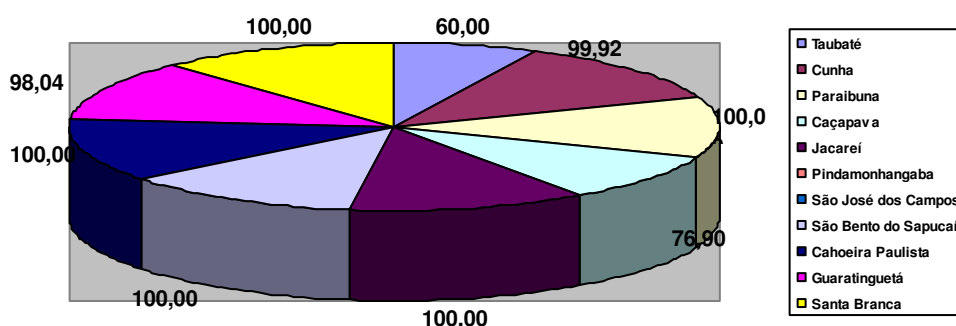
municípios	classificação dos Municípios por porte	população Total, 2000	população rural, 2000			Índice de Vulnerabilidade Social Rural-Alto e Muito Alto -IPVS, 2000	
			Rank	%	Nº	%	Nº
Taubaté	grande	244.165	01	05,86	14.310	60,00	8.587
Cunha	pequeno 2	23.090	02	51,78	11.956	99,92	11.947
Paraibuna	pequeno 1-b	17.009	03	68,87	11.714	100,00	11.714
Caçapava	médio	76.130	04	12,33	9.389	76,90	7.221
Jacareí	médio	191.291	05	4,14	7.914	100,00	7.914
Pindamonhangaba	grande	126.026	06	5,51	6.948	84,47	5.869
São José dos Campos	grande	539.313	07	1,22	6.596	99,12	6.538
São Bento do Sapucaí	pequeno 1-b	10.355	08	55,32	5.728	100,00	5.728
Cachoeira Paulista	pequeno 02	27.205	09	20,34	5.534	100,00	5.534
Guaratinguetá	grande	104.219	10	4,85	5.057	98,04	4.958
	Total	1.358.803	55	6,26	85.146	90,05	76.681

Fonte: IBGE e Fundação Seade

Na tabela 05, as 04 primeiras cidades tem população rural superior à média das 10 mais com maior contingente populacional, ou seja, 8 mil 514 pessoas. Prevalece a incidência maior por municípios de pequeno porte, porém a cidade de Taubaté de porte grande está em 1º lugar.

A cidade de Jacareí está em 5º lugar em contingente populacional com 100% de vulnerabilidade e a cidade de Santa Branca, embora não conste na relação das dez mais, porém, está em 26º lugar com também 100% na área rural. Os índices constataam a magnitude da vulnerabilidade da população rural. Ver gráfico 04

gráfico 04 - magnitude da vulnerabilidade rural nos 10 municípios com maior contingente populacional + a cidade de Santa Branca na região do Vale do Paraíba



Na tabela 06, a tabulação do percentual permanece o mesmo em relação ao total de população nos municípios. Os municípios de pequeno porte prevalecem com maiores percentuais de população rural em relação à urbana, seguindo a tendência da região com destaque para a cidade de Paraíba com 68,87% apresentam percentual acima da média das dez mais, que é de 68,15%. As cidades de Santa Branca em 23º lugar com 9,91 e Jacareí em 31º lugar com 4,14.

tabela 06 - os 10 municípios rurais com maior percentual da região do Vale do Paraíba

município	classificação dos Municípios por porte	população Total, 2000	população rural, 2000			Índice de Vulnerabilidade Social Rural-Alto e Muito Alto -IPVS, 2000	
			Rank	%	Nº	%	Nº
Paraíba	pequeno 1-b	17.009	01	68,87	11.714	100,00	11.714
Redenção da Serra	pequeno 1-a	4.047	02	59,80	2.420	100,00	2.420
Natividade da Serra	pequeno 1-a	6.952	03	58,96	4.099	100,00	4.099
Monteiro Lobato	pequeno 1-a	3.615	04	58,09	2.100	100,00	2.100
São Bento do Sapucaí	pequeno 1-b	10.355	05	55,32	5.728	100,00	5.728
Silveiras	pequeno 1-a	5.378	06	54,43	2.927	100,00	2.927
Santo Antonio do Pinhal	pequeno 1-a	6.328	07	52,10	3.297	100,00	3.297
Cunha	pequeno 2	23.090	08	51,78	11.956	99,92	11.947
Jamboiro	pequeno 1-a	3.992	09	51,55	2.058	100,00	2.058
Lagoinha	pequeno 1-a	4.957	10	41,96	2.080	100,00	2.080
Total		85.723	55	56,53	48.379	56,42%	48.370

Fonte: IBGE e Fundação Seade

A tabela 06 mostra a prevalência dos municípios de pequeno porte com maior incidência percentual, e todos com 100% de vulnerabilidade. As cidades de Santa Branca e Jacareí apresentam 100% de vulnerabilidade. O total dos 10 municípios, representa 56,42% dessa população em alta e muito alta vulnerabilidade.

As informações dos 10 municípios da região rural com maior concentração populacional e maior concentração percentual, confrontada com a pesquisa realizada pelo SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo 1997-2000, resultando no IPVS – Índice Paulista de Vulnerabilidade Social.

Embora estes indicadores possam se alterar de acordo com o tempo e espaço, sinaliza ainda que de forma temporal um estado de vulnerabilidade e risco do Vale do Paraíba. A Serra da Mantiqueira e Serra do Mar com alto índice vulnerabilidade. O Médio Vale Inferior que se encontra distante do pólo industrial. Convive com a disparidade entre riqueza e pobreza, mesmo seus municípios estando próximo do pólo industrial, de dois grandes centros religiosos (Aparecida com a Catedral de Nossa Senhora Aparecida e Cachoeira Paulista com a Canção Nova), e de cidades com um berço cultural e artístico, constata-se que o crescimento econômico não foi proporcional a todos. Existe um alto índice de vulnerabilidade. Constata-se que oito dos dez municípios com maior concentração população rural e altíssima vulnerabilidade concentra-se nesta região, e cinco dos dez municípios com maior percentual de população rural, também estão nessa região.

A surpresa desse contraste dos desiguais, fica com a cidade de São José dos Campos com 99,12% de vulnerabilidade alta e muito alta na área rural, tendo em vista ser a cidade com maior renda per capita da região, apresentando a ambigüidade do pólo industrial que se por um lado propicia o desenvolvimento econômico, por outro lado trás consigo distancias sociais, entre ricos e pobres, principalmente no rural.

As cidades de Santa Branca e Jacareí também se localizam nessa microrregião. A base da economia de ambas é o comércio e serviço, tendo Jacareí 60% da população economicamente ativa – PEA, e Santa Branca por ser uma cidade sem indústrias poluentes e com pouco investimento nesse setor, tem no turismo, comércio e serviços sua base da economia.

O impacto dessa convivência contraditória é um índice de 78,91% de população vulnerável na área rural e 14,02% na área urbana³⁴ conforme gráficos 05 e 06

gráfico 05 - Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS da região do Vale do Paraíba

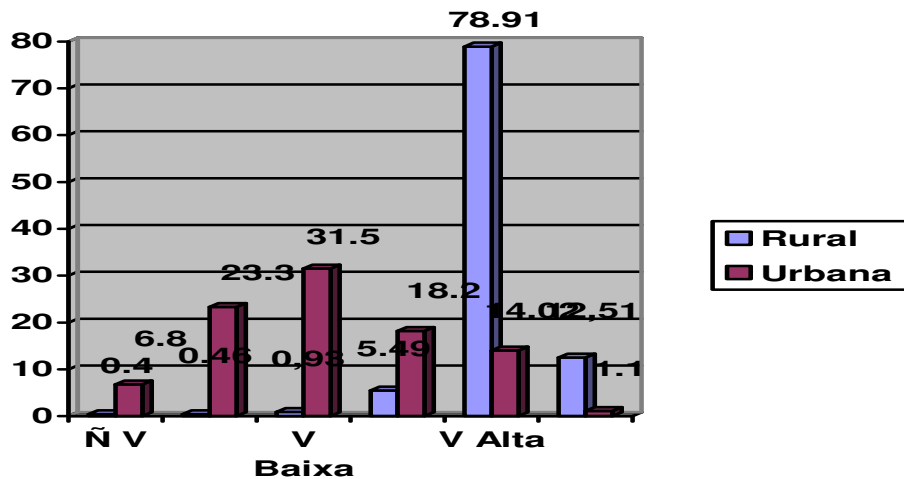
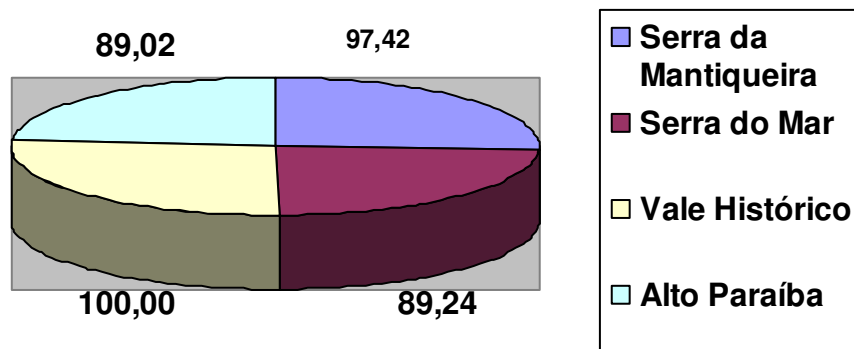


gráfico 06 - magnitude da vulnerabilidade rural nas microrregiões do Vale do Paraíba



³⁴ Vulnerabilidade média tem níveis altos e médio da dimensão socioeconômica e uma concentração de famílias jovens e adultos. Vulnerabilidade alta o chefe de domicílio apresenta, em média, níveis baixos de renda e escolaridade, com concentração de famílias mais velhas e com menor presença de crianças. Vulnerabilidade muito alta o chefe de família também tem níveis baixos de renda e escolaridade, concentração de chefes jovens e presença significativa de crianças.

tabela 07- IPVS da população rural do Vale do Paraíba - 2000

Classificação dos Municípios por microrregiões	Municípios	População rural, 2000	IPVS, 2000						Total IPVS Alta e Muito Alta	
			Nenhuma	Muito baixa	Baixa	Média	Alta	Muito Alta	%	Nº
Serra da Mantiqueira	São Bento Sapucaí	5.728	-	-	-	-	5.311	417	100,00	5.728
	Santo Antonio Pinhal	3.297	-	-	-	-	3.016	281	100,00	3.297
	Campos do Jordão	443	-	-	-	244	199	-	44,92	199
	Sub total	9.468	-	-	-	244	8.526	698	97,42	9.224
Litoral Norte ou Serra do Mar	Caraguatatuba	3.670	-	-	79	177	1.228	2.160	92,31	3.388
	Ubatuba	1.666	-	-	-	40	689	885	94,47	1.574
	São Sebastião	586	-	-	-	97	96	378	80,88	474
	Ilhabela	247	-	-	-	-	240	-		
	Sub total	6.169	-	-	79	314	3.117	3.423	89,24	5.436
Médio Vale Inferior ou Vale Histórico	Silveira	2.927	-	-	-	-	2.351	576	100,00	2.927
	Bananal	2.526	-	-	-	-	2.526	-	100,00	2.526
	Cruzeiro	2.313	-	-	-	-	2.080	233	100,00	2.313
	São José Barreiro	1.672	-	-	-	-	1.619	53	100,00	1.672
	Areias	1.148	-	-	-	-	1.109	39	100,00	1.148
	Queluz	1.266	-	-	-	-	931	335	100,00	1.266
	Arapeí	719	-	-	-	-	719	-	100,00	719
	Lavrinhas	701	-	-	-	-	219	482	100,00	701
	Sub total	13.272	-	-	-	-	11.554	1.718	100,00	13.272
Médio Vale Superior e/ou Alto Paraíba/ Vale Paraíba	Cunha	11.956	-	-	-	-	11.947	-	99,92	11.947
	Paraíbuna	11.714	-	-	-	-	9.760	1.954	110,00	11.714
	Taubaté	14.310	591	-	-	4.442	7.377	1.210	60,00	8.587
	Jacareí	7.914	-	-	-	-	6.684	1.230	100,00	7.914
	Caçapava	9.389	-	624	904	640	5.761	1.460	76,90	7.221
	São José Campos	6.596	-	-	58	-	5.674	864	99,12	6.538
	Pindamonhangaba	6.948	-	-	-	967	4.918	951	84,47	5.869
	Guaratinguetá	5.057	-	-	274	-	4.689	94	93,39	4.723
	Cachoeira Paulista	5.534	-	-	-	-	4.615	919	100,00	5.534
	São Luís Paraitinga	4.284	-	-	-	-	4.283	-	100,00	4.283
	Natividade da Serra	4.099	-	-	-	-	4.099	-	100,00	4.099
	Tremembé	4.957	-	-	-	666	903	2.519	69,03	3.422
	Redenção da Serra	2.420	-	-	-	-	2.420	-	100,00	2.420
	Igaratá	2.415	-	-	-	-	2.415	-	100,00	2.415
	Lagoinha	2.080	-	-	-	-	2.080	-	100,00	2.080
	Lorena	2.893	-	-	-	-	2.074	-	71,69	2.074
	Jambeiro	2.058	-	-	-	-	2.058	-	100,00	2.058
	Monteiro Lobato	2.100	-	-	-	-	1.884	216	100,00	2.100
	Santa Branca	1.289	-	-	-	-	1.289	-	100,00	1.289
	Piquete	991	-	-	-	-	979	-	100,00	979
	Canas	573	-	-	-	-	573	-	100,00	573
	Roseira	564	-	-	-	-	537	-	95,21	537
	Aparecida	522	-	-	-	-	325	181	96,93	506
Potim	638	-	-	-	431	102	105	32,44	207	
Sub total	111.301	591	624	1.236	7.146	87.446	11.703	89,02	99.089	
Total	140.210	591	651	1.315	7.704	110.643	17.542	89,02	99.089	

Fonte: IBGE e Fundação Seade

A partir da territorialização das informações, constata-se que a categoria classificada de **vulnerabilidade média** pelo SEADE para região do Vale do Paraíba, coloca a região em uma situação confortável com bom índice de riqueza, longevidade e escolaridade em relação ao Estado de São Paulo. Entretanto, quando se aproximam essas informações à realidade local identifica-se uma região desigual e uma população rural que apresenta vulnerabilidade alta em escolaridade, riqueza e longevidade em todas as microrregiões do Vale do Paraíba, não diferenciando das demais regiões brasileiras no diagnóstico do rural apresentado pelo MDA/CONDRAF/06. Ainda existem desafios a serem superados pelos governos e sociedade civil na educação, saúde, e redistribuição de renda.

Na área da assistência social, o estudo realizado por Souza demonstrou as distâncias entre as condições atuais da gestão da assistência social e a proposta do NOB/SUAS/05. Amplio essas informações co-relacionando alguns dos itens elencados pela pesquisadora, com dados do território rural nos dois municípios analisados neste estudo direcionando para o alcance de cobertura do SUAS a população rural. Quadro 03

Serviços permanentes como CRAS e CREAS nos municípios, para serem pró-ativos, exigem o cumprimento dos critérios pactuados na gestão do SUAS, entretanto os municípios não tem conseguido cumpri-los, independente da gestão, conforme apontado por Souza, tais como implementação da secretaria executiva do Conselho Municipal da Assistência Social, repasse de recurso financeiro do Tesouro para o Fundo Municipal da Assistência Social e outros.

O MDS através da Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS, vem buscando garantir algumas das funções da política de assistência social investindo em programas de transferência de renda efetivando um dos direitos socioassistenciais previstos na proteção social não contributiva, correspondente à garantia de segurança à renda para cidadãos rurais e urbanos.

quadro 03 - incidência das distâncias das condições atuais da gestão da assistência social co-relacionadas ao território rural entre: MDS, região do Vale do Paraíba e as cidades de Santa Branca e Jacareí

Tendências	Indicadores						
	Nomenclatura do órgão gestor da assistência social	Nível de escolaridade do gestor da assistência social	Instrumentos de Gestão (Conselho, Plano e Fundo)	Fundo Social de Solidariedade	Gestão atual da assistência social	Impacto no território rural	Impacto na gestão da assistência social no território rural
MDS	Secretaria Nacional de Assistência social	Formação superior em serviço social	Tem os 03 instrumentos de gestão, além da Comissão Tripartite* formada por gestores do governo federal, Estadual e Municipal	-	Média nacional de gestão inicial é de 25%	Representa 73% municípios de pequeno porte, com concentração de 77,74% de população rural	Pacto de gestão do SUAS entre os Estados brasileiros como alternativa para reduzir os 9 milhões de indigentes e 15 milhões de pobre no território rural, para alcançar o objetivo da política Nacional de Assistência Social no direito a equidade urbano/rural na sua cobertura e oferta de serviços, programas, projetos, e benefícios
Vale do Paraíba	Divisão Regional de Desenvolvimento Social – DRADS e Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social-SEADS	Formação superior em direito****	Reporta aos 03 instrumentos de gestão estadual, além da Comissão bipartite**	Presidente é primeira dama	Prevalência da gestão inicial com 67% dos municípios.	61,53% é pequeno porte, com concentração de 56,24% de população rural	78,91% de vulnerabilidade, e em reunião da Frente Paulista - SP até junho/2008 o Estado de São Paulo, ainda não havia publicizado no site do SEADS o pacto de gestão do SUAS.
Município de Santa Branca	Promoção social	Ensino médio	Tem os 03 instrumentos de gestão, com assento para o representante dos usuários da assistência social ***	Presidente é primeira dama	Inicial	9,91% da população concentra na área rural	100% de vulnerabilidade, com o gestor tendo pouca compreensão do novo paradigma da assistência social em relação à função da proteção social, da defesa dos direitos socioassistenciais e da vigilância social, e os serviços que a compõe reforçando práticas conservadoras; A rede serviço socioassistencial encontra limites na sua cobertura e oferta de serviços, programas, projetos e benefícios à população;
Município de Jacareí	Secretária de Assistência Social e cidadania	Formação superior em direito	Tem os 03 instrumentos de gestão, sem assento para o representante dos usuários da assistência social	Presidente é ex-vice-prefeita	Básica	4,14% da população concentra na área rural	Idem município de Santa Branca

*Avalia a habilitação aos níveis de gestão da assistência social dos municípios avaliados pelo Estado, e dos Estados brasileiros

**Avalia a habilitação aos níveis de gestão da assistência social dos municípios do Estado de São Paulo

*** Informação foi obtida por telefones na Promoção Social com Assistente Social em 29/07/08

Considero importante mensurar os dados do universo de beneficiários com transferência de renda no Vale do Paraíba conforme tabela 09, tendo em vista ser um indicador significativo de redução da desigualdade no Brasil conforme apontado por pesquisadores do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA):

“... o sistema de proteção social do país – em especial os programas de transferência de renda – é por 35% da queda da desigualdade de renda registrada entre 2001 e 2004 Neste período, a desigualdade caiu 4%”. Site MDS, 21/07/06

A tabela proporciona identificar onde ocorre a maior incidência dos Benefícios do Programa Bolsa Família, BPC para pessoa com deficiência e idoso. Nesse sentido, por microrregião é possível uma aproximação do perfil do beneficiário, ou seja, a população idosa com direito ao BPC se concentra na Serra do Litoral e Serra da Mantiqueira. A incidência maior ocorre na Serra da Mantiqueira e a circulação do Bolsa Família no Médio Vale Inferior e na Serra da Mantiqueira. A incidência maior do benefício do BPC com a pessoa com deficiência nestas três microrregiões mostra que o foco da transferência de renda tem alcançado regiões com maior vulnerabilidade.

No Vale do Paraíba, com exceção do Médio Vale Superior com 89,02% de vulnerabilidade com menor incidência do Programa Bolsa Família, idoso e pessoas com deficiência, as demais microrregiões encontram-se com 100% de vulnerabilidade. O gráfico 07 possibilita visualizar a dimensão espacial da família beneficiária.

gráfico 07 - magnitude da incidência de famílias com Benefício Transferência de Renda por microrregiões no Vale do Paraíba

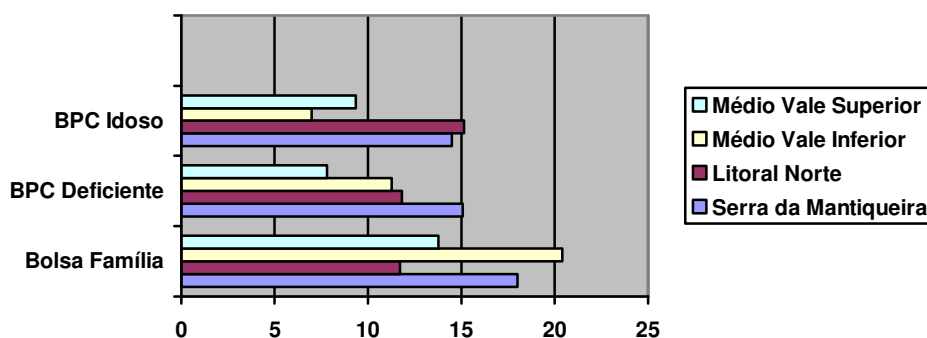
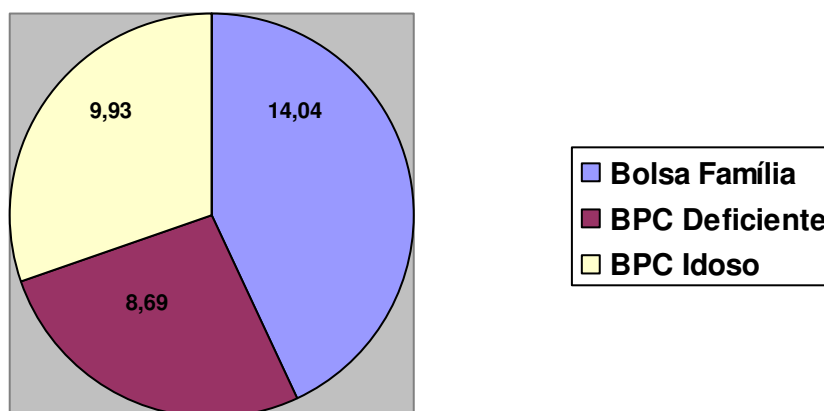


tabela 08 - segurança à renda para famílias³⁵ rurais e urbanos no Vale do Paraíba

Micro Regiões	Municípios	Nº de famílias, 2000	Nº de famílias urbano/rural com Benefício de Transferência de Renda						Total famílias 2000			
			Bolsa Família		Deficiente		Idoso		Urbana		Rural	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Serra da Mantiqueira	São Bento Sapucaí	2.589	497	19,19	424	16,37	496	19,15	1.157	44,68	1.432	55,31
	Santo Antonio Pinhal	1.582	366	23,13	172	10,87	208	13,14	758	47,91	824	52,08
	Campos do Jordão	11.063	1.386	12,52	1.700	15,36	1.044	98,89	10.952	98,99	111	1,00
	Sub total	15.234	2.746	18,02	2.296	15,07	1.748	14,47	12.867	84,46	2.367	15,53
Litoral Norte ou Serra do Mar	Caraguatatuba	19.730	3.632	18,40	3.152	15,97	3.036	15,38	18.813	90,35	9.174	4,64
	Ubatuba	16.715	302	1,80	1.948	11,65	3.288	16,67	16.299	97,51	416	2,48
	São Sebastião	14.509	2.128	14,66	1.212	8,35	1.588	10,94	14.363	98,99	146	1,00
	Ilhabela	5.209	520	9,89	324	6,22	584	11,21	5.147	98,80	62	1,19
Sub total	56.163	6.582	11,71	6.636	11,81	8.496	15,12	54.622	97,25	10.356	18,43	
Médio Vale Inferior	Silveira	1.344	430	33,99	132	9,82	124	11,21	613	45,61	732	54,46
	Bananal	2.428	678	27,99	108	4,44	164	6,75	1.797	74,01	631	25,98
	Cruzeiro	18.373	3.075	16,73	1.312	7,14	836	4,55	17.795	96,85	578	3,14
	São José Barreiro	1.036	272	26,25	164	15,83	476	45,94	618	59,65	418	40,34
	Areias	900	284	31,55	108	12,00	164	18,22	613	68,11	287	21,88
	Queluz	2.278	616	27,04	192	8,42	92	4,03	1.961	86,08	316	13,87
	Arapeí	665	150	22,90	52	7,93	52	7,93	475	72,51	180	27,48
	Lavrinhas	1.502	329	21,90	68	4,52	84	5,59	1.327	84,34	175	11,65
	Sub total	28.526	5.834	20,42	3.216	11,27	1.992	6,98	25.199	88,33	3.317	11,62
Médio Vale Superior	Cunha	5.772	2.421	41,94	984	17,04	984	17,04	2.783	48,21	2.989	51,78
	Paraibuna	4.252	1.000	23,51	504	11,85	892	20,97	1.324	31,13	2.928	68,89
	Taubaté	61.041	6.485	10,62	5.164	8,45	6.580	10,77	57.464	94,14	3.577	5,85
	Jacareí	47.823	6.348	13,27	3.532	7,39	3.264	6,82	45.844	95,16	1.978	4,13
	Caçapava	19.032	2.452	12,88	1.900	9,98	1.620	8,51	16.685	87,66	2.347	12,33
	São José Campos	134.828	14.075	10,43	7.916	5,87	11.980	8,88	133.179	96,97	1.649	1,22
	Pindamonhangaba	31.506	5.145	16,33	3.464	10,99	2.740	8,69	29.769	94,48	1.737	5,51
	Guaratinguetá	26.053	3.914	15,02	2.020	7,75	1.920	7,36	24.918	95,66	1.264	4,85
	Cachoeira Paulista	6.801	1.332	19,58	536	7,88	476	6,99	5.418	76,66	1.383	20,33
	São Luís Paraitinga	2.607	824	31,60	416	15,95	900	34,52	1.536	59,03	1.071	41,08
	Natividade da Serra	1.738	565	32,50	116	6,67	360	20,71	713	41,02	1.025	59,97
	Tremembé	8.706	1.077	12,37	384	4,41	752	8,63	7.466	85,75	1.239	14,23
	Redenção da Serra	1.012	403	39,82	160	15,81	276	27,27	407	40,21	605	59,78
	Igaratá	2.073	602	29,04	120	5,78	280	13,50	1.469	70,86	604	29,13
	Lagoinha	1.239	494	39,87	172	13,88	328	26,47	719	58,03	520	41,96
	Lorena	19.497	3.192	16,37	1.348	6,91	1.060	5,43	18.774	96,29	723	3,70
	Jambeiro	998	223	22,34	60	6,01	184	18,43	483	48,39	514	51,50
	Monteiro Lobato	904	212	23,45	116	12,83	424	46,90	379	41,92	525	58,07
	Santa Branca	3.252	670	20,60	256	7,87	316	9,71	2.930	90,09	322	9,90
	Piquete	3.800	614	16,15	208	5,47	148	3,89	3.552	93,47	248	6,52
	Canas	903	177	19,60	12	1,32	-	-	760	84,16	143	15,83
	Roseira	2.144	450	20,98	164	7,64	176	8,20	2.003	93,42	141	6,57
	Aparecida	8.726	1.349	15,45	1.368	15,67	1.352	15,49	8.595	98,49	130	1,48
	Potim	3.401	753	22,14	248	7,29	244	7,17	3.242	95,32	159	4,67
	Sub total	398.108	54.777	13,75	31.168	7,82	37.256	9,35	370.412	93,04	27.821	6,98
	Total	498.031	69.939	14,04	43.316	8,69	49.492	9,93	463.100	92,98	43.861	8,80

³⁵ A base do cálculo para o nº de famílias levou em consideração a média de 4 pessoas por habitantes, segundo estimativa do IBGE, e a base do cálculo percentual levaram em consideração o nº total de famílias para famílias beneficiadas com transferência de renda, quanto para nº de famílias nos território urbano-rural.

gráfico 08 - ranking dos Programas de transferência de renda nas microrregiões do Vale do Paraíba



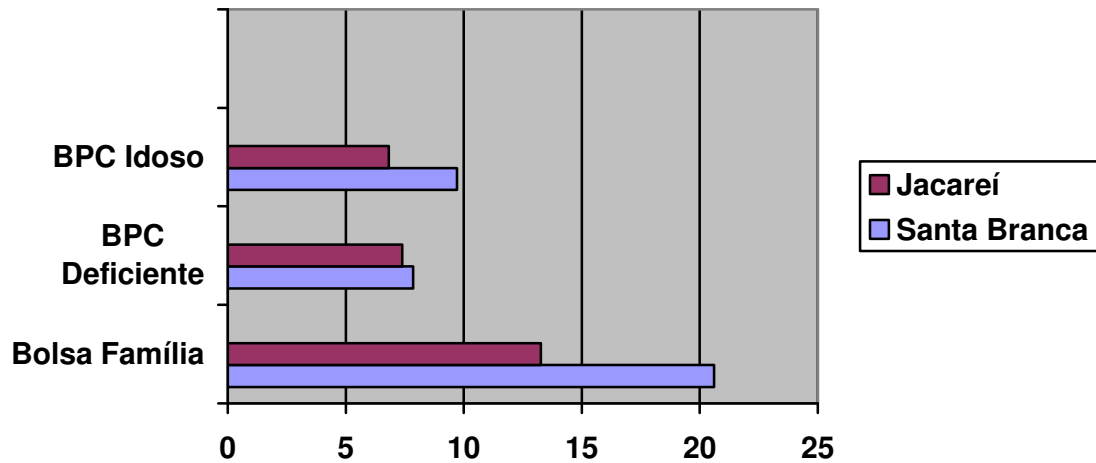
O gráfico 08 mostra a prevalência do Programa Bolsa Família, em relação ao BPC para pessoa com deficiência e idoso, todavia diante ao alto índice de vulnerabilidade da região com 80% na área rural e 14% no urbano, fica a interrogação se o índice baixo de famílias idosas e com deficiência é menor devido à ausência da necessidade, ou devido à ausência de mecanismos de acesso para buscar o benefício.

A hipótese provável é a ausência de mecanismo para acessar o benefício nos municípios, ao constatar a pouca informação sobre programa, projetos, benefícios e serviços à população rural nos municípios de Santa Branca e Jacareí.

Por outro lado, a tabela 08 também possibilita acessar informações sobre as duas cidades da região analisadas neste estudo em relação às famílias beneficiadas com a transferência de renda, conforme gráfico 09.

Os municípios de Santa Branca e Jacareí, encontram-se na média regional de famílias beneficiadas, e seguindo a tendência de maior incidência para Programa Bolsa Família. A cidade de Santa Branca tem índice percentual superior em todos os programas, embora a cidade de Jacareí tenha maior concentração populacional.

gráfico 09 - ranking do Benefício de Transferência de Renda nos municípios de Jacareí e Santa Branca no Vale do Paraíba



As semelhanças no modo de gestão da Política de Assistência Social nas duas cidades, como por exemplo à dualidade de dois sistemas de gestão: o SUAS e o Fundo Social de Solidariedade – FSS, diferencia no município de Santa Branca com a presença da primeira dama na condução do FSS que tende ter força política em relação à gestora, possibilita a condução da política de assistência social num caráter privado e não público.

Nesse sentido, a desproteção daqueles que necessitam da política de assistência social no município tende a ser alto, necessitando da cobertura dos Programas de transferência de renda.

2.1. Os grupos sindicais, movimentos sociais e a política de assistência social como garantia da proteção social na área rural do Vale do Paraíba

A proteção rural é no país tarefa pertinente entre o povo, e Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou movimentos sociais como o MST no Vale enquanto setores da sociedade civil que garante a proteção social na área rural. Na década de 60 a criação da Secretaria Estadual de Promoção Social no Estado de São Paulo, e em 68 implantaram-se suas Diretorias Regionais de Promoção Social. No mesmo ano tem-se a instalação da

Divisão Regional do Vale do Paraíba, estimulando as prefeituras a criarem em suas estruturas administrativas setores para cuidar da assistência social³⁶.

Contudo o balanço das condições atuais das gestões municipais de assistência social nos municípios do Vale do Paraíba, constatado por Souza (2006) mostra traços de conservadorismo.

O estudo dos 22 municípios analisados, demonstrou que a trajetória da assistência social para se estabelecer enquanto política pública, dever de Estado e direito do cidadão, foi e, ainda é, marcada por constrangimentos. Estas são configurados ela tímida publicização, democratização e cobertura, evidenciando distancias em face da proposta do SUAS, com prevalência do caráter privado em detrimento ao público, o que impossibilita a implantação do SUAS que situa alicerçador de direitos, bem como, acaba impondo limites na perspectiva de política universal.

Ressalto os avanços, pontuando algumas aproximações e potencialidades na região do Vale do Paraíba, com destaque para:

- “a) existência de profissional de nível superior em 20 municípios, exceto Silveira, que não tem funcionários, e Taubaté que não respondeu à questão;*
- b) implantação de Conselhos, Planos e Fundos municipais em todos municípios, exceto Taubaté.” (Souza, 2006)*

Além do caráter conservador, a tímida cobertura da assistência social abre margens para reflexões quanto ao alcance dessa cobertura na área rural e suposições que reforçam a leitura de que o cidadão rural é parte do universo dos invisíveis das ações sócio assistenciais no acesso e direito às proteções sociais, que deveram garantir as seguranças de acolhida, renda e convívio, tendo como princípio a matricialidade sociofamiliar em que:

- “ a família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social;*

³⁶ Souza, Maria de Fátima. Implementação Municipal do SUAS – Sistema Único de Assistência Social: Balanço das condições de Gestão da Assistência Social em Municípios do Vale do Paraíba – São Paulo, Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 2006

- *a defesa do direito à convivência familiar, que na proteção de assistência Social, supera o conceito de família como unidade econômica, ... entende como núcleo afetivo, vinculado por laços consangüíneos, de aliança ou afinidade, que circunscreve obrigações recíprocas e mútuas, organizações em torno de relações de geração e gênero;*
- *a família deve ser apoiada e ter acesso...*
- *o fortalecimento de possibilidades, educação e proteção social, na própria família, não restringe as responsabilidades públicas de proteção social com os indivíduos e sociedade;*
- *o princípio da territorialização significa o reconhecimento da presença de múltiplos fatores sociais e econômicos, que levam o indivíduo a e família a uma situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social. ... perspectiva do alcance de universalidade de cobertura;*
- *... princípio de prevenção e proteção pro-ativa...;*
- *no planejamento da localização da rede de serviços, a partir dos territórios de maior incidência de vulnerabilidade;" NOB/SUAS/2005:17*

Se por um lado a PNAS estabelece as diretrizes políticas para planejamento das ações socioassistenciais, constato que nos formulários devolvidos por quatro municípios no levantamento preliminar que realizei entre fevereiro e março/2007, objetivando uma aproximação com o objeto de estudo, um município não respondeu por não haver incidência de população rural para ações socioassistenciais; em dois o atendimento é realizado pelo plantão social, referendando um modelo de gestão anterior, como no município de Santa Branca. Somente um tem instalado o Centro de Referência da Assistência Social, município de Jacareí, entretanto não significa que o direito e o acesso vêm nele sendo equânimes entre população rural e urbana.

Por outro lado, tem-se no Vale do Paraíba o sindicato dos Trabalhadores Rurais que se coloca como o setor que ampara os trabalhadores rurais da região. Em entrevista no dia 10/04/07 com Dr. José Edson de Carvalho Coelho, advogado do Sindicato dos Trabalhadores Rurais que abrange os municípios de São José dos Campos, Jacareí, Caçapava, Jambuí, Paraibuna, Santa Branca, Monteiro Lobato, Igaratá, informou que o trabalho do sindicato consiste em uma "assessoria preventiva".

Segundo Coelho, o sindicato busca garantir os direitos do trabalhador rural transitando por questões trabalhistas com as empresas instaladas no Vale e que oferta trabalho para a área rural através da plantação do eucalipto, como por exemplo a VCP – Votorantin Papel e Celulose, com uma de suas sedes na cidade de Jacareí, e com a Suzano Papel Celulose instalada em Paraibuna. Outra demanda do sindicato é estar garantindo os direitos dos trabalhadores rurais que estão fora das empresas, como é o caso da lavoura branca que envolve a plantação e pecuária.

Para Coelho, os problemas envolvem redução de salário; dissídio coletivo; área previdenciária com a interface de taxas tributárias muito alta; os problemas com o pequeno proprietário que comprou a terra, porém não tem escritura de definitiva, somente o direito de posse e na hora de cadastrar seu imóvel na Receita Federal é solicitado à escritura. Este produtor tem que buscar um avalista para ter garantido o ITF – Imposto Tributário Federal que incide sobre a propriedade rural, visando a utilização adequada do solo; outra inscrição é a do CNPJ do produtor rural, que o autoriza a comercializar seu produto. Sobre o ITF nos municípios analisados, em Santa Branca a arrecadação do Imposto Territorial Rural – ITR em 2007 foi de R\$ 12.981,58 reais e Jacareí de R\$ 58.169,91 reais, ficando parte do resultado arrecadado no município. Em Jacareí, a Diretora de Agricultura em 2006 informou que o impacto dessa arrecadação é insuficiente diante das várias necessidades na área rural. Em Santa Branca, não foi possível tal informação.

Em relação ao serviço de saúde, o advogado do sindicato dos trabalhadores rurais relatou que em Jambeiro a qualidade do serviço ofertado no posto de saúde é “péssima”, porém, comparado às grandes cidades é eficiente. Sobre a educação, declarou que no Estado de São Paulo as escolas rurais vêm sendo extintas, informando ter um custo menor para transportar os alunos do campo para cidade devido à economicidade com infraestrutura física na existente área urbana. Essas informações comparadas aos municípios analisados na região, segundo dados do IBGE de 2007, a cidade de Santa Branca tem 03 estabelecimentos do SUS e 01 privado. Na educação, o ensino fundamental tem 2.299 matriculados, no ensino médio 610. Entretanto, no formulário respondido pelo gestor da assistência social não havia dados sobre escolas rurais.

Em Jacareí, há 24 estabelecimentos do SUS, e 38 unidades do setor privado. A Secretaria de Saúde Municipal, confirma a existência de Unidades Básicas de Saúde em

território rural, porém não mensuraram o número de unidades. Na educação o ensino fundamental tem 30.444 matriculados, e no ensino médio 8.848. Existem escolas rurais, porém o Plano de ordenamento territorial de 2002-2003 propõem novas regras de ordenamento territorial. O re-ordenamento provocou mudanças em áreas rurais, e escolas pertencentes nestas áreas serão consideradas urbanas. Com isso, a Secretaria Educação quando contatada no início de 2007, encontrava-se readequando as novas bases territoriais do município, não informando o número de escolas rurais.

Embora a cidade de Jacareí tenha maior densidade territorial na área rural com 370 km² em relação ao espaço urbano com 62 km², somente 30% da área rural é ocupada, denotando uma sub-utilização dos demais espaços de acordo com relatório no Plano Diretor. O mapa do macrozoneamento do município mostra a dimensão geográfica do território rural (Fig.3 - áreas rosa clara).

figura 03 - macrozoneamento do município de Jacareí



Fonte: Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal Jacareí – Plano de ordenamento territorial: 1 Fase do Caderno de caracterização, 2002

tabela – 09 - macrozona de destinação rural no município de Jacareí

LOTEAMENTO		TOTAL	VAGOS	OCUPADOS	% LOTES OCUP.
RURAL	Rec. Dos Pássaros	786	671	115	14,60%
	Cond. Lagoinha	82	15	67	81,70%
	Pagador Andrade	135	47	88	65,20%
	São Benedito do Fogio	12	5	7	58,30%
	Paratey	14	8	6	42,80%
	Jaguary	1	1	0	0%
	Chác. Sta. Maria	86	85	1	1,16%
	Colônia	74	27	47	63,50%
	Bairro da Figueira	3	3	0	0,00%
	Chácara Itapoá	40	40	0	0,00%
	Chac. Parateí	8	8	0	0,00%
	Chacrinha Parateí	50	50	0	0,00%
	Bairro do Mandi	8	8	0	0,00%
	Chácara Guararema	203	184	19	9,30%
	Jd. Santana	143	143	0	0,00%
	Remédios	7	6	1	14,30%
	São Sebastião	10	10	0	0,00%
	Jardim	1	0	1	100,00%
	Mato Dentro	2	0	2	100,00%
	TOTAL		74.495	33.888	41.070

Fonte: Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal Jacareí – Plano de ordenamento territorial: 1 Fase do Caderno de caracterização,2002

Em relação à educação e/ou formação para a população rural adulta, no município de Jacareí o Departamento de Agricultura, vinculado a Secretaria de Desenvolvimento Econômico vem incentivando o pequeno agricultor a participar de palestras voltadas para comercialização e processamentos dos produtos, além dos cursos realizados pela Casa da Agricultura, vinculado a Secretaria Estadual de Agricultura com sede em Jacareí. Porém, toda a formação para área rural tem o objetivo de potencializar as áreas de produção agrícola. Novamente ocorre o equívoco de reduzir a população rural ao produtor agrícola, pecuarista.

O sindicato rural, pouco altera a relação em termos de formação. Segundo Coelho, os cursos para o trabalhador rural na região é via SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, que vem proporcionando cursos via Federação da Agricultura em Jambuí nas áreas de turismo rural, alfabetização, inseminação artificial, apicultura.

Somado a estas demandas, Coelho relatou a existência de tratamento diferenciado entre o trabalhador rural envolvido com a lavoura branca e o que está em empresa. Uma

destas diferenças é em relação ao piso salarial, na empresa é de quatrocentos e dezoito reais (R\$ 418,00), podendo ter trabalhador ganhando acima de setecentos reais (R\$ 700,00). Entretanto o piso na lavoura branca é trezentos e sessenta e sete reais (R\$ 367,00).

Segundo Coelho, no Vale do Paraíba prevalece à plantação do eucalipto. A pecuária e a produção de leite estão se extinguindo. A concentração do trabalho da mulher é maior em viveiros, tendo pouca concentração no campo. Na lavoura branca há maior predominância de pessoas idosas. Em relação ao jovem rural, o número é reduzido no trabalho do campo. Ressaltou a necessidade de mais incentivo dos governos para permanência do jovem no campo.

Sobre o perfil desse trabalhador rural, informou que na lavoura branca o trabalhador na sua grande maioria está vinculado à propriedade privada, centrado numa população com residência na região há algumas gerações. Os assentados, como a exemplo dos trabalhadores da Fazenda Santana no Bairro Vargem Grande, vieram de outras regiões do Brasil.

As informações de Coelho sobre as estradas rurais, a acessibilidade ainda é um desafio em muitas áreas, assim como, o acesso à energia elétrica. Para o advogado do sindicato dos Trabalhadores Rurais, a energia elétrica inexistente em quase todo o campo, entretanto o transporte público faz parte do cotidiano de muitos habitantes rurais atualmente, afirmando que “toda melhoria faz com que o homem do campo venha para cidade”.

Esta fala pode ser contestada, Um exemplo é o Programa Luz para todos do Ministério de Minas e Energia do Governo Federal que identifica a falta de energia nos domicílios brasileiros como um indicador de pobreza, dessa forma vem buscando com o Programa Luz para todos identificar os territórios vulneráveis, propiciando com a energia elétrica principalmente em territórios rurais acessibilidade da população a serviços simples com geladeira, televisão e outros, possibilitando o direito à equidade.

Entretanto, se essa realidade é possível em muitos territórios rurais brasileiros, ainda existem distâncias a serem superadas na efetivação do direito no Vale do Paraíba rural como a incidência de trabalhador sem registro em carteira. Segundo Coelho, o

município de Paraibuna tem a maior incidência e o Departamento Fiscal da Delegacia do Trabalho localizado em São José dos Campos não fiscalizam de forma adequada, tem apenas dois funcionários. Para Coelho tais situações apresentam resolutividade, quando denunciadas na mídia.

Sobre outros sindicatos na região, verbalizou que a Casa da Lavoura em Ubatuba, que tem a função de organizar a atividade pesqueira, apresenta pouca expressão. De uma forma geral, ressaltou que o trabalhador rural tem condições de eleger um representante no Senado, ele mesmo já foi convidado pelo PSDB no município de São José dos Campos a pleitear uma vaga no legislativo municipal, todavia é filiado a outro partido político.

É importante registrar neste estudo as informações em relação ao território rural do município de Santa Branca, pela ausência do Plano Diretor as análises sobre a distribuição geográficas e da infra-estrutura no território rural fica prejudicado pela ausência de dados para subsidiar a discussão.

Para consolidar o panorama rural, apresento a seguir algumas características do Censo Agropecuário no Vale do Paraíba de 1995-1996, sinalizando características relevantes tais como: relação de gênero, com maior incidência na condição de produtor para o homem. Situação que também repercute no Estado de São Paulo e no Vale em relação de pessoal ocupado na tabela 12.

Porém, é importante destacar que o censo de 2007, nos resultados preliminares houve redução de 8,5% em relação ao pessoal ocupado, aumento da produção da lavoura e intensificação da pecuária nas regiões brasileiras com a produção da soja apresentando uma menor intensidade no Sudeste e Sul.³⁷

Os dados sinalizam que o rural no Vale do Paraíba, apresenta como um espaço masculino no trabalho e ocupação das terras, e as mulheres vêm migrando para cidade em busca de formação. Entretanto são as mulheres e crianças os mais vulneráveis na área rural, ambos se vêm obrigados a ir para o campo trabalhar para ajudar a aumentar os orçamentos familiares, sendo público alvo dos programas de transferência de renda.

³⁷ Resultado definitivo está previsto para outubro de 2008

Essa dinâmica, também provoca alteração no perfil do provedor no Vale do Paraíba, tendo a mulher e o idoso um papel de destaque no orçamento familiar. Portanto, o direito a renda como uma das seguranças da proteção social, tem na política de assistência social a expressão da vulnerabilidade social no território rural e reafirma o Estado como o único órgão capaz de regular as políticas públicas de forma justa e igualitária em todo território nacional.

tabela 10 - pessoal ocupado por condição do produtor, faixa de idade e sexo Mesorregião Geográfica do Vale do Paraíba – SP/1996

Condição do Produtor	Faixa de Idade	Sexo	Variável	
			Nº pessoal ocupado (Pessoas)	%
Total	Total	Total	38.899	100,00
		Homens	29.223	75,13
		Mulheres	9.676	24,87
	De 14 anos e mais	Total	34.556	88,84
		Homens	26.786	68,86
		Mulheres	7.770	19,97
	Menores de 14 anos	Total	4.343	11,16
		Homens	2.437	6,26
		Mulheres	1.909	4,90
Proprietário	Total	Total	34.138	87,76
		Homens	25.594	65,80
		Mulheres	8.544	21,96
	De 14 anos e mais	Total	30.400	78,15
		Homens	23.498	60,41
		Mulheres	6.902	17,74
	Menores de 14 anos	Total	3.738	9,61
		Homens	2.096	5,39
		Mulheres	1.642	4,22
Arrendatário	Total	Total	3.118	8,02
		Homens	2.517	6,47
		Mulheres	601	1,55
	De mais de 14 anos	Total	2.818	7,24
		Homens	2.345	6,03
		Mulheres	473	1,22
	Menores de 14 anos	Total	300	0,77
		Homens	172	0,44
		Mulheres	128	0,33
Parceiro	Total	Total	337	0,87
		Homens	242	0,62
		Mulheres	95	0,24
	De mais de 14 anos	Total	275	0,71
		Homens	208	0,53
		Mulheres	76	0,17
	Menores de 14 anos	Total	62	0,16
		Homens	34	0,09
		Mulheres	28	0,07
Ocupante	Total	Total	1.303	3,36
		Homens	870	2,24
		Mulheres	436	1,12
	De mais de 14 anos	Total	1.063	2,73
		Homens	735	1,86
		Mulheres	328	0,84
	Menores de 14 anos	Total	243	0,62
		Homens	135	0,35
		Mulheres	108	0,28

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1995-1996

gráfico 10 - São Paulo – Confronto de resultados dos Censos de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995-1996

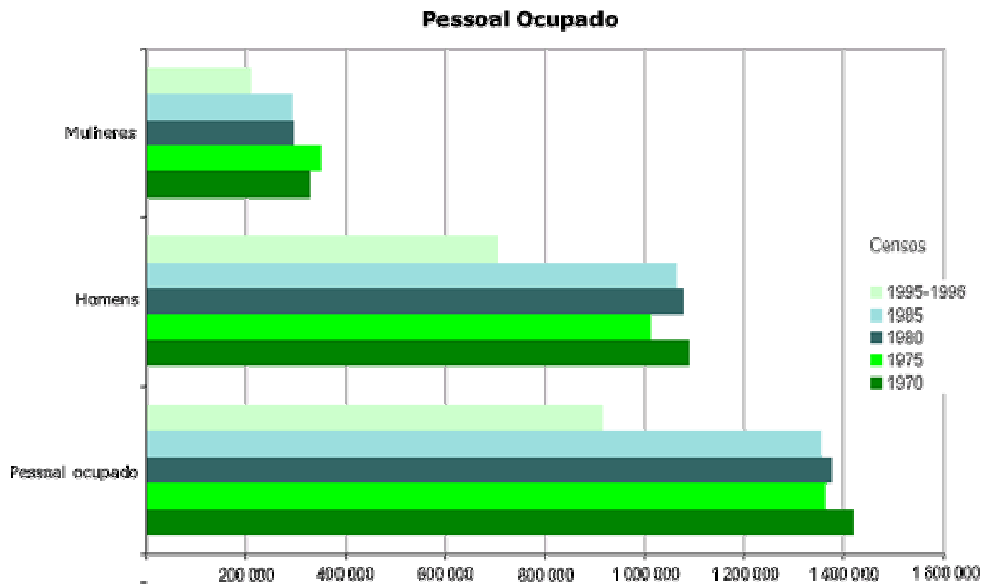
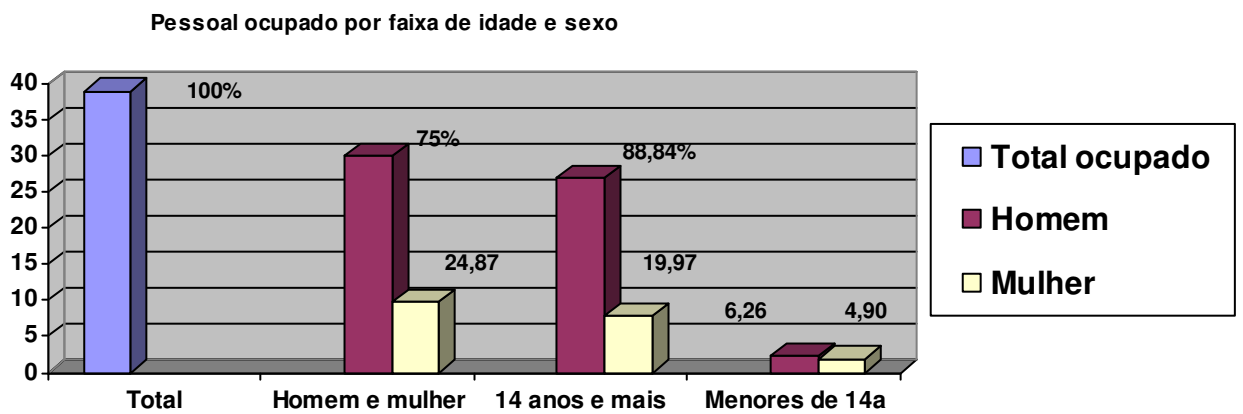


gráfico 11 - Vale do Paraíba – resultados do Censo 1995-1996



CAPÍTULO 3 - O ALCANCE A POPULAÇÃO RURAL DO SUAS – SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NA CIDADE DE LONDRINA -PR

A compreensão e efetivação da Política de Assistência Social na cidade de Londrina, tem seu marco inicial na gestão da Secretária Municipal de Ação Social³⁸ Márcia Helena Carvalho Lopes e de sua assessora Maria Luíza Amaral Rizotti³⁹ entre 1993-1996.

O princípio dessa gestão municipal, pautava-se no primeiro momento na compreensão da assistência social como política pública e de direito universal, assim, em consonância com a Constituição Federal/1988 e Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS/1993, estava claro para a gestora que a política de assistência social era de responsabilidade do Estado na condução das ações, com comando único da mesma em cada esfera de governo, bem como a participação da sociedade civil na condução da política, eram fundamentais na discussão do direito.

Um segundo princípio, baseava-se na ideologia política de uma gestão municipal democrática, que se propunha a pensar em alternativas de inclusão para uma população que vive o cotidiano da pobreza. Para Márcia Lopes, algumas dessas alternativas estavam claras, porque metodologicamente se tinha a compreensão da necessidade de debater o tema, bem como tornar visível a pobreza, e denunciá-la. Tais prerrogativas, era considerado pela gestora estratégia de superação da banalização e naturalização da pobreza.

³⁸Até final de 1992 o trabalho era desenvolvido por entidades sociais e o Departamento de Serviço Social vinculado a Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, mesmo havendo uma Lei Municipal nº 4.910 de 26 de dezembro de 1991 que nomeava esse Departamento a condição de Secretaria Municipal de ação Social, portando coube a Márcia Lopes em 1993 a implantação e regulamentação dessa Secretaria de acordo com preceitos da LOAS. Em 1993 teve sua estrutura alterada com Lei nº 5.460/93 e em 1997 já como Secretaria Municipal de Assistência Social com a Lei nº 307/97 evidencia seu campo da atuação. Site da Secretaria Municipal de Assistência Social de Londrina - Histórico

³⁹ Em 2001 Maria Luiza Rizotti assumi a gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Entretanto, a equipe tinha consciência que o desafio maior estava em propor respostas concretas à população vulnerável. Segundo Márcia Lopes⁴⁰ exigia uma construção coletiva onde era necessário,

“dimensionar o tempo da gestão com as possibilidades do fazer, compatibilizar as demandas com a capacidade de respostas, considerar os processos diferenciados de maturação das proposições e ações e a paciência histórica para uma construção coletiva...” Lopes, 1999:135

Márcia Lopes, nesse momento inicia a discussão da política de assistência social partindo da compreensão que o fazer profissional necessitava garantir a proteção social a cidadãos que dela necessitasse, entretanto já proponha a importância de caracterizar a demanda para a defesa dos direitos socioassistenciais, partindo da concepção que a reprodução de brasileiros destituídos dos padrões mínimos de qualidade de vida perpassa por diferentes níveis de vulnerabilidade.

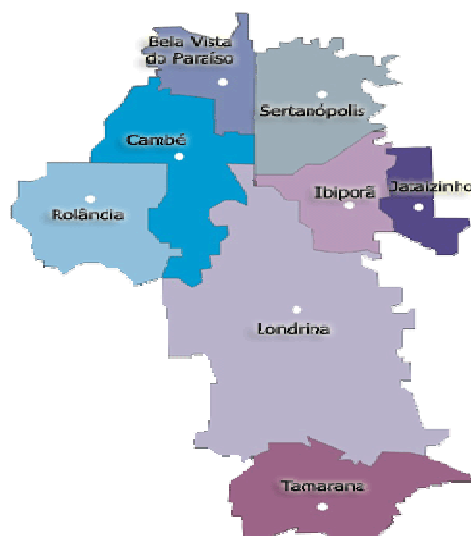
É importante que se compreenda o papel que a cidade de Londrina ocupa na Região Metropolitana de Londrina⁴¹ e os municípios limítrofes, que compõem essa microrregião na sua constituição econômica e o impacto para a análise da pobreza no território rural e possíveis intervenções socioassistenciais.

A microrregião de Londrina atualmente é composta de oito municípios com 678.032 habitantes, segundo dados de 2000, sendo 640.607 na área urbana e 37.425 na área rural.

⁴⁰ Lopes, Márcia. A construção da Política de Assistência Social pública – Uma gestão democrática em Londrina- PR. Dissertação de Mestrado defendida em 1999 no Programa de Pós-Graduação de Serviço Social – PUC-SP

⁴¹ A microrregião de Londrina, está localizada na Região Norte Central Paranaense com 79 municípios agrupados em 08 microrregiões: Apucarana, Astorga, Faxinol, Floral, Ivaiporã, Londrina, Maringá, e Parecatu . Este estudo não teve a intenção de analisar a Região Norte Central, centrado a análise na cidade de Londrina

figura 04 - microrregião de Londrina



Segundo Sandra Regina de Abreu Pires⁴², o crescimento da região foi baseado na comercialização da produção agrícola, com atuação da Companhia de Terras do Norte do Paraná, subsidiária da firma inglesa Paraná Plantations Ltd. que, a partir de 1924, que encarregou do loteamento das terras da região Norte do Paraná. Os primeiros pioneiros da região metropolitana de Londrina contou com migrantes vindos de outros Estados brasileiros, em particular de São Paulo, de Minas Gerais e do Espírito Santo, e os primeiros colonos eram imigrantes alemães, japoneses, italianos, espanhóis, dentre outros, estimulados pela propaganda intensiva feita pela Companhia de Terras do Norte do Paraná para estimular a ocupação das terras.

De acordo com a pesquisadora, “Nesta propaganda, exalta-se a fertilidade do solo para a agricultura, em particular para o cultivo do café, e prometia-se aos interessados vários benefícios como, por exemplo, transporte gratuito para os colonos e assistência técnica e financeira” (Pires, 2006).

Pires pontua que a região metropolitana de Londrina até meados de 1970 era uma das maiores produtoras nacionais de café, porém em razão da grande geada negra

⁴² Sandra Regina de Abreu Pirez, Mestre e Doutora em serviço social pela PUC-SP. Realizou o Projeto de pesquisa sobre “A abordagem individual como modalidade interventiva na prática profissional do Assistente social – região Metropolitana de Londrina: Caracterização e Indicadores Sociais realizado na universidade Estadual de Londrina-PR, 2006

de 1975 e das fragilidades da política agrícola, sofre uma forte queda na sua produção, alterando o panorama do território urbano-rural, provocando o êxodo rural pós-inflexão da produção do café na região.

O Plano Diretor Participativo de Londrina de 2008 e a Secretaria de Planejamento Municipal da cidade de Londrina apontam essa alteração no panorama urbano-rural em relação ao desenvolvimento econômico e a evasão do homem do campo para a cidade. De acordo com o Plano Diretor, o desenvolvimento econômico é redirecionado para as áreas tecnológicas tais como as associações de empresas:

“Softex – Softwares, a INTUEL – Incubadora Internacional de Empresas de Base Tecnológica da UEL, o Parque Tecnológico Francisco Sciarra, a Ruraltech e os incentivos do SEBRAE, bem como, o programa TECNÓPOLIS que integra um conjunto de ações até o ano de 2010, visando estabelecer um conjunto de ações estratégicas, despontando Londrina como um dos três principais pólos de inovação tecnológica do país, o qual irá abranger o eixo Apucarana-Londrina-Cornélio Procópio”. (Plano Diretor Participativo, 2008)

Os dados da Secretaria Municipal de Planejamento da cidade de Londrina, indicam a redução da população rural na microrregião desde década de 1970 onde se contava com um contingente populacional de 40,93% de pessoas vivendo no campo, e em 2000 com 5,45%, conforme os gráficos 12-13 e tabela 11.

gráfico 12 - magnitude do decréscimo do contingente populacional na microrregião de Londrina

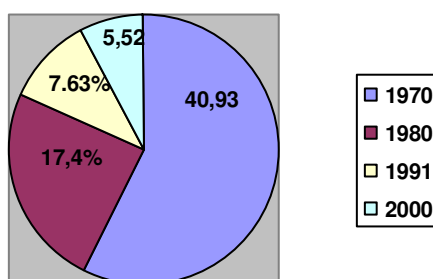


gráfico 13 - ranking do decréscimo do contingente populacional na Região Metropolitana de Londrina no território rural

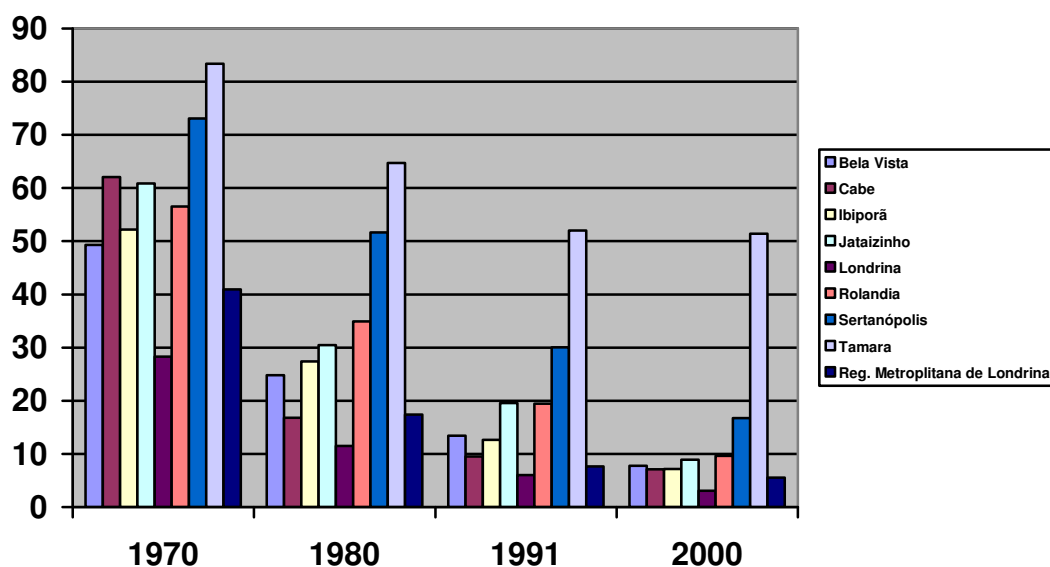


tabela 11 - Contingente populacional dos Municípios da Microrregião de Londrina

Município	Classificação dos Municípios por porte	População Total, 2000	População Urbana, 2000			População Rural, 2000		
			Rank	%	Nº	Rank	%	Nº
Londrina	Grandes (de 100.001 a 539.313 habitantes)	447.065	01	96,94	433.369	08	3,06	13.669
Sub Total		447.065	01	96,94	433.369	08	3,06	13.669
Cambe	Médios (de 50.001 a 100.000 habitantes)	88.186	02	92,92	81.942	07	7,08	6.244
Sub Total		88.186	02	92,92	81.942	07	7,08	6.244
Rolândia	Pequenos 02 (de 20.001 a 50.000 habitantes)	49.410	06	90,37	44.650	03	9,63	4.760
Ibiporã		42.153	03	92,85	39.141	06	7,15	3.012
Sub Total		91.563	09	91,51	83.791	09	8,48	7.772
Sertanópolis	Pequenos 1-b (de 10.001 até 20.000 habitantes)	15.147	07	83,24	12.609	02	16,76	2.538
Bela Vista do Paraíso		15.031	04	92,21	13.860	05	7,79	1.171
Jataizinho		11.327	05	91,08	10.317	04	8,92	3.012
Sub Total		41.505	16	88,630	36.786	11	16,19	6.721
Tamarana	Pequenos 1-a (de 2.618 a 10.000 habitantes)	9.713	08	48,58	4.719	01	51,42	4.994
Sub Total		9.713	08	48,58	4.719	01	51,42	4.994
TOTAL (08 municípios)		678.032	36	94,48	640.607	36	5,52	37.425

Fonte: IBGE, 2000 e Secretaria de Planejamento – Perfil de Londrina em 2002

A tabela 11 permite uma aproximação aos dados estatísticos do contingente populacional das microrregiões de Londrina, constatando uma maior concentração populacional no território rural da cidade de Londrina. Entretanto, o percentual é menor em relação às demais cidades. No gráfico 13 constata-se que na cidade de Londrina o contingente populacional no território rural era de 28,31% em 1970 e em 2000 é de 3,06%, entretanto é a cidade que apresenta maior investimento em equipamentos para proteção social na área da assistência social em relação às demais.

De acordo com informações obtidas no site do MDS através do CAD-SUAS, Sistema de Cadastro do SUAS, a cidade de Londrina tem com 03 CRAS instalados no território rural e 10 na área urbana, informação que pode constar in loco quando da visita em 2007 na cidade de Londrina. As demais cidade que compõe a microrregião têm cadastrados no CAD-SUAS: Cambé 02 CRAS para atender toda população; Ibiporã com 01 CRAS. As cidades de: Bela Vista do Paraíso, Jataizinho, Rolândia, Sertanópolis e Tamarana que apresenta a maior concentração populacional no território rural com 51,42%, não detém informações.

O panorama descrito, mostram o diferenciamento entre as cidades quanto ao investimento na proteção socioassistencial em território rural. A Secretária Municipal de Assistência Social de Londrina identifica como característica de seu território rural:

- um processo de mecanização do campo e concentração de terras nas mãos de poucos;
- um grande contingente de pessoas vivendo em distritos em situação de desemprego, contando com trabalho de bóia fria apenas em período de safra, e nos demais não conseguiu inserção em trabalho na área urbana por falta de qualificação.

Parte dessa realidade pode conhecer na visita realizada no dia 13 de setembro/2007 no distrito rural de Lerroville, que fica a 49 km da sede de acordo com a tabela 14.

Em companhia da assistente social e Gerente de Apoio Sócio familiar e de Ação Comunitária Maria Luzimar, constatei o apartheid territorial relatado por uma das famílias que vive no “Buracão”, localizado no distrito de Lerroville. Trata-se e uma área ocupada por 21 famílias, separadas por uma “ribanceira”, onde a única forma de segurar-se, é mantendo-se meio de cócoras e com as mãos no chão para se apoiar na descida. Ver fotos



Fotos cedida pela equipe técnica do CRAS de Lerroville

Segundo a técnica Maria Luzimar, no Buracão as famílias que ali vivem reforçam a ocorrência de baixa qualificação profissional e convivem com a precarização da relação de trabalho, a exemplo uma moradora que vive da colheita do café recebendo R\$ 10,00 reais dia por cada “saquinho” . Esse “saquinho” nomeado pela moradora pesa de 40 a 50 kl. Segundo relatou a moradora, a mesma consegue de R\$ 10,00 a R\$ 12,00 reais dia, e a substituição da mão-de-obra humana vem sendo conduzida pela “maquininha”, verbalizando que: “Vai ter mais ladrão”

Ou seja, o processo de mecanização é importante porque aumenta a produção da agropecuária na microrregião, que segundo dados do Plano Diretor Participativo a cifra da produção agrícola movimentou R\$ 1 bilhão de reais, com suíno, bovino o montante da agropecuária em 2005 foi um pouco mais de R\$ 3 bilhões, sendo a segunda maior no Estado do Paraná.

De forma geral, os municípios da microrregião de Londrina apresentam as mesmas dificuldades das demais regiões brasileiras em conciliar a política econômica e social, portanto torna-se um desafio o que vem sendo proposto pela política de assistência social no município de Londrina ao buscar garantir os direitos socioassistenciais para os oito distritos rurais, que segundo o Plano Diretor Participativo possuem características próprias, tais como:

1. **Espírito Santo** - No Distrito há uma combinação de atividades produtivas, principalmente no setor primário da economia através do cultivo de soja, milho, leite, café, horticultura e fruticultura, aves, bovino de corte e de leite, além da piscicultura que vem ganhando destaque entre os agricultores da região.
2. **Guaravera** - A atividade agrícola destaca-se no setor produtivo, ocupando uma área de 125 hectares de terras. As atividades secundárias e terciárias da economia absorvem a maior parte da população economicamente ativa do Distrito, aproximadamente 51% da população.
3. **Irerê** - A população do município de Irerê teve a maior queda populacional na década de 1970, devido à mecanização do campo e a ampliação da pecuária. A economia está voltada à atividades agrícolas e o comércio é

voltado à venda de gêneros alimentícios e de primeira necessidade, não havendo, portanto, um setor secundário no Distrito.

4. **Lerroville** - A renda média do Distrito fica em torno de 1 a 2 salários mínimos, sendo a atividade agrícola, a produção do café, seguida pela soja e trigo, a principal atividade praticada pela população. O setor terciário, comércio e serviços é o que absorve o restante da população de Lerroville.
5. **Maravilha** - A renda mensal da população do Distrito de Maravilha na década de 90, girava em torno de 2 salários mínimos. A atividade agrícola era a principal atividade econômica, seguido do artesanato e atividades do setor terciário. Em 2000 a renda continua girando em torno de ½ a 2 salários mínimos.
6. **Paiquerê** - A economia do Distrito de Paiquerê esteve inicialmente pautada em atividade agropecuária, sendo que em 1952 foi iniciado o plantio de café. Atualmente, esta cultura foi substituída pela soja. A maior parte da população de Paiquerê recebe em média 1 salário mínimo (35% da população em 2000). O setor primário é o que detém a maioria da população, sendo que a maioria trabalha como “bóia-fria” ou trabalhadores rurais temporários. Em 2000 era cerca de 60% da população do Distrito envolvida com este setor da economia.
7. **São Luis** - Cerca de 34% da população do Distrito de São Luis ganhava em 1991, em média 2 salários mínimos, sendo o setor primário o setor que agrega a maior parte de sua população, seguido do setor terciário, principalmente comércio. Em 2000 este número diminuiu, pois 35% da população do Distrito passou a ganhar 1 salário mínimo.
8. **Warta** - Cerca de 27,42% da população de Warta ganhava na década de 1990 cerca de 5 salários mínimos, o que é bastante significativo se compararmos com outros Distritos. Em 2000, 27,42% da população ganhava entre 5 a 10 salários mínimos. As principais atividades desenvolvidas no Distrito são a primária bastante diversificada com a produção de soja, milho, trigo, café, arroz, feijão e frutas, sendo que a principal é a uva. O Distrito conta ainda com uma indústria de aguardente e outra de torrefação de café. Já setor terciário é bastante variado oferecendo condições de atendimento básico à população.

As características do território rural em Londrina evidencia diferenças no padrão econômico principalmente em relação ao distrito de Warta, que por estar muito perto da Sede, ou seja, a 23km de Londrina, apresenta um padrão superior aos demais distritos, porém cabe destacar que o fato desse território estar alcançando um desenvolvimento econômico, não deixou de ser considerado território rural no Plano Diretor. Caracteriza uma compreensão política da dimensão do território rural pelo governo municipal, legitimando e fortalecendo a postura da gestora da política de assistência social na implantação e implementação de política de assistência social.

3.1 – A proteção socioassistencial no território rural de Londrina: um espaço de pactuação

A postura da Secretaria Municipal de Assistência Social Maria Luíza Rizotti, que ocupa o cargo desde 2001 vem conseguindo alargar o direito e acesso a população rural nas ações socioassistenciais, sendo que dos 13 CRAS – Centros de Referências de Assistência Social, 03 estão localizados na área rural garantindo espaços de pactuação revelando uma convivência plural de perspectivas convergentes e divergentes num sistema descentralizado e participativo.

O resultado é o fortalecimento dos atores sociais nos territórios rurais, que segundo a técnica Maria Luzimar, das 53 pré-conferências de assistência social realizadas em Londrina, 13 ocorreram em territórios rurais, entre eles, o distrito de Lerroville é uma desses territórios rurais em que o investimento das ações de inclusão produtiva e dos 40 grupos sócioeducativos voltados para as famílias, tem possibilitado a gestora e o grupo técnico respostas efetivas no fazer profissional.





Fotos da pré-conferência em Lerroville, cedida pela equipe técnica do CRAS de Lerroville

Segundo Rosângela Dias, doutora em serviço social pela PUC-SP e conselheira suplente no CNAS – Conselho Nacional de Assistência Social, afirma que:

“ Não se constroem esferas públicas se não houver o fortalecimento dos sujeitos sociais.” (Dias, 2006:118)

A política de assistência social em Londrina mostra a presença estatal fortalecendo a mobilização e participação ativa da população em Lerroville, com resultado do trabalho dos técnicos.

Segundo a Gerente de Apoio Sociofamiliar e de Ação Comunitária Maria Luzimar, Márcia Lopes enquanto gestora, trouxe a discussão para o campo da atenção da assistência social. Nessa época, a equipe já tinha uma metodologia com abordagem diferenciada para as atenções de acordo com grau de autonomia de segmentos da população, tais como:

- A. pessoas que tinham produção como alternativa de renda;
- B. pessoas com vários problemas sociais, tais como: alcoolismo entre outros, que além da produção como alternativa de renda, tinha a função terapêutica;
- C. pessoas que eram chamadas a prestar um serviço comunitário em troca do benefício. É importante que essa era uma diretriz do Estado, não

representando o pensamento da gestora Márcia Lopes e de sua equipe, porém compreendia que era um dos desafios que precisava ser superado para o efetivo direito do cidadão.

Segundo a técnica e Gerente de Apoio Sociofamiliar e Ação Comunitária Maria Luzimar, relatou que as pessoas chamadas para os serviços comunitários como agentes comunitários, apresentavam perfil para desenvolver ações preventivas à dengue entre outras. Nesse momento, a gestão da política de assistência social em Londrina ainda não marcava claramente a especificidade de sua ação, apropriando-se do conteúdo de outras áreas como a saúde para desenvolver suas ações.

Portanto, este era mais um dos desafios na gestão da Márcia Lopes que trouxe o debate sobre a especificidade da área de atuação da assistência social, culminando em 1997 com projeto de lei que evidencia campo da atuação da Secretaria Municipal de Assistência Social. A partir do trabalho agentes comunitários ocorreu a demanda pela interface com as outras secretarias municipais em decorrência das amplas demandas trazidas pela população, o exemplo sobre excesso de lixo nas ruas . De acordo com relato da técnica Maria Luzimar, as soluções trazidas pelos agentes comunitários eram relatadas nas avaliações com os técnicos.

Segundo ponto de vista de Luzimar, essas ações estimulam os agentes, mas também a própria assistência social que inicia timidamente uma visibilidade para além da relação de “ajuda”, mas também como um setor que compõe o órgão público na intervenção política, entretanto, havia desafios a serem superados pela equipe tais como: número reduzido de profissionais especializados, bem como, estrutura física insuficiente para os atendimentos a população. Segundo Luzimar, contavam com 04 Centros Regionais de Assistência Social distribuídos na cidade e os agentes comunitários reforçavam o quadro realizando visitas e ações comunitárias supervisionadas pelos técnicos.

Sobre o espaço físico para o atendimento, Luzimar relatou que nesse período o plantão social era um arquivo ambulante. O atendimento descentralizado ocorria no

estacionamento do posto de saúde do Itapuã na região Sul, no depósito da escola ou entidade que cedia espaço.”.

A ampliação do quadro técnico na Promoção Social, ocorre a transição do trabalho dos agentes comunitários enquanto função dos técnicos de assistência social, bem como o surgimento da idéia da saúde em criar o Agente Comunitário. Essa transição não ocorre de forma tranqüila, pois o concurso público para assistente social amplia o quadro, retirando dos agentes comunitários a ação que até então era realizado por essas pessoas. Por outro lado, embora a gestora da assistência social tenha buscado negociar com a Secretaria de Saúde a absorção desses agentes por essa Secretaria, isso não ocorreu porque as pessoas que faziam o trabalho de agente comunitário, de acordo com Luzimar, “ não se encaixavam nos critérios da seleção.”

Contudo cabe ressaltar que mesmo com os desafios apontados, a gestão da assistência social de 93/96 representou um avanço na discussão metodológica na concepção da atenção da ação sócioassistencial com uma visão diferenciada para as atenções de acordo a necessidade e grau de autonomia de cada pessoa, contrapondo a uma visão linear e padronizada para todos.

A metodologia adotada pelos técnicos de Londrina na gestão de Márcia Lopes, se aproxima da proposta da PNAS/04 e NOB/SUAS/05 que apresenta como diretriz para o atendimento a população, a classificação da proteção socioassistencial em níveis de complexidade através da proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade. Isto posto, a primeira busca a prevenção da população contra as vicitudes sociais e a segunda tem como premissa o atendimento aos cidadãos cujos seus direitos já foram violados.

Se por um lado temos a perspectiva do direito, ampliação das ações de forma descentralizadas, em 1997 há um novo redirecionamento da política local e a assistência social tem no comando de suas ações uma pedagoga que resgata o modelo linear para o atendimento. Essa visão provoca um movimento de técnicos para o campo na ânsia de continuarem desenvolvendo uma ação diferenciada da atual.

Segundo a Secretária atual de assistência social, Maria Luíza Rizotti, os técnicos que optaram em deslocar-se para o campo encontraram mais liberdade para desenvolver seu trabalho, tendo no ano de 2000 ocorrida várias mobilizações de técnicos e comunidade, culminando em 2001 com a dissertação de mestrado de uma dessas técnicas, cujo o tema apresentava a proposta de superação das condicionalidades que os programas de transferência de renda apontavam tais como: frequência escolar, carteira de vacinação do filhos. Proporcionava ao beneficiário refletir sobre a condicionalidade não mais como uma obrigação ou punição imposta a família, porém o acesso aos serviços da rede pública enquanto direito do cidadão.

Para Rizotti, esse momento representa a “primeira conquista da equipe técnica comprometida, porque no momento que o município vinha com outra política, esses técnicos foram para o rural desenvolver seu trabalho. Hoje, eles estão em cargos de chefia, com conhecimento técnico e habilidade política, tendo que se apropriar no domínio do orçamento o que não é comum na assistência social. Muitos gestores não tem esse domínio no Brasil.”

Nessa perspectiva, se houve uma estagnação na condução política em 1997, ocorreu um avanço no fazer profissional, tendo como protagonistas a comunidade rural que se fortaleceu e mobilizou-se provocando mudanças no panorama político da assistência social e da própria equipe de técnico que teve papel fundamental na articulação política.

Segundo a Gerente de apoio sociofamiliar Luzimar, “ Maria Luíza vem e nós assumimos o que é nosso e cada secretaria o que é seu.”

Ou seja, Rizotti resgata o trabalho iniciado em 1993 e amplia as ações respeitando as diretrizes apontadas na PNAS/04 e NOB/SUAS/05, reiterando o iniciado por Márcia Lopes ao afirmar que na política de assistência social

“ temos que adequar os serviços as necessidade da população, e não nos transformarmos numa política rígida.”

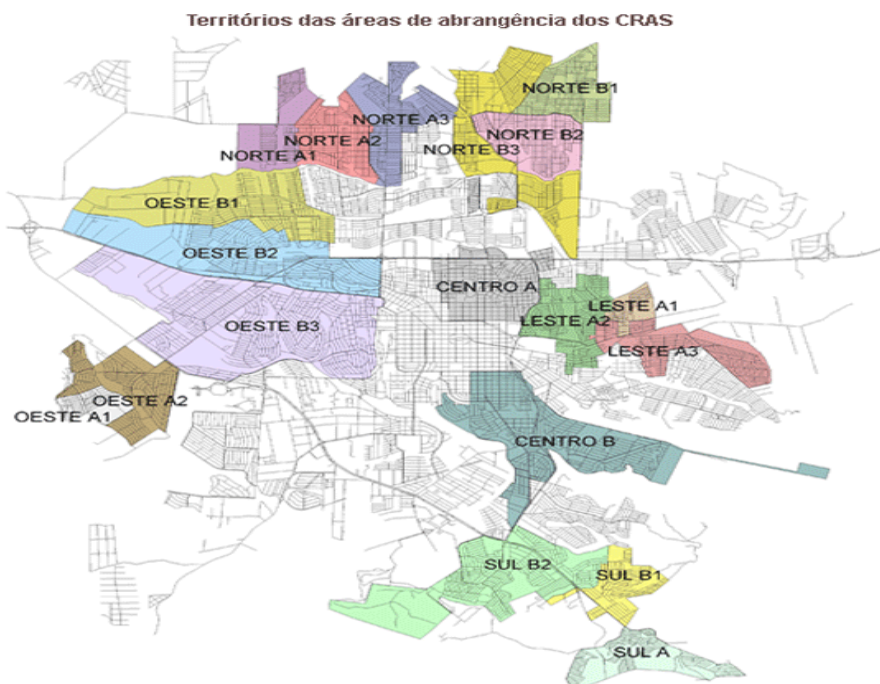
Nesse sentido, adequar os serviços as necessidades supõe descentralização dos mesmos, adequando-o a realidade rural, que por sua vez necessita de estratégias diferenciadas no urbano. Este olhar intra-urbano interagindo com os níveis de complexidade orienta e possibilita maior resolutividade nas ações socioassistenciais.

3.2 – avanços e desafios para garantia dos direitos socioassistenciais no território rural de Londrina – PR

O direito só se efetiva quando reclamável, quando se têm instâncias democráticas de questionar a postura do Estado ou afiançar e fortalecer ações que possibilite a redução dos riscos e vulnerabilidades. Espaços que possibilite ouvirmos a vozes dos atores sociais, e isto, pelo que pude observar, Londrina vêm construindo.

A atual secretaria vem atuando estrategicamente tanto no desenvolvimento e consolidação do SUAS no urbano-rural de acordo com a territorialização da política de assistência social, buscando a equidade das ações nos territórios, vinculando o pluralismo e a democracia participativa.

figura 06 - territorialização da política de assistência social na cidade de Londrina

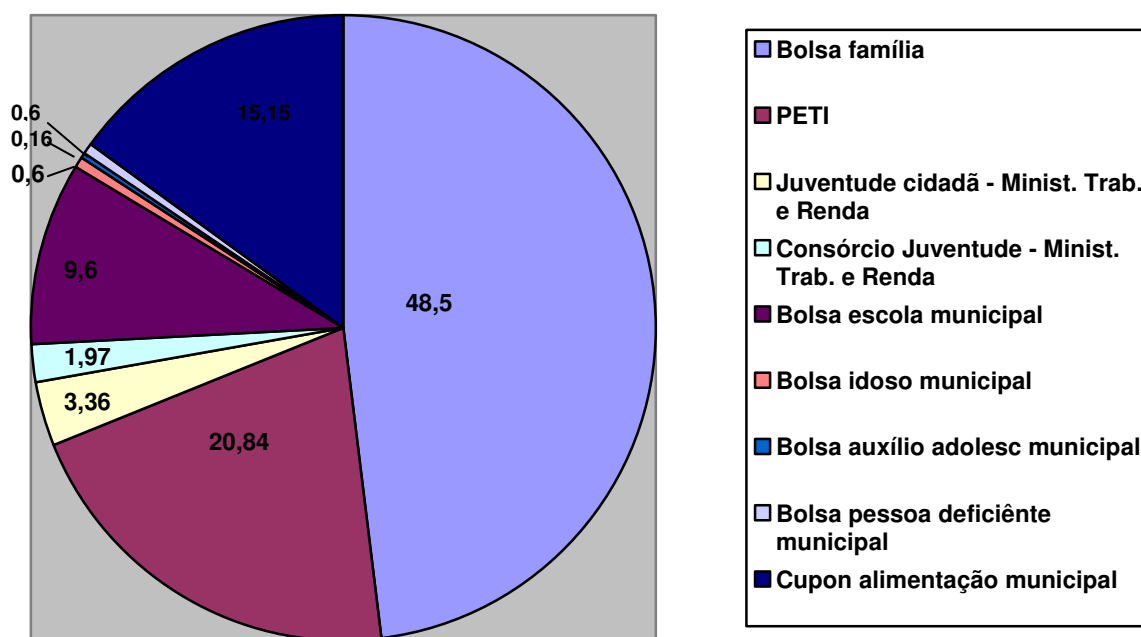


Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social

Entretanto, é importante pontuar que as seguranças de acolhida, renda e convívio as famílias para acesso aos serviços, programas, projetos e benefícios existentes na cidade são possíveis com as parcerias com a igreja e demais organizações privada, sem estas parceria a execução do trabalho que vem sendo desenvolvido no território rural seriam maiores. Ver gráfico 14 e tabela 13

Até setembro de 2007 o percentual de famílias inseridas no sistema de proteção do SUAS é de 22,81% de um total de aproximadamente 111.766 famílias residentes na cidade de Londrina, tendo no urbano 90,68% de cobertura e no território rural 2,12% de famílias⁴³, representando 9.500 pessoas do território rural, significando 69,36% dos 13.696 habitantes que vivem no território rural de acordo com censo de 2000.

gráfico 14 - magnitude do alcance de cobertura do SUAS as famílias no território rural da cidade de Londrina



⁴³ Não foi possível mapear o nº de beneficiários com o BPC Federal para idoso e deficiente no território rural, portanto a cobertura do SUAS na cidade de Londrina será superior a 22,81% e conseqüentemente aumentará o percentual no território urbano-rural.

tabela 13 – contingente de famílias com alcance de cobertura do SUAS por serviços, programas, projetos e benefícios

CRAS	Bolsa Família	PETI		J. C.	C. J	B.E.M	B. I	B.A.A.	B.P.C.D	cupom alimentação		Total	Grupo S. E	I. P.	Formação	Grupo S. E. Especial
		M	F													
Norte C	2069	34	21	32	34	59	23	1	5	70	50	2.398	5	0	0	0
Centro A	688	55	31	17	12	69	23	1	7	180	90	1.173	5	1	2	0
Centro B	498	53	34	46	14	73	17	6	6	72	63	882	5	1	2	0
Leste	2149	224	104	54	74	266	41	3	14	116	319	3.364	18	3	3	2
Norte A	1660	148	76	23	41	143	38	6	16	125	225	2.501	18	0	1	0
Norte B	2568	126	81	56	62	152	42	9	5	187	333	3.632	25	7	0	0
Oeste A	1067	103	64	30	26	185	21	10	16	101	117	1.729	17	3	2	0
Oeste B	1710	113	67	33	29	111	40	13	16	124	131	2.387	10	0	0	0
Rural A	377	142	84	25	16	77	7	4	0	60	10	802	10	1	4	0
Rural B	318	60	34	22	9	45	4	0	1	40	70	603	13	2	3	0
Rural C	315	63	35	17	5	59	2	0	3	75	40	614	9	2	0	0
Rural D	148	50	27	16	0	47	3	0	0	55	10	356	8	2	0	0
Sul A	1013	73	46	30	17	445	54	3	12	178	286	2.157	40	0	2	3
Sul B	1996	151	85	42	31	173	29	10	18	95	276	2.906	27	2	3	3
Total	16.576	1.395	789	443	370	1.904	344	66	119	1.478	2.020	25.504	210	24	22	8

J.C.=Juventude Cidadã; C.J.= Consórcio Cidadã; B.E.M.= Bolsa Escola Municipal; B.I.= bolsa Idoso; B.A.A.=Bolsa Auxílio Adolescente; B.P.C.D.=Bolsa Pessoa com Deficiência; G.S.E.= Sócioeducativo; I.P.= Inclusão Produtiva;G.S.E. Especial

Rural D foi mesclado ao rural A, B

O gráfico 14 das ações permite identificar a ocorrência de maior incidência de investimento da cobertura do SUAS na família e na infância e adolescência, reforçando o resultado copilado pelo NEPSAS no diagnóstico dos municípios brasileiros em relação a gestão da assistência social, apontando vulnerabilidade maior com a família e em segundo lugar os riscos sociais envolvendo o trabalho e a prostituição na infância e adolescência rural.

Esses índices nos permitem acenar que a gestão municipal da assistência social na cidade de Londrina além de denunciar a violência e a condição de vulnerabilidade da família na área rural, processualiza o disposto legal em ações concretas. É evidente que os desafios serão constantes quanto se tratam de questões associadas à infância e adolescência nos grandes centros urbanos nos semáforos vendendo objetos variados e nos morros sendo aliciados pelo tráfico. No território rural e o trabalho nas lavouras, nas carvoarias para reforçar o orçamento familiar.

O relevante das aproximações construídas na política de assistência social na cidade de Londrina, é a possibilidade real de garantir o direito e acesso da população rural o alcance de cobertura do SUAS nos diversos níveis de complexidade. Essa compreensão acrescenta argumentos no debate público sobre a equidade urbano-rural, onde a postura dos atores sociais que estão e frente da gestão da política de assistência social em Londrina, utiliza os mecanismos de pactuação de forma descentralizada e participativa no controle das políticas públicas, pouco utilizada na história da assistência social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo não teve a intenção de realizar uma análise comparativa do alcance de cobertura do SUAS nos territórios rurais pesquisados, entretanto as abordagens utilizadas para identificar ações socioassistenciais em territórios rurais me permitiram as seguintes constatações para o Vale do Paraíba:

1. a gestão da política de assistência social para os territórios rurais de Jacareí e Santa Branca apresentam frágil compreensão da proteção social, dos direitos socioassistenciais e da vigilância social enquanto funções da política de assistência social;
2. a atenção socioassistencial no território rural se resume somente à transferência de renda, sem identificar as características da população vulnerável;
3. a assistência ao rural torna-se comum a todas as áreas, não estabelecendo compromisso do gestor municipal da assistência social com essa população;
4. a implantação de CRAS, não denota amadurecimento para estabelecer um pacto de gestão do SUAS no território rural, não legitimando sua implantação e implementação;
5. a ausência de informação nesses municípios inviabiliza proposições em relação à equidade urbano-rural a partir do novo ordenamento da política de assistência social.

Em contrapartida, a cidade de Londrina apresenta um processo de amadurecimento da compreensão, especificidade da assistência social, acompanhando não somente a evolução do texto jurídico da política de assistência social a nível nacional, mas transformando essa evolução jurídica dos direitos em pactuação com a população que vive nos territórios urbano-rural. Londrina, podendo afirmar que:

1. além dos dispositivos da recém-nascida LOAS em 1993, tem na sua marca a utopia de “constituir um sistema de proteção social, garantindo direitos e fazendo uma política equânime”. (Lopes, 1999:184);
2. a atitude assumida pelas gestoras de assistência social Márcia Lopes(1993) e Maria Luiza Rizotti (2001), e a equipe de profissionais buscaram no cotidiano apreender as necessidades da população;

3. a proteção socioassistencial no território rural é parte dessas apreensões e como resultado são inclusões pro-ativas e democráticas;
4. o território rural contém expressões da pobreza e está contido na intervenção da política de assistência social;
5. o modo de desenvolver a política de assistência social na cidade guarda a concepção de continuidade dos serviços efetivos e permanentes, tendo nos CRAS a unidade referência no território rural para a população e demais serviços públicos.

A utopia iniciada por Márcia Lopes, vem se tornando realidade na gestão municipal da assistência social em Londrina com Rizotti. Este trabalho também expressa a minha utopia. As aproximações com a proteção social no território rural, tirou-me da confortável alienação sobre as necessidades rurais, e assim como o povo eu também “fujo da ignorância, apesar de viver tão perto dela”. José Ramalho – Admirável Gado Novo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Castel, Robert: A insegurança social: O que é ser protegido? Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2005.

Faria, João Carlos. Turismo rural e agricultura no Vale do Paraíba. 2001 saite: www.valedoparaiba.com

Fernandes, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. RJ, ZAHAR EDITORES, 1975

Fernandes, Bernardo Mançano Fernandes: Questão Agrária, pesquisa e MST, Cortez Editora, SP, 2001

Freyre, Gilberto: Sobrados e Mucambos – Decadência do Patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. RJ e SP, Livraria José Olympio Editora, 1951.

Graça, Irlene Menezes: Política nacional na área agrícola – visão crítica. In Revista serviço social e sociedade, nº 07, SP, Editora Cortez, 1981.

Gosta, Esping-Anderson: As três economias política do Welfare State. IN Revista Lua Nova, nº 24, SP, CEDEC, 1991.

Heloisa, Yolanda: Caminhando, Editora Cortez, 1991

Lopes, Márcia Helena Lopez. A construção da política de assistência social pública – uma gestão democrática em Londrina –PR. PUCSP, 1999

Marques, Inez Medeiros: O conceito de espaço rural em questão. Terra Livre, SP, Ano 18, nº 19, 2002.

Minayo, Maria Cecília de Souza. Organizadora Pesquisa Social –Teoria , método e criatividade. Editora Vozes, 23ª Edição, Petrópolis, 2004

Miranda, Carlos & **Costa**, Cristina. Organizadores. Gestão Social do Território: Experiências do Estado do Maranhão. Série Desenvolvimento rural sustentável. Brasília: IICA, 2005

Netto, José Paulo & **Braz**, Marcelo: Economia política – uma introdução crítica. SP, Editora Cortez, 2006.

Oliveira, Francisco de. Vulnerabilidade social e carência de direitos, Seminário de Integração Social, Recife. 1994

Pasin, José Luiz. Os fundamentos históricos da industrialização do Vale do Paraíba. 2001, saite; www.valedoparaiba.com

Paz, Rosangela Dias O. da. Código de Ética: reafirmar a função pública de conselheiros e conselheiras. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 85. Editora Cortez, 2006.

Pirez, Sandra Regina de Abreu. A abordagem individual como modalidade interventiva na prática profissional do Assistente social – região Metropolitana de Londrina: Caracterização de indicadores sociais realizado na Universidade Estadual de Londrina – PR, 2006

Sader, Emir. Organizador. 7 Pecados do Capital IN O pecado agrário brasileiro por Stédile, João Pedro

Santos, Milton. Espaço e Método. Coleção espaços. SP. Nobel, 1985

Silva, José Graziano: Estudos avançados – Velhos e novos mitos do rural brasileiro. 2001, nº 43, www.scielo.br

Silva, Francisco de Assis. A inconstitucionalidade constante do FUNRAL ou NOVO RURAL, desde sua origem as mais recentes alterações legislativas. www.agricont.com.br/artigos/funrural.htm

Silva, Pedro Luiz Barros: Organizador Federalismo no Brasil – Reforma Tributária e Federação. Fundap, Editora Unesp, 1995

Sposati, Aldaíza: Vida urbana e gestão da pobreza. SP, Editora Cortez, 1988.

_____. A menina LOAS – um processo de construção da Assistência Social. SP, Editora Cortez, 2005.

_____: (Organizadora) - Proteção Social de Cidadania – Inclusão de Idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal, Editora Cortez, SP, 2004

Sposati, Aldaiza (coord.) Fotografia da Assistência Social, CEDEST. 2007. PUCSP/CNAS

Indicadores da Gestão Municipal da Política de Assistência Social no Brasil. 2005/2006 – MDS. Brasília, 2007

Souza, Maria de Fátima. Implementação municipal do SUAS – sistema Único da Assistência Social: Balanço das considerações de gestão da Assistência em municípios do Vale do Paraíba – SP, 2006. PUC

Veiga, José Eli: A atualidade da contradição urbano-rural. In análise territorial da Bahia rural, SEI, Série estudos e pesquisa nº 71, 2004, www.sei.ba.gov

_____: A piada do Brasil 80% rural. Valor, 27/10/2004.

Vieira, Evaldo: Os Direitos e a Política Social. SP, Editora Cortez, 2004.

Karl, Marx: Manuscritos Econômico-Filosóficos e outros textos escolhidos. SP, Editora Nova Cultura Ltda., 1987.

Koga, Dirce: Medidas de cidades – entre territórios de vida e territórios vividos. SP, Editora Cortez, 2003.

Koga, Dirce; **Nakano**, Kazuo: Perspectivas territoriais e regionais para políticas públicas brasileiras. Revista Serviço Social e Sociedade, n. 85. Editora Cortez, 2006.

Documentos:

Constituição – República Federativa do Brasil/1988

Decreto Nº 6.214/2007 – Regulamento do Benefício de Prestação continuada

Diretrizes para Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Conselho Nacional de Desenvolvimento rural Sustentável www.mda.gov.br

Diretrizes para Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério de Desenvolvimento Agrário e Conselho Nacional de Desenvolvimento rural Sustentável www.mda.gov.br

Dimensão, Magnitude e localização das populações pobres no Brasil, 2005 – MDA; Núcleo de Estudos agrários e Desenvolvimento Rural(NEAD); fundação Instituto de Pesquisa Econômica da Universidade de São Paulo (Fipe/USP)

Lei Orgânica da Assistência Social/1993 – MDS / CNAS

Lei de Nº 2.613/1995 – Cria o Serviço Social Rural

Lei de Nº 10.257/ 2001 – Diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências

Lei de Nº 601/1850 Lei de Terras

Lei de Nº 9.394/1996 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Norma Operacional Básica e Sistema Único de Assistência Social, 2005 www.mds.gov.br

Perfil Municipal de Londrina. 2002 – Secretaria Municipal de Planejamento/Londrina

Política Nacional de Assistência Social, 2004. MDS / CNAS

Plano Nacional de Saúde – Um pacto pela Saúde no Brasil, Portaria nº 2.607, 2004

Plano Diretor Participativo da cidade de Londrina, 2008 - Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Londrina

Plano de ordenamento territorial: fase do Caderno de caracterização, 2002 – Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de Jacareí

Relatório de Atividades do observatório da Equidade do CDES – conselho de desenvolvimento Econômico e Social/ Secretaria do conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, 2006

Serviço Social Rural. Boletim da LBA. Ano XI nº 81 de jan. fev. març de 1955

Sites:

www.pindavale.com.br/sindicato_rural/informativo

www.fapija.com.br;sindicato_historia.asp?vsite=sindicato

www.cptnac.com.br/comissãopastoraldaterra

www.radiobras.gov.br

www.ethos.org.br

www.valedoparaiba.com/terragente/estudos/turismorural_familiar.htm

www.mst.org.br/mst/

www.udr.org.br/historico.htm

www.stf.gov.br/bicentenário/história/cronologia.asp

www.agricont.com.br/artigos/funrural.htm

www.stf.gov.br

www.sergiosakall.com.br

ANEXOS

Anexos 01

Proposta de aplicação do Pré-teste para o Projeto de Mestrado/PUC-SP

Pesquisadora: Ivonete da Silva

Data do Pré-teste: ____/____/____

Prefeitura: _____
Secretaria(____) ou Departamento(____)

Técnico que respondeu: _____

Função: _____

Formação: _____

Registro da categoria: _____

Objetivo: Analisar o impacto do alcance dos serviços socioassistenciais ofertados a população rural pelas prefeituras.

1 – Qual o nº da população rural do município?

2 – Quais as áreas rurais que compõem o município?

3 – Existe demanda da população rural pelos serviços sociosassistenciais? É possível quantificá-la?

4 - Qual é a porta de entrada para esta demanda? Como ocorre? E qual a maior solicitação desta população?

5- Todos são atendidos nas suas solicitações. Como? e encaminhados para outros serviços. Quais?

6– Em que área rural está localizada a maior demanda pelos serviços sociosassistenciais? É possível quantificá-la?

7– Existe algum planejamento por parte dos gestores/técnicos para atender a população rural? Qual?

8– Existe alguma dificuldade por parte dos gestores/técnicos para atender a população rural? Qual?

Anexo 02

Formulário Censo da Assistência Social nas Prefeituras do Vale do Paraíba-SP
Projeto de Mestrado/PUC-SP
Pesquisadora: Ivonete da Silva

Prefeitura: _____

Nome da Secretaria ou Departamento:

Gestor que respondeu: _____

Função: _____

Formação: _____

Objetivo: Analisar o impacto do alcance dos serviços socioassistenciais ofertados a população rural pelas prefeituras.

1 – Quais os serviços, benefícios e programas ofertados a população rural? É possível quantificá-lo?

2 – Existe demanda da população rural pelos serviços socioassistenciais? É possível quantificá-la?

3 – Qual é a porta de entrada para esta demanda? Como ocorre? E qual a maior solicitação desta população?

4 - Todos são atendidos nas suas solicitações. SIM () NÃO ()
Explique?

5 – Em que área rural está localizada a maior demanda pelos serviços socioassistenciais? É possível quantificá-la? Existe algum serviço específico para esta população?

6 – Existe algum planejamento por parte dos gestores/técnicos para atender a população rural? Qual?

7 – Existe alguma dificuldade por parte dos gestores/técnicos para atender a população rural? Qual?

Anexo 03 - Cronograma de envio e devolutiva do formulário Censo da Assistência Social das Prefeituras do Vale do Paraíba – SP

Municípios	Trajatória dos contatados	e-mail	OBS	Envio	Devolutiva	Reenvio	Devolutiva
Aparecida	Telefônica Prefeitura Departª Da Família e Bem Estar Social –12-31055131	promocalsocial@aparecida.sp.gov.br wilsongorj2507@itelefonica.com.br	Envio p/ e-mail pessoal	Fev.			
Arapeí	Telefônica Prefeitura Fundo Social 12-3115-1438	socialarapei@yahoo.com.br	FS e AS tem mesmo gestor	Fev.			
Areias	Telefônica Prefeitura Departª Social – 12-3107-1539	casasolidariedade@bol.com.br		Fev.			
Bananal	Telefônica Prefeitura Fundo Social – 12-3116-2050	social@bananal.sp.gov.br	FS e AS tem mesmo gestor	Fev.			
Caçapava	Telefônica Prefeitura Secretaria de Cidadania e AS - 12 – 3655-6191/3653-3512/ 3652-9530	smcas.cpv@ig.com.br		Fev.			
Cachoeira Paulista	Telefônica Prefeitura – 12-3101-1333		Site em manutenção e difícil cont. telef.				
Campos do Jordão	Telefônica Prefeitura Secreta. Desenvolvi// e AS – 12- 3664-3527/3662-2929	bemestar.social@ig.com.br		Fev.			
Canas	Site Secretaria AS	canassocial@ig.com.br	1ª Dama	Fev.			
Caraguatatuba	Site Secretaria AS – 12-3897-7070/ 3897-7068		Envio direto na pagina	Fev.			
Cruzeiro	Telefônica Prefeitura Promoção Social e Abastecimento- 12-3143-7576	arletehaddad@ig.com.br		Fev.			
Cunha	Telefônica Prefeitura Coord. De Promoção Social - 12-3111-5000	cunhapromocaosocial@ig.com.br		Fev.			

Guaratinguetá	Telefônica Prefeitura – 12-3128-2817		Difícil cont. telef.				
Igaratá	Telefônica Prefeitura Departª Promoção Social – 11-4658-6507	departamento.social@ig.com.br		Fev.			
Ilhabela	Telefônica Prefeitura Secretaria AS -12- 3895-8833	ilhabela.social@bol.com.br		Fev.	Março		
Jacareí	Secretaria A.S	assistencia@jacarei.sp.gov.br		Fev.	Março		
Jambeiro	Telefônica Prefeitura Chefe de Seção Desenvolvimento Social	jambeirosocial@yahoo.com.br		Fev.			
Lagoinha	Telefônica Prefeitura-12-3647-1300	pref.lagoinha@uol.com.br		Fev.			
Lavrinhas	Telefônica Prefeitura Secretaria Promoção Social-12-3146-1955	mi459@hotmail.com	Envio p/ e-mail pessoal	Fev.			
Lorena	Site Secretaria Assistência e Desenvolvimento Social		Envio direto na pagina	Fev.			
Monteiro Lobato	Telefônica Prefeitura Promoção Social – 12-3979-1315	social_pmml@ig.com.br		Fev.			
Natividade da Serra			Site em manutenção				
Paraibuna	Site	social@paraibuna.sp.gov.br		Março			
Pindamonhangaba	Site Saúde e promoção Social	saúde@pindamonhangaba.sp.gov.br	AS vinculado à saúde	Março			
Piquete	Telefônica Prefeitura Secretaria Promoção Social- 12 3156-1577/3156-3925	sps_piquete@yahoo.com.br		Março			
Potim			Sem cont.				
Queluz	Telefônica	queluz@yahoo.com.br	E-mail retornou	Março			

	Prefeitura -12-3147-1810						
Redenção da Serra	Telefônica Prefeitura Departª de Promoção Social 12-3676-1346	fabianaserf@ig.com.br mireiamariaa@yahoo.com.br	E-mail retornou	Março			
Roseira	Telefônica Prefeitura Promoção Social-12-3646-1586	psroseira@yahoo.com.br		Março	Março		
Santa Branca	Telefônica Prefeitura Secretaria AS-12-3972-0129	psodial.sb@ig.com.br		Março	Santa Branca		
Santo Antonio do Pinhal	Telefônica Prefeitura Secretaria AS	social.pinhal@uol.com.br		Março			
São Bento do Sapucaí	Telefônica Prefeitura -12-3971-6110	pmsbsapucaí@uol.com.br		Março			
São José do Barreiro	Telefônica Educação Prefeitura Setor AS – 9726-7518	ander.barreiro@bol.com.br	Celular direto da gestora social	Março			
São José dos Campos	Telefônica Prefeitura Secretaria de Desenvolvimento Social – 12-3947-8270	sds@sjc.sp.gov.br		Fev.			
São Luiz do Paraitinga	Telefônica Prefeitura Fundo Social Departª Municipal AS-12-3671-2661	dmasocial@ig.com.br		Março			
São Sebastião	Telefônica Prefeitura Fundo Social Secretaria de Trabalho e Desenvolvi// Humano-12-3892-2844	setradh@saosebastiao.sp.gov.br	AS vinculado ao trabalho e desenvolvi// humano	Março			
Silveira	Telefônica Prefeitura -12-3106-1310		Difícil cont. telef				
Taubaté	Telefônica Prefeitura Departª AS – 12-3621-6048 Departª RH – 12-36255130	darciavaleria@ig.com.br	Teria que entrar com protocolo ao RH p/ envio do Formulário	Fev.			

Tremembé	Telefônica Prefeitura Fundo Social -12-3607-3660 Departª Ação Social	fundosocial@tremembe.sp.gov.br	AS vinculado ao FS	Março			
Ubatuba	Telefônica Saúde Secretaria AS-12-3832-6038		Difícil cont. telef				
Total				33	04		

Anexo 04

Formulário Censo da Assistência Social nas Prefeitura do Vale do Paraíba-SP

Projeto de Mestrado/PUC-SP

Pesquisadora: Ivonete da Silva

Prefeitura: Municipal de Jacareí

Nome da Secretaria ou Departamento:

SASC – Secretaria de Assistência Social e Cidadania

Gestor que respondeu: Maria Aparecida Pereira Lima

Função: Diretora de Atenção a Cidadania

Formação: Psicologia

Objetivo: Analisar o impacto do alcance dos serviços socioassistenciais ofertados a população rural pelas prefeituras.

1 – Quais os serviços, benefícios e programas ofertados a população rural? É possível quantificá-lo?

Não temos serviços específicos, são os mesmos da área urbana.

Ofertas: Escuta qualificada;

Cesta Básica;

Óculos;

Fotos;

Passes e Passagens;

Documentos;

Auxílio Funeral;

Isenção de taxas;

Remissa de débitos tributários;

Emissão de transporte gratuito para pessoas com deficiência.

Mesmos nos Cadastros CAD Único e Pro Social, o programa não contempla o georeferenciamento por endereço, bairro e/ou região.

Dentre os 6.000 cadastros, não temos como identificar de imediato as áreas rurais.

2 – Existe demanda da população rural pelos serviços sóciosassistenciais? É possível quantificá-la?

Sim. Não temos como quantificar porque nossos arquivos não são informatizados.

3 – Qual é a porta de entrada para esta demanda? Como ocorre? E qual a maior solicitação desta população?

CRAS Centro, Norte e CREAS (em relação a violação dos direitos). Nos CRAS são as demandas espontâneas e no CREAS encaminhamento do Conselho Tutelar e Poder Judiciário. Não temos como identificar, pois não fazemos levantamento específico da população por área (urbana ou rural).

4 - Todos são atendidos nas suas solicitações. SIM (X) NÃO ()
Explique?

5 – Em que área rural está localizada a maior demanda pelos serviços sócioassistenciais? É possível quantificá-la? Existe algum serviço específico para esta população?

A Cartografia Social realizada em 2004, identificou a região oeste como a de maior vulnerabilidade. Sugerindo que habitantes desta área rural também apresentem maior vulnerabilidade.

6 – Existe algum planejamento por parte dos gestores/técnicos para atender a população rural? Qual?

Não existe, porém com a implantação dos CRAS pretendemos levantar as demandas dos serviços em todas as áreas e identificar este público.

7 – Existe alguma dificuldade por parte dos gestores/técnicos para atender a população rural? Qual?

Não. Porém devido as características da área rural (extensa com nº pequenos de moradores), terão de ser estudadas ações específicas e sistemáticas que de fato atendam esta população de forma descentralizada e efetiva.

Anexo 05
Formulário Censo da Assistência Social nas Prefeitura do Vale do Paraíba-SP
Projeto de Mestrado/PUC-SP
Pesquisadora: Ivonete da Silva

Prefeitura: _Santa Branca

Nome da Secretaria ou Departamento: Promoção Social de Santa Branca

Gestor que respondeu: Fátima Couto de Oliveira Melo

Função: Gestora da Assistência Social e auxiliar administrativa

Formação: 2º Grau

Objetivo: Analisar o impacto do alcance dos serviços sócioassistenciais ofertados a população rural pelas prefeituras.

1 – Quais os serviços, benefícios e programas ofertados a população rural? É possível quantificá-lo?

Plantão Social e PSF. Não

2 – Existe demanda da população rural pelos serviços sócioassistenciais? É possível quantificá-la?

Sim. Não.

3 – Qual é a porta de entrada para esta demanda? Como ocorre? E qual a maior solicitação desta população?

Plantão Social, agente de saúde e PSF. Pessoalmente no Plantão Social ou através das agentes de saúde.

4 - Todos são atendidos nas suas solicitações. SIM (X) NÃO ()

Explique?

De acordo com parecer social.

5 – Em que área rural está localizada a maior demanda pelos serviços sócioassistenciais? É possível quantificá-la? Existe algum serviço específico para esta população?

Bairro Santa Tereza e Estância Nova Campos do Jordão. PSF e agentes de saúde.

6 – Existe algum planejamento por parte dos gestores/técnicos para atender a população rural? Qual?

Não.

7 – Existe alguma dificuldade por parte dos gestores/técnicos para atender a população rural? Qual?

Sim, transporte e falta de técnicos.